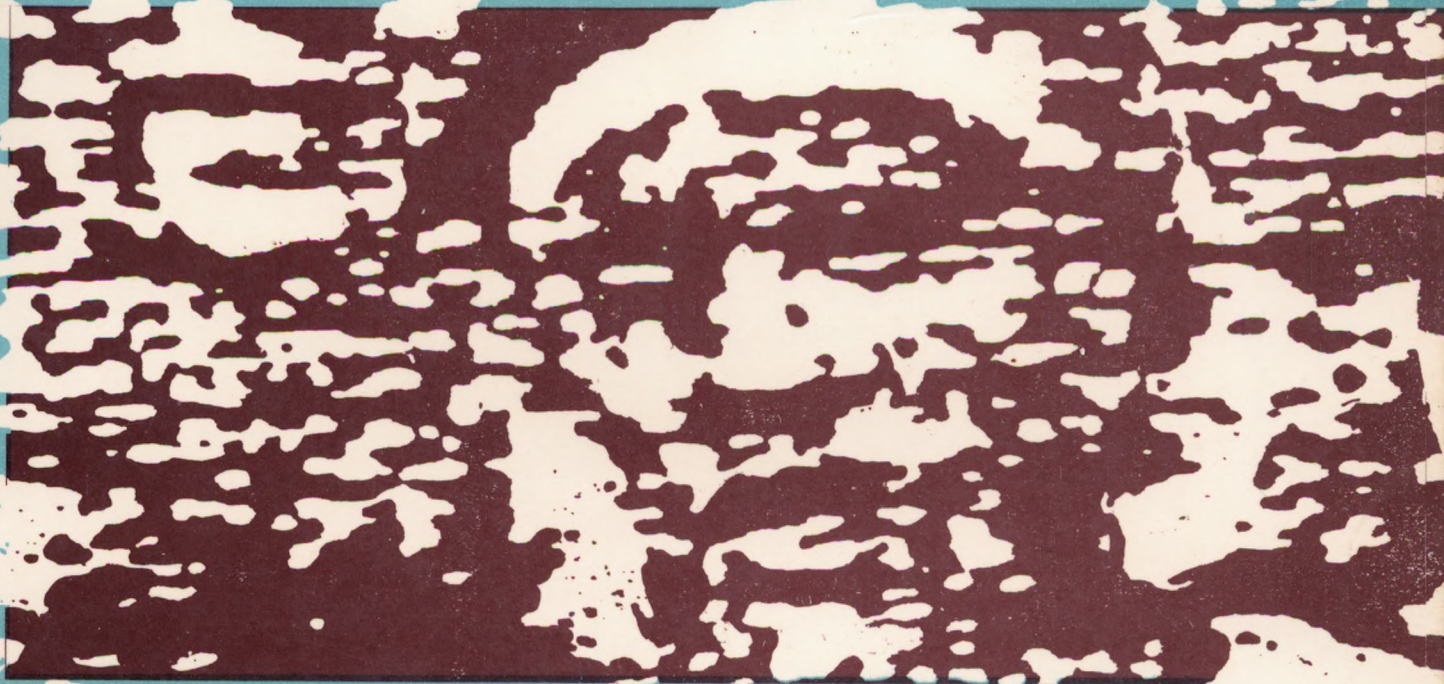


**PROGRAMA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA**

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**



# **EDUCAÇÃO, MUNICÍPIO E CIDADANIA**

**CARLOS ALBERTO VIEIRA**  
(Org.)

EDITORA  
**UnB**



**CEAD**  
Centro de Educação Aberta, Continuada, a Distância

**CPCE**  
Centro de Produção Cultural e Educativa

Universidade de Brasília

# **PROGRAMA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA**

**EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**

---

# **EDUCAÇÃO, MUNICÍPIO E CIDADANIA**

**CARLOS ALBERTO VIEIRA**  
(Org.)

**EDITORIA**  
  
**UnB**



**CEAD**  
Centro de Educação Aberta, Continuada, a Distância

**CPCE**  
Centro de Produção Cultural e Educativa

**Universidade de Brasília**

## EDUCAÇÃO, MUNICÍPIO E CIDADANIA

### **Organização:**

Carlos Alberto Vieira  
(*in memoriam*)

### **Autoria:**

Aldo Pinheiro da Fonseca, Amílcar C. Chaves, Anésia Pacheco e Chaves, Carlos Alberto Vieira (organizador), Carlos Rodrigues Brandão, Carlos Victor Timo Ribeiro, Cesar Ferreira de Souza, Edson Cardoso, Elias Boaventura, Elizabeth Toledo de Castro, Gustavo Guilherme Leon Chauvet, Hermano Mattos, Jarbas Leal Viana, João Bosco Pavão, José Ari Celso Martendal, Leda Del Caro Paiva, Luiz Fernando Costa A. Campis, Maria das Graças de Carvalho Barreto, Nilce Gomes de Souza, Potyara A. P. Pereira, Renato Hilário dos Reis, Roberto Mauro Gurgel, Roque de Barros Laraia, Sérgio de Almeida Gama, Severino Márcio P. Meirelles, Silas Guedes de Oliveira, Sinclei Fazzolino, Tânia Siqueira Montoro, Valter A. Bianchini, Vera Lúcia Ariza Gonçalves e Vera Maria Guimarães de Sá.

### **Assessoria pedagógica:**

Anésio Mendonça

### **Equipe de Produção:**

Eliane Souza Borges, Ivônio Barros Nunes, Maria de Fátima Souza da Silva e Mozart Machado

### **Editoração:**

Ana Lucia Menescal e Colandi de Oliveira

### **Diagramação:**

Francisco Amaral

### **Arte-final:**

Valperino Andrade

### **Ilustração:**

Fernando Lopes

### **Composição:**

Anésio Bento de Oliveira

A realização deste curso contou com o apoio do Decanato de Extensão, do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais (NEPPoS) e do Departamento de Métodos e Técnicas (MTC) da Faculdade de Educação.

E24m Educação, município e cidadania/Carlos Alberto Vieira, org. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1989. 116 p. Programa de Educação Continuada, Extensão Universitária. I. Vieira, Carlos Alberto, org. II. Título.

CDU 374.9(81)  
37:342.7(81)

# **EDUCAÇÃO, MUNICÍPIO E CIDADANIA**

**CARLOS ALBERTO VIEIRA**  
(Org.)

## **UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

### **Reitor:**

Cristóvam Buarque

### **Vice-Reitor:**

João Cláudio Todorov

### **Decanos:**

Eva Terezinha S. Faleiros (Assuntos Comunitários), Érico Siegmar Weidle (Administração e Finanças), Isaac Roitman (Pesquisa e Pós-Graduação), Paulina de Freitas Targino (Ensino de Graduação), Volnei Garrafa (Extensão).

## **CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA, CONTINUADA, A DISTÂNCIA/CEAD**

### **Diretora:**

Maria Rosa Abreu de Magalhães

### **Equipe Técnica:**

Ana Lucia Caldeira Menescal, Aracy Costa Paiva, Celso Limp de Azevedo, Colandi Carvalho de Oliveira, Izabel Batista da Silva, Kátia Siqueira de Freitas, Maria de Fátima Souza da Silva, Maria Inês Ataíde Boucinha, Maria Riza Baptista Dutra, Maria Rosa Abreu de Magalhães, Maria Terezinha Galhardo de Castro, Marlene Raimundo de Almeida, Sérgio Xavier da Trindade e Severino Herculano de Melo Filho.

### **Secretaria:**

Adailton Marques do Bonfim, Maria Rodrigues das Graças, Míriam Paranaguá de Santana, Reginaldo Rosa do Nascimento e Vilma Maria de Oliveira.

## **NÚCLEO PEDAGÓGICO**

Anésio Mendonça, Elfcio Pontes, Gianetti Olivatti Menegazzi, Héléne Barros, Jacira da Silva Câmara, José Florêncio Rodrigues Júnior, Maria Lucflia Neves Aires de Alencar, Terezinha Rosa Cruz.

# Sumário

|  |           |
|--|-----------|
| Sobre o organizador do curso . . . . .   | 7         |
| Apresentação . . . . .   | 9         |
| Instruções iniciais . . . . .  | 11        |
| <b>UNIDADE 1</b>   |           |
| <b>Educação popular e educação comunitária (a pessoa, a comunidade, a cidadania e o município)</b>                                 |           |
| Educação popular . . . . .   | 14        |
| Educação comunitária . . . . .   | 17        |
| Desenvolvimento político, cultural, social e econômico do município . . . . .  | 18        |
| Reflexões sobre programas de educação em saúde desenvolvidos no Centro-Oeste/Brasil . . . . .                                      | 20        |
| Brasil poligente, Brasil polimorfo . . . . .   | 24        |
| Leituras complementares . . . . .  | 25        |
| <b>UNIDADE 2</b>   |           |
| <b>Gestão municipal e participação popular</b>   |           |
| Apresentação . . . . .   | 28        |
| Experiências de democratização das decisões governamentais em nível municipal . . . . .  | 28        |
| Questões em aberto (perplexidades e controvérsias). Níveis de complexidade e de participação do cidadão na administração . . . . . | 29        |
| Extratos de comunicações, documentos e relatórios de visitas (até fevereiro de 1986) . . . . .                                     | 30        |
| Atibaia (SP) . . . . .   | 30        |
| Ibitinga (SP) . . . . .  | 31        |
| Caeté (MG) . . . . .   | 31        |
| Matão (SP) . . . . .   | 32        |
| Colinas (MA) . . . . .   | 33        |
| Abadiânia (GO) . . . . .   | 33        |
| Vila Velha (ES) . . . . .  | 34        |
| Toledo (PR) . . . . .  | 35        |
| Itapiúna (CE) . . . . .  | 36        |
| Guarapuava (PR) . . . . .  | 38        |
| A experiência do INTROESTE – desenvolvimento auto-sustentado no Centro-Oeste Mineiro . . . . .                                     | 40        |
| Jundiá (SP) . . . . .  | 41        |
| Itapissuma (PE) . . . . .  | 45        |
| <b>UNIDADE 3</b>   |           |
| <b>Liderança democrática, ação autônoma e microempresa</b>   |           |
| Liderança democrática . . . . .  | 50        |
| Ação autônoma . . . . .  | 50        |
| Microempresa . . . . .   | 53        |
| <b>UNIDADE 4</b>   |           |
| <b>Modernização dos serviços administrativos . . . . .</b>   | <b>57</b> |

## UNIDADE 5

### **Matriz geradora para a identificação e elaboração de projetos**

|  |    |
|--|----|
| Introdução . . . . .                                   | 68 |
| Diretrizes básicas para o quinquênio 1980/84 . . . . . | 68 |
| Planos básicos para o triênio 1980/82 . . . . .        | 69 |
| Programas para o biênio 1980/81 . . . . .              | 69 |

## UNIDADE 6

### **Política e mudança**

|   |    |
|---|----|
| O cerne político dos movimentos sociais . . . . .           | 74 |
| A política do cotidiano . . . . .                           | 75 |
| A questão da mudança . . . . .                              | 76 |
| Perspectivas . . . . .                                      | 78 |
| As multiformas da participação política da mulher . . . . . | 78 |

## UNIDADE 7

### **Educação não-formal: a relação universidade x comunidade**

|  |    |
|--|----|
| Experiências de universidades . . . . .                  | 84 |
| A universidade, a extensão e classes populares . . . . . | 92 |

## UNIDADE 8

### **Participação de grupos minoritários ou marginalizados**

|   |     |
|---|-----|
| Minorias: muito além das definições está a questão da plena liberdade . . . . .         | 96  |
| A luta por creches no Brasil . . . . .  | 98  |
| O negro e a Igreja . . . . .  | 99  |
| O índio brasileiro . . . . .  | 99  |
| Os filhos da omissão: contextualização da condição de criança pobre no Brasil . . . . . | 100 |
| Instruções finais . . . . .   | 105 |
| Ficha de avaliação do curso . . . . .   | 106 |
| O CEAD – Centro de Educação Aberta, Continuada, a Distância . . . . .                   | 107 |
| O CEAD na UnB . . . . .   | 109 |
| Sistema de ensino aberto e a distância . . . . .  | 111 |
| Cursos em oferta . . . . .  | 113 |
| Ficha de inscrição . . . . .  | 116 |

# Sobre o organizador do curso

Anésio Mendonça

---

Carlos Alberto Vieira. Quem foi? Um ser humano raro. Sabem-no bem os que conviveram com ele, em algum período, ao longo de seus 47 anos. Nasceu em Belo Horizonte, em 06 de outubro de 1940. Faleceu em Brasília, em 17 de maio de 1988. Ele foi uma pessoa que conjugava verbos em diferentes formas, tempos, aceções e regências. Exemplos? Viver, lutar, mudar, ganhar, perder, construir, reconstruir, começar, recomeçar, sonhar, respeitar, aprender, reaprender, acertar, errar...

Marcou sua passagem. Deixou sua marca por onde andou/trabalhou.

Bacharel em Ciências e História Natural pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal de Minas Gerais; Mestre em Educação – Especialista em Currículos pela Universidade de Santa Maria (RS).

Em Belo Horizonte, foi professor de vários colégios e do Instituto de Ciências Contábeis da Prefeitura de Belo Horizonte. Em Brasília, trabalhou na Universidade de Brasília (Instituto de Ciências Biológicas, Departamento de Biologia Animal, Comissão Permanente de Concurso Vestibular/Diretoria de Acesso ao Ensino Superior e Centro de Produção Cultural e Educativa) e no Ministério da Educação (e Cultura) – Secretaria de Ensino de 1º e 2º Graus, Subsecretaria de Educação Supletiva. Em Aragarças (GO/TO) e Barra do Garças (MT), trabalhou no Campus Avançado da UnB.

Publicou trabalhos científicos e muitos trabalhos avulsos – bastante poesia, por exemplo: “*A Sabedoria da Terra*” em 1975.

Procurou companheiros, não discípulos.

E o que Carlos Vieira pretendia com o curso “Educação, Município e Cidadania”? A descoberta de novos caminhos? Ou algo como Guillaume Apollinaire?

“Cheguem até a borda, disse ele.

Eles responderam: Temos medo.

Cheguem até a borda, ele repetiu.

Eles chegaram.

Ele os empurrou... e eles voaram.”

Seria?





# Apresentação

Carlos Alberto Vieira

Este curso tem o compromisso de fornecer um material reflexivo sobre questões que envolvam a vida municipal, sobretudo as relacionadas com a educação de adultos, a educação comunitária e a popular, contribuindo com elementos conceituais e práticos que facilitem a sensibilização, a mobilização e a organização das pessoas, e dos serviços comunitários visando à definição de propostas flexíveis, descentralizadas e regionalizadas de mudança social.

Por todo o curso, perpassa a idéia central da importância da *pessoa humana*, da *vida comunitária*, de uma boa *administração* da (própria vida individual e da vida comunitária), administração no bom sentido da palavra, que é, fundamentalmente, fazer as coisas que devem ser feitas da melhor maneira possível, com eficiência, com eficácia e com simplicidade, visando ao bem público.

## Contribuição à Busca da Identidade Nacional

Uma Nação não pode ser considerada apenas como um determinado espaço geográfico, onde pessoas nascem, crescem, envelhecem e morrem, alheias uma às outras, sem um *ELO* que as una e as torne irmãs. Um rosto disforme no concerto das nações.

Devemos considerar como Pátria ou Nação, mais do que geográfico, *um espaço de liberdade* onde pessoas se dão as mãos em busca de uma destinação comum, descoberta de todos os dias, de modo soberano e autodeterminado, vivendo uma ordem baseada na justiça social, na oportunidade de realização pessoal, na vida comunitária, no acesso aos bens, aos processos de produção e aos serviços, na distribuição equitativa da riqueza nacional, na prática democrática através do exercício da cidadania, no acesso democrático às informações, no uso das tecnologias, na oportunidade comum de realização econômica e financeira, na oportunidade de expressão cultural diferenciada.

O rosto, devido ao caudal migratório,<sup>1</sup> às diferenças ambientais, às diferenças pessoais, às diferenças comunitárias, é necessariamente polimorfo, e deve expressar-se de um modo cultural diferenciado. No entanto, na diversidade de sua manifestação deve encontrar-se a unidade de sua expressão, à semelhança de um caleidoscópio que harmoniza pedras de formas e cores diferentes em um desenho perfeitamente reconhecível como unidade.

Habitação, vestuário, alimentação, práticas médicas, falas, artesanatos, indústrias típicas, tecnologias apropriadas, folclore, etc., convivendo com indústrias e tecnologias ditas pesadas, tendências políticas diferenciadas canalizando aspirações divergentes, caudais raciais<sup>2</sup> e diferentes, o que é mais importante? Tudo tem o mesmo valor, peso e medida, e é o alicerce de uma Nação.

O presente curso, ao reconhecer todas as formas de manifestação pessoal e comunitária, e respeitar as diversas vertentes da vida brasileira, procura contribuir para a busca da identidade da nação brasileira, tarefa não de uma pessoa só ou de uma instituição, mas de todos os brasileiros.

1 - **Caudal migratório:** grande número de pessoas que mudam de uma região para outra, de um país para outro.

2 - **Caudais raciais:** grande número de raças em movimento, de uma região para outra, de um país para outro.



# Instruções iniciais

Este curso tem sua história. Em seu projeto, Carlos Alberto Vieira, depois de mais de trinta anos interagindo, comunicando-se com muitos cidadãos residentes em diversas comunidades, municípios, solicitou, encomendou, selecionou e/ou elaborou textos, tendo em vista o processo de ensino-aprendizagem, particularmente para servidores municipais, grupos de moradores, associados, sindicalizados, comissões populares, líderes comunitários e cidadãos comuns. Ele contou com a colaboração de muitos que valorizaram o projeto.

A duração prevista do Curso Educação, Município e Cidadania (EMC) é de (60) sessenta horas. Se o cidadão/aluno estudar os textos durante uma hora por dia, terminará o curso em aproximadamente dois meses.

Pretendemos com o EMC: fornecer matéria para que o cidadão/aluno reflita sobre questões que envolvam a vida municipal, sobretudo às relacionadas com a educação de adultos, a educação comunitária e a educação popular; e propor elementos conceituais e práticos/concretos que facilitem a sensibilização, a mobilização e a organização das pessoas e dos serviços comunitários, visando à definição de propostas flexíveis, descentralizadas e regionalizadas de mudanças social.

Em síntese, esperamos com este curso que os cidadãos/alunos *“recriem a palavra escrita e façam dela o instrumento de produção cultural coletiva, e o sinal de sua presença na História”* (Boaventura de Souza Santos em *“A Crise do Paradigma”*, no curso de extensão universitária *“O Direito Achado na Rua”*, UnB, Editora Universidade de Brasília, 1987, p. 77).

Recomendamos ao cidadão/aluno que leia, estude e reflita sobre os textos a seguir. São muitos, de diversos autores com estilos bem diferentes. Primeiro leitura estudo e reflexão *individuais*. E depois, *discussão em grupo*. Grupo espontaneamente organizado e autogerido, se possível. Provavelmente o cidadão/aluno se interessará mais por algum(ns) dos temas. Sempre que possível, devem ser utilizados os recursos auxiliares, recursos humanos e/ou recursos audiovisuais, disponíveis na comunidade. Isso facilitará a compreensão, a análise e a síntese dos trabalhos apresentados no EMC. Um recurso auxiliar recomendado em particular é um bom dicionário de língua portuguesa.

Tomara que os textos no EMC inspirem ações – práticas – concretas – coletivas no Município em que forem estudados. Tomara!



# Educação popular e educação comunitária

UNIDADE

1

A Pessoa, a Comunidade, a Cidadania e o Município



- **EDUCAÇÃO POPULAR**

Carlos Alberto Vieira

- **EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA**

Carlos Alberto Vieira

- **DESENVOLVIMENTO POLÍTICO, CULTURAL, SOCIAL E ECONÔMICO DO MUNICÍPIO**

Carlos Alberto Vieira

- **REFLEXÕES SOBRE PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE, DESENVOLVIDOS NO CENTRO-OESTE/BRASIL**

Severino Márcio P. Meirelles

- **BRASIL POLIGENTE, BRASIL POLIMORFO**

Carlos Alberto Vieira

- **LEITURAS COMPLEMENTARES:**

Poema de Alberto Caieiro (Fernando Pessoa); A Influência Genuína, trecho de Tao-Te-Ching, O Livro do Caminho Perfeito, de Lao Tsé; O Tambor das Assembléias, extraído de notas Explicativas do Suttapitaka; trecho de Walden, A Vida nos Bosques/a Desobediência Civil, de Henry Thoreau; trecho do Almanaque do Pensamento.

# EDUCAÇÃO POPULAR

Carlos Alberto Vieira

## A Educação de Adultos sob a Ótica de Cidadania

É difícil definir-se a pessoa do adulto de modo explícito, uma vez que a vida do homem não pode ser representada por segmentos definidos, mas desenvolve-se ao longo de um tempo contínuo, desde o nascimento até a morte.

Considerar o adulto como alguém que atingiu determinada idade, baseando-se portanto na faixa etária, é pouco significativo, uma vez que cada comunidade tem “rituais” informais ou códigos de aceitação no grupo dos adultos, válidos para aquela comunidade. Adolescentes, fisicamente reconhecidos como tal, podem desempenhar papéis de adultos, seja devido a padrões culturais aceitos, seja por necessidades econômicas ou outras, como a mais drástica de todas, a sobrevivência material.

Considerar-se-á, nesse texto, o adulto como a pessoa capaz de exercer a sua cidadania plena, autodeterminar-se, buscar a sua realização pessoal, integrar-se na vida comunitária, buscar a sua independência e capacitação econômica, identificar suas aptidões, desenvolver suas habilidades, e contribuir para a definição da identidade sócio-política e cultural de sua comunidade e, por consequência, de sua Pátria.

A importância da educação do cidadão se fixa na contribuição que esta pessoa pode dar, não apenas a nível da auto-realização, mas também de sua participação livre e espontaneamente assumida para o desenvolvimento de sua família, comunidade, Município, Estado e País.

Considera-se que a crise da adolescência prepara o jovem para ingressar no mundo adulto, e que as crises da vida de relação (sociais, econômicas, políticas e culturais), colocam o adulto diante da oportunidade de vivenciar um processo de mudança, capaz de conduzi-lo a “saídas” positivas, em termos de sua saúde física, emocional e mental, em termos de sua melhoria

econômico-financeira, e, enfim, da global melhoria de sua qualidade de vida, proporcionando-lhe mais bem-estar e felicidade, para não dizer mais auto-estima.

## Oportunidade de Auto-Realização da Pessoa

De modo geral, na comunidade estão presentes todos os estímulos necessários para a auto-realização da pessoa humana, uma vez que nela estão inscritos os padrões da malha cultural, política, econômica, social, ambiental, física, etc., capazes de dar condições para o desenvolvimento das características individuais, tais como psicomotoras, intelecto-emocionais e criativas.

A expressão dessas aptidões se faz no campo dos desportos, das artes, das atividades intelectuais, da inventividade, que se definem em profissões as mais diversas, práticas artesanais, atividades autônomas, prestação de serviços e outras.

Mesmo numa comunidade carente de determinados estímulos, uma pessoa ou um grupo pode procurar criar um espaço necessário para a auto-realização, seja através de uma busca incansável e autodeterminada, seja através de reivindicações baseadas na prática da liberdade e da obtenção de justiça social.

## Realização de Desejos e Aspirações Pessoais

A realização de um desejo é uma legítima necessidade da pessoa humana, desde que não invada arbitrariamente o espaço de outrem, que respeite a liberdade do próximo. A visualização clara de um desejo se traduz em aspirações justas, não competitivas com outrem, e que até mesmo podem concordar com os desejos e aspirações de outros, criando movimentos associativos, canalizadores de esforços comuns e propiciadores da obtenção de determinados fins.

O importante é saber que a força primeira, a motriz, é a pessoa e está na pessoa, sendo que o grupo ou a comunidade são caixas de ressonância necessárias para a auto-realização. Não existe auto-realização sem participação.

## **Oportunidade do Compromisso Social**

A necessidade de auto-realização e a sua concretização, indissociáveis do meio, que é o seu mediador, cria a oportunidade do *compromisso social*, que nada mais é do que a permissão livremente assumida da expansão gradual da consciência individual para o todo familiar, comunitário, municipal e até mesmo a nível planetário, devolvendo a energia que é aproveitada em benefício próprio, fazendo-a refluir para o meio, em movimento de ida e vinda, alimentando e realimentando o processo do viver.

De modo mais concreto, quando uma pessoa se auto-realiza ela devolve ou canaliza, para o comunidade próxima ou distante, as suas realizações no campo das artes, da política, da administração, da economia, dos serviços, do artesanato, das invenções, das tecnologias, do comércio, da indústria, etc.

### **Programa de Educação de Adultos: o que é.**

É um conjunto de conhecimentos sistematizados, capaz de instrumentar o adulto para buscar a sua auto-realização e, por conseguinte, revertê-la em benefícios sócio-econômicos, políticos e culturais para a comunidade.

Em países considerados desenvolvidos, um Programa de Educação de Adultos facilita a permanente atualização de conhecimentos, cria oportunidade de reciclagem profissional, permite o acompanhamento das inovações tecnológicas e a necessária adaptação de habilidades, bem como o desenvolvimento de outras possibilidades, dentre as quais, até mesmo a alfabetização e a pós-alfabetização.

Por consequência, em momentos de crises, a população adulta está mais do que preparada para corresponder a desafios inesperados, a todos os tipos de conflitos armados, saltos tecnológicos, e até mesmo necessidades de lazer e recreação.

Já em países considerados subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, um Programa de Educação de Adultos, é necessidade educacional primária, gênero

de primeira necessidade, apesar disso ser pouco reconhecido.

É exatamente nesses países, como o Brasil, que as pessoas que não puderam obter a escolarização em tempo hábil, ou que, tendo-a obtido, seus conhecimentos e habilidades se tornaram defasados, encontram em tais programas a oportunidade de enriquecer a sua própria pessoa, facilitando a sua auto-realização geralmente interrompida, o que a torna mais apta para contribuir para o aperfeiçoamento da comunidade, conseguindo melhor situação econômico-financeira, aprendendo a reivindicar seus direitos, melhor cumprindo os seus deveres, capacitando-se a ter acesso às informações, encontrando meios para desenvolver suas habilidades, apropriando-se cada vez mais da consciência de sua cidadania, e, sobretudo, aprendendo a ler a realidade onde vive, a ser capaz de refletir-agir-refletir-agir *nela e sobre ela*.

### **Fundamentos Políticos, Sociais, Culturais e Econômicos**

A atividade pessoal, comunitária, municipal, de um Estado, de um país ou de todos os países, passa pela integração de muitas variáveis, no entanto, toda ela – a atividade – passa por quatro vertentes básicas: a política, a social, a cultural e a econômica.

Seja a nível da iniciativa privada (pessoal ou pelas diversas formas societárias), seja a da iniciativa estatal, a ação implícita ou explícita tem a ver com uma, duas, três ou com as quatro vertentes básicas referidas.

Nelas se ramificam a História e a identificação das RAÍZES de um povo. Na História e na identificação das raízes, deve-se buscar as *razões pessoais e comunitárias* que determinam uma ação. E estas razões estão intimamente associadas a todo o potencial de cada comunidade ou Município.

É preciso um delicado senso de julgamento e de análise lógica no levantamento histórico e na determinação das raízes, uma vez que disto resultarão duas possibilidades imediatas: a projeção de um modelo que remeta ao já visto e



consagre o homem velho, ou a projeção de um modelo que anule o homem velho e delinieie as características de um pretensão homem novo. No primeiro caso, o conservadorismo prepondera e procura-se a fixação de valores às vezes arcaicos e contraproducentes, e, no segundo, às vezes lançam-se as bases de ideologias “cerebrais”, sem conexão com a realidade.

Este curso investiga e analisa o velho, prospecta e antecipa o novo, mas procura respeitar a força de autodeterminação popular, para que esta explicita que pessoa quer ser e qual comunidade deseja. O processo de autodeterminação se alimentará certamente do cotidiano, no exercício da cidadania.

### **Exercício da Cidadania**

Cidadania é um conceito presente ao longo de quase todas as constituições no mundo, e geralmente é consubstanciado nos itens que dizem respeito aos direitos e deveres dos cidadãos.

Mas tal conceito só deixa de ser letra morta ou usufruto de algumas pessoas ou grupos delas, se passar a ser um exercício diário, através do esclarecimento da própria consciência pessoal e comunitária, no trato com as coisas pessoais, familiares e públicas, todas intimamente ligadas às quatro vertentes básicas da vida comunitária: a política, a social, a cultural e a econômica.

### **Oportunidade da prática dos princípios democráticos**

A vida familiar, a vida grupal ou comunitária, e o trato com as coisas públicas oferecem um campo propício para a prática da Democracia.

Valores e comportamentos, direitos e deveres, servem de referenciais para muitos exercícios, como a prática da liberdade pessoal, o direito de amparo aos velhos e às crianças, o direito do voto, o acesso às informações, o acesso e o uso de bens de consumo e da tecnologia, o direito à alfabetização, à pós-alfabetização, o direito ao trabalho, o cumprimento dos deveres cívicos e tributários (desde que justos), o uso comum da rede de serviços

comunitários (saúde, transporte, saneamento básico, energia), alimentação, vestuário, habitação e oportunidade de lazer.

Na prática democrática vão se explicitando de modo exemplar todos os direitos e deveres da cidadania, através da participação política, da expressão cultural, do usufruto dos benefícios da justiça social, bem como das oportunidades de realização econômica e financeira, sem a qual a liberdade pessoal é uma utopia.

### **Prática do Compromisso e da Justiça Social**

A pessoa não vive só e não se basta, a não ser por pouco tempo. Ela é uma unidade (individualidade) que só se torna pessoa quando se relaciona com o próximo. Daí a necessidade de seu compromisso *com o social* e principalmente com o componente básico deste, *a justiça social*.

A *Justiça social* não é uma coisa abstrata. Ela visa ao bem-estar da pessoa humana, dos grupos, das comunidades e da sociedade como um todo.

Ela se concretiza em vários níveis da realidade relativa ao homem e ao seu meio.

Ela significa:

- 1) atendimento primário das necessidades básicas do homem, tais como habitação, alimentação, vestuário, saúde e educação;
- 2) acesso a bens de consumo, à progressiva melhoria da qualidade de vida;
- 3) participação efetiva nos resultados do uso da riqueza nacional, compartilhada com equidade entre todos os cidadãos e representada por salários justos;
- 4) acesso aos bens culturais e ao usufruto dos serviços comunitários;
- 5) liberdade de expressão, liberdade de consciência, liberdade de ir e de vir, acesso às informações.

### **Educação Popular e Comunitária**

Estes dois instrumentos são importantes para a prática da cidadania e,

conseqüentemente, para a consolidação da democracia.

Ambos culminam na *organização popular*, como mecanismo democrático para a reivindicação dos direitos do cidadão e como espaço de liberdade para a prática democrática.

Diferem sutilmente nas suas características, conquanto, como processo, tenham etapas bem semelhantes.

### Educação Popular

A Educação Popular tem como palco a vida comunitária e a sua essência é de caráter *político*.

Tem como fundamento o exercício da consciência de cidadania, da efetiva participação dos cidadãos nos destinos políticos de sua comunidade.

É a *escola da cidadania*, por excelência.

A Educação Popular se alimenta no seio dos movimentos sociais, geralmente plenos de vitalidade.

Nos movimentos sociais, a Educação Popular confronta-se com questões relevantes, tais como as contradições dos pressupostos teóricos com a prática cotidiana, que as remetam ao movimento de ação-reflexão-ação-reflexão-ação...

Na tentativa de leitura da realidade política, a Educação Popular encontra necessariamente os fundamentos gerais que alicerçam os poderes: idéias-fundamentalistas, revolucionárias, reformistas ou evolucionistas.

As idéias fundamentalistas geralmente são imanentes a contextos religiosos, as revolucionárias a contextos político-partidários, as reformistas geralmente originam-se em ambos os contextos citados e, as evolucionistas, buscam os seus fundamentos na Ciência ou no cientificismo.

Outras questões dizem respeito às Instituições e Serviços existentes na comunidade, sejam de origem Federal, Estadual, Municipal ou Privada.

Mas a questão básica da Educação Popular é: como proceder-se no contexto comunitário, em busca de uma real mudança?

A palavra chave é a participação efetiva e real do cidadão nos destinos de sua comunidade, como agente catalizador

e modificador da sua realidade; na realização de um projeto comum de vida comunitária desejada por todos e que significa que a autodeterminação de um grupo de pessoas humanas, pode ser feita com base em propostas sociais, econômicas, culturais, mediadas pela consciência política do cidadão, via ação pedagógica (educação).

Alguns elementos do *processo* participativo são: o diagnóstico da realidade, a articulação de grupos, a definição de objetivos comuns, a descentralização e delegação do poder, a flexibilidade de movimentos estratégicos e táticos, a *organização*, a definição dos papéis das Instituições e dos Serviços, dos agentes da mudança e da própria comunidade como um todo.

Neste conjunto de elementos do processo, cabe ainda a interação com grupos ou pessoas, com oportunidade de cooperação técnica, principalmente no âmbito das Instituições.

Toda a questão da Educação Popular se resume em *organização* de pessoas ou grupos, para o atingimento de objetivos comuns, com vistas à mudança.

Mudança é poder compartilhado, é saber acadêmico e popular a se fecundarem mutuamente, é convivência fraterna em meio a conflitos e contradições necessários para que o entendimento se faça, é transparência na condução das coisas públicas, é prática de liberdade e de justiça social.

A prática da cidadania é exercício diário que prepara a pessoa para o momento do voto – livre, secreto, autônomo, dado por opção e com lucidez – e que continua após o voto, de modo permanente; é artesanato que elabora e reelabora a consciência de cada homem, referenciada aos justos deveres e aos justos direitos.

## EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA

Carlos Alberto Vieira

Assim como a Educação Popular enfatiza a *dimensão política* em suas práticas, a Educação Comunitária enfatiza a sua *dimensão social*.

É mais prática na busca dos resultados que deseja alcançar, e, conquanto esteja

intimamente ligada à Educação Popular, busca de modo eficaz a melhoria do funcionamento da vida comunitária: urbanização, saneamento básico, segurança, transporte, acesso à energia, centros de lazer e de cultura, escolas, agências de serviços, saúde, etc., tudo o que se refere ao patrimônio comum dos cidadãos, em dada comunidade.

Quase sempre a Educação Comunitária, com suas práticas, desemboca na Educação Popular, esta como força necessária de reivindicação política, ou deriva dela, para atingir os objetivos definidos politicamente. São irmãs gêmeas.

Sob o ponto de vista ideológico (ideologia<sup>1</sup> local) a Educação Comunitária tem um poder menor de mudança que a Educação Popular, e muito tem-se prestado historicamente para veicular Programas e Projetos que nem sempre correspondem aos legítimos anseios da comunidade, e que têm sua origem em outras esferas do poder, que não o comunitário.

Às vezes, baseia-se mesmo em modelos estranhos à própria vida do País.

Mas, sem dúvida, também a sua chave é a *organização* de grupos espontâneos ou de associações que se determinam a atingir objetivos definidos.

A consciência resultante da prática da Educação Comunitária é de caráter mais social do que político: daí a necessidade de se buscar a sua maior intimidade com os movimentos sociais, para que o desenvolvimento de uma maior consciência política, participativa e organizativa – não emergencial ou circunstancial – instale à característica de *processo* permanente e auto-avaliativo.

## O DESENVOLVIMENTO POLÍTICO, CULTURAL, SOCIAL E ECONÔMICO DO MUNICÍPIO

( – Mensagem aos Prefeitos – )

**Carlos Alberto Vieira**

Nas últimas décadas, em vários países do mundo, optou-se pelo chamado

desenvolvimento econômico, como sendo a chave prioritária das decisões governamentais.

Países subdesenvolvidos seriam todos aqueles sem infra-estrutura econômica adequada, países em desenvolvimento todos aqueles que apresentassem determinados índices econômicos.

Todos os programas, projetos e metas governamentais, em muitos países definiam-se, pois, por propostas econômicas, capazes de enquadrá-los, a médio ou longo prazo, no rol dos chamados países desenvolvidos.

Alguns países, que optaram por modelos sociais de desenvolvimento, padecem de grande dificuldade no campo econômico.

Menos considerado, ainda, é o chamado desenvolvimento cultural.

A História demonstrou, de fato, que países que conheceram momentos de glória econômica, também se expressaram significativamente, na época, no setor da Cultura, das Ciências e Tecnologia existentes ou inovadoras.

É óbvio que o cultural, o social e o econômico andam de mãos juntas. Mas nenhuma dessas variáveis por si só basta e nenhuma delas subsiste sem a ação catalizadora do desenvolvimento político.

Todas essas dimensões, a política, a cultural, a social e a econômica devem ser consideradas quando se fala em *desenvolvimento*.

Contrapomos ao chamado conceito de desenvolvimento, com ênfase em uma das dimensões referidas, a idéia de *desenvolvimento diferenciado*, que se caracteriza por alguns princípios:

- a) a liberdade individual e coletiva é a base do conviver;
- b) sem independência econômica não pode existir liberdade individual ou coletiva;
- c) sem a prática de direitos e deveres políticos não há formação de uma clara consciência de cidadania;
- d) sem liberdade, sem independência econômica, sem consciência de cidadania, não há possibilidade de expressão cultural significativa.

Estes princípios se desdobram em conseqüências que podem ser catalizadas por indivíduos, grupos espontâneos,

<sup>1</sup> – **ideologia**: ciência da formação de idéias; pensamento teórico que pretende desenvolver-se sobre seus próprios princípios abstratos mas que, na realidade, é a expressão de fatos, principalmente sociais e econômicos, que não são levados em conta, ou não são expressamente reconhecidos como determinantes daquele pensamento.

associações públicas e privadas, movimentos sociais e administrações municipais, estaduais e federal.

A prática destes princípios traz em sua essência a necessidade do desenvolvimento de uma consciência crítica e reflexiva que não pode ser dissociada da ação.

E na medida em que a prática ocorre, pelo afloramento de conflitos, razões ocultas e contradições, algumas “verdades históricas” vão deixando de ser “conceitos estabelecidos”, por exemplo:

- poder não é *exercer poder*, mas dever de servir;
- aliar-se ou compactuar não é conciliar interesses, mas sim viabilizar o caminho da solução mais condizente, que auxilie a libertação e a independência pessoal e coletiva;
- os partidos não são donos da verdade, mas sim canais específicos de veiculação e canalização de um determinado conjunto de idéias;
- a natureza (recursos naturais) não existe para ser explorada ou expropriada, mas para ser aliada do homem, na sua busca de transformação, de sua libertação.

Assim, a prática dos princípios expostos: liberdade, independência econômica, consciência da cidadania e expressão cultural significativa pode ser exercida a nível da administração municipal, com uma instrumentação que a educação pode proporcionar, em função da riqueza de seus potenciais (Regular e Não Formal).

Via escola, a administração municipal pode fazer veicular uma ideologia que transcenda os interesses de classes, de dominadores ou dominados, de ricos ou pobres, de partidos “a” ou “b”, de religiões “c” ou “d”, etc., e que permita a clarificação da consciência do educando, em função de uma proposta de liberdade e de transformação, sem os limites impostos por ideologias sectárias.

Um certificado obtido numa escola assim, será seguramente um Atestado de Cidadania, mais do que um papel para ser fixado na parede ou guardado em gavetas.

Via Movimentos Associativos, a administração Municipal encontrará na

Educação chamada Não Formal, a aliada que propiciará a prática da cidadania, da co-responsabilidade social, do enriquecimento do tesouro cultural e da independência econômica.

*No plano prático*, como pode ocorrer o *Desenvolvimento Diferenciado* no nível Municipal?

A pergunta básica a ser feita pelo prefeito, auscultando os comunitários e encontrando a resposta junto com eles é a seguinte:

**“QUAL A VOCAÇÃO DO NOSSO MUNICÍPIO?”**

E trabalhar com *indicadores* definidos com a comunidade, para identificar a vocação buscada.

Algumas questões podem ser colocadas, e em várias dimensões; dentre as quais:

#### **No Nível Econômico:**

1. Qual o nosso potencial em termos de riqueza natural?
2. De que modo podemos transformar a nossa riqueza natural, em função da nossa economia e de modo a melhorar a nossa qualidade de vida?
3. O nosso Município comporta indústrias de pequeno, médio ou grande porte?
4. Que tipos de tecnologias apropriadas (alternativas) possuíamos e que o “progresso” destruiu ou tem destruído?
5. Que tecnologias apropriadas, vistas em outros locais, podem ser transferidas para o nosso meio, para *efetivamente* nos auxiliar a resolver os nossos problemas?
6. A vocação de nosso Município é industrial, agropastoril, turística, de serviços diversos, ou sobretudo comercial?
7. Temos uma administração municipal simples, ágil, eficiente e eficaz para reivindicar e receber todos os seus recursos financeiros: locais, estaduais e federais?

#### **No Nível Cultural:**

1. Que registro temos de nossas Histórias, de nossas origens, de nossa etnia, de nossas tradições; que laços mantemos com as nossas origens e migração?

2. Sem perder de vista as contribuições que revistas, jornais, televisão, rádio, telefone, etc. trazem para a nossa cultura, que valor e expressão damos ao nosso potencial cultural, local, singular, único tão nosso?
3. O que estamos fazendo para que a cultura local enriqueça o currículo das nossas escolas, aponte soluções para os nossos serviços-médicos (remédios populares provados, técnicas tradicionais de parto e curas, etc...), alternativas de alimentação com recursos locais, etc...?
4. Temos lidado com a cultura local de modo crítico e reflexivo?
5. Temos lidado com a cultura local para favorecer a nossa maturação psicológica e social, para favorecer a nossa transformação enquanto pessoa, cidadão ou comunidade?

#### No Nível Social:

1. Conhecemos e usufruímos de todos os recursos comunitários existentes em nosso Município?
  - a) Lazer?
  - b) Saúde?
  - c) Alimentação?
  - d) Desportos?
  - e) Transportes?
  - f) Energia?
  - g) Comunicação?
  - h) Saneamento básico?
  - i) Reservas ecológicas?
  - j) Informação?
  - l) Serviços de Amparo?
  - m) e outros?
2. Temos organizações capazes de fiscalizar, propor medidas saneadoras, e fazer reivindicações para melhorar a nossa qualidade de vida?

#### No Nível Político:

- a) O exercício da cidadania é uma prática cotidiana em nosso Município, seja enquanto pessoa ou enquanto grupos organizados em torno de movimentos sociais, partidos políticos, sindicatos, associações, agremiações religiosas e militares?
- b) O cidadão participa, enquanto pessoa ou grupo, da administração municipal?

- c) O direito à liberdade de opinião, o direito de expressão, o direito de opção, os direitos humanos, os direitos da criança, os direitos de grupos tradicionais marginalizados, são respeitados?

Postas, discutidas, refletidas estas e outras questões, torna-se mais clara a identificação e a definição da *vocação municipal*, que é a resultante de seus potenciais político, social, cultural e econômico.

Com um diagnóstico assim fundamentado pode-se delinear uma proposta de *processo* de desenvolvimento municipal, não baseado em modelos teóricos ou impostos de fora.

Isto não significa que o Município deva isolar-se dos demais Municípios da Federação, muito pelo contrário: deve confrontar as suas idéias e soluções com as de outros, para melhor fecundá-las, enriquecê-las, trocar experiências, e, assim, talvez, a *verdadeira Federação* se faça.

## REFLEXÕES SOBRE PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE DESENVOLVIDOS NO CENTRO-OESTE/BRASIL

Severino Márcio P. Meirelles

### 1. INTRODUÇÃO

Os movimentos sanitários brasileiros ocorridos nas décadas de 70/80 incorporaram importantes componentes educacionais nas ações e programas de saúde pública, tanto nos desenvolvidos pelo Estado quanto por agências independentes.

O Brasil como um todo, bem como a região Centro-Oeste em particular, tem sido palco desses programas, sendo importante ressaltar a experiência da Organização de Saúde do Estado de Goiás – OSEGO, em Porto Nacional, em Goiás.

Buscando resgatar a questão da educação em saúde em movimentos dessa natureza, elaborou-se o presente relato

baseando-se na participação do autor nos seguintes eventos: Programa Integrado de Saúde Comunitária de Planaltina/DF, 1975/79; Programa Integrado de Saúde Comunitária do Médio Araguaia/GO-MT, 1977/1979; Projeto Terranova/MT, 1979; Plano Integrado de Atenção ao Menor e à Família – FEBEMAT/MT, 1980-1982; Internato em Atenção Primária do Departamento de Medicina da UFMT, 1984/1985; Seminários Sobre Política de Saúde na Região Médio Araguaia-Barra do Garça/MT, 1985-1986.

Em todos estes programas de Saúde Pública o componente educacional estava presente, inserindo-se nos mesmos da seguinte forma: nos programas de Planaltina, Médio Araguaia, Terranova e o da FEBEMAT o componente educacional era principalmente dirigido à população, através da preparação de agentes que atuavam como multiplicadores na comunidade; no programa do Internato o componente educacional dirigiu-se diretamente aos pacientes, comunidade e aos funcionários dos serviços de saúde; nos Seminários sobre Política de Saúde o componente educacional caracterizou-se pelo debate político com administradores, funcionários e representantes populares.

Este conjunto de atividades pode ser objeto de reflexões teóricas, pois apresenta riquezas de caráter político, social e pedagógico, podendo também ser resgatadas para o debate sobre a Educação em Saúde.

## 2. REFLEXÕES

### a) Programas com Agentes.

Os programas que buscavam atuar através de agentes multiplicadores partiam do diagnóstico de que populações de periferias urbanas e áreas rurais *estavam descobertas de atendimento à saúde, sem perspectivas imediatas de extensão dos serviços convencionais até elas*. Estes programas baseavam-se nos princípios de *extensão da cobertura* através de utilização de pessoal elementar que atuasse a nível de domicílio, desenvolvendo ações simplificadoras de natureza educativa e assistencial.

Determinavam as características dos agentes, os baixos salários em relação ao

conjunto do pessoal dos serviços, a natureza das atividades executadas e a proposta de ações simplificadas dos programas. Estas eram condições antecedentes que limitavam previamente o perfil educacional daqueles que ingressavam nessas atividades.

Dois tipos mais marcantes de programas de saúde que envolviam agentes ficaram caracterizados. Os que priorizavam a eficiência e eficácia das ações de natureza técnica delegadas aos agentes baseavam-se em módulos educativos rígidos, visando habilitá-los nos limites do perfil exigido resultando em menor abertura para a criatividade e a variabilidade frente às demandas da realidade. Já os programas que privilegiavam os aspectos políticos e sociais possibilitavam maior abertura frente às exigências.

Quanto aos aspectos pedagógicos, foram estruturados treinamentos informais para os agentes, com os recursos humanos disponíveis no interior dos projetos e instituições, sem estabelecer uma proposta formadora, mas sim essencialmente voltada para desenvolver *habilidades seletivas frente a delegações previamente estabelecidas*.

Os programas eminentemente técnicos elaboraram manuais nos quais se estabelecia a natureza da ação a ser executada e os passos operacionais – psico-motores e cognitivos – que deviam ser desenvolvidos pelos agentes nas situações específicas.

Já os programas de caráter estimulador/participativo concentravam seus esforços nos aspectos discursivos das relações que envolvem a obtenção da assistência e promoção à saúde, com menor exigência na habilitação teórica.

Na fase de execução programática os agentes reproduziam o conhecimento obtido nos treinamentos, durante as visitas domiciliares, em discussões em grupos e participação em reuniões comunitárias.

Em geral, os aspectos de supervisão das atividades dos agentes e o estabelecimento de referência para encaminhamento de pacientes a serviços mais sofisticados eram limitados, pois a exigência de baixos custos operacionais entravam em contradição com os critérios

de qualidade, de integralidade e racionalidade. Essa contradição se expressava na medida em que os programas de agentes de saúde eram propostas para substituir a ausência dessas condições nos serviços e não para complementá-las.

Os resultados negativos mais marcantes dos programas, dentre outros, foram os seguintes: duração transitória, sem incorporação efetiva à estrutura de serviços; deslocamento das ações dos agentes em relação ao andamento dos serviços convencionais; dificuldade de avaliação objetiva do impacto das ações devido à natureza parcial que as mesmas tinham na solução dos problemas e a falta do desenvolvimento de indicadores mais precisos para sua avaliação; acentuada percepção de uma dimensão fiscalizadora da ação do agente pela comunidade. Quanto aos aspectos positivos verifica-se boa aceitação e comunicação entre os agentes e a comunidade; extensão real de serviços simplificados, referentes a atenção de problemas de baixa complexidade através dos agentes; execução de ações educativas referentes à higiene pessoal e do meio.

#### b) Programa do Internato.

O programa de Internato em Atenção Primária baseava-se em outro princípio, pois já pressupunha a otimização dos serviços convencionais de saúde pública para seu melhor desempenho frente às necessidades da comunidade. Tendo como fulcro<sup>1</sup> central a estratégia de integração da universidade com os serviços, buscava introduzir o ensino acadêmico na prática sanitária corrente na unidade desse setor, sendo que as transformações em ambos os lados – Universidade/Serviços – ocorreria no processo.

O processo educativo realizado com funcionários voltava-se para a melhoria assistencial em decorrência da percepção conjunta dos funcionários e da equipe da Universidade, enquanto que os programas educativos dirigidos à comunidade enquadravam-se nos limites da mobilização para participação versus informação para mudança de comportamento frente às doenças e à

realidade. Nesses limites os cursos e reuniões buscavam adequar-se à percepção, motivação e capacidade de resposta dos grupos envolvidos.

Do ângulo sanitário, objetivava uma gradativa melhoria dos meios diagnósticos, terapêuticos e assistenciais, visando a melhoria da resolutividade com a capacidade instalada e recursos humanos disponíveis.

Do ponto de vista pedagógico, baseava-se em educação informal com especial atenção para os processos de comunicação inter-profissional e social, através de trabalho em grupo e acompanhamento das atividades com os funcionários e cursos de curta duração, em torno de temas das atividades assistenciais, com os pacientes e a comunidade.

Os resultados alcançados no período acompanhado, quanto aos aspectos positivos, apresentam: revitalização da unidade sanitária, no que se refere ao comparecimento da comunidade; diversificação dos programas desenvolvidos; maior comunicação entre os funcionários e a comunidade, principalmente em relação às expectativas quanto ao serviço prestado. Quanto aos aspectos negativos observa-se resistência dos funcionários em engajar-se nos programas, pois os mesmos representaram uma sobrecarga diante da rotina pouco exigente desenvolvida pelos serviços e precariedade de canais de comunicação entre comunidades e serviços de saúde, no que se refere a um interesse por uma participação autêntica.

#### c) Seminários Sobre Política

Os Seminários sobre Política de Saúde na região do Médio Araguaia vêm sendo realizados pelo CEPED/Centro de Educação Permanente do Centro Pedagógico de Barra do Garças/UFMT, como um movimento educativo que visa colaborar para o estabelecimento de uma reorganização dos serviços de saúde, através de uma participação política a partir das bases populares e dos canais políticos de organização da população.

Para tal objetivo reuniu profissionais de saúde da região em debates

1 - fulcro: sustentáculo, apólo, amparo, base, all-cerce, fundamento.

preliminares e estruturou um cronograma de eventos a serem realizados a nível local e regional.

Os eventos locais caracterizam-se pelo debate, no trabalho e na comunidade, sobre os pontos enfocados na VIII Conferência Nacional de Saúde – saúde como direito do cidadão, financiamento dos serviços de saúde e reorganização dos serviços de saúde.

Estes debates deveriam produzir um posicionamento em função da problemática local, visando contribuir para uma proposta a ser apresentada a nível regional.

Organizou-se um seminário para debate das propostas locais, com representantes que pudessem produzir um documento sobre política regional de saúde, a ser rediscutido pelos grupos locais e debatido com candidatos da região à Constituinte.

Este movimento propõe-se a organizar uma associação para debater e acompanhar a política de saúde da região, esclarecendo com os candidatos à Constituinte, parlamentares e executivos, sua posição frente às aspirações regionais.

Do ponto de vista sanitário este movimento visa participar da reorganização dos serviços de saúde através do comprometimento das políticas com as posições retiradas regionalmente.

Como processo pedagógico, busca estabelecer um vínculo entre a melhoria dos níveis de saúde e de vida, com a participação e organização política do povo. É um processo educativo sócio-político, no qual os docentes do Centro Pedagógico de Barra do Garças estão mobilizando segmentos organizados da população, da região, para refletir, debater e participar nas decisões no setor saúde.

Não se pode avaliar os resultados até o presente momento, pois o movimento está sendo desenvolvido com vistas à maior participação na Assembléia Nacional Constituinte e comprometimento dos futuros Senadores e Deputados, daquela região, com as questões de saúde. No entanto, verifica-se nas sucessivas reuniões um engajamento de um maior número de pessoas e comunidade no processo.

## COMENTÁRIOS E CONCLUSÕES

As experiências apresentadas diferenciam-se metodologicamente, mas também articulam-se com a situação da conjuntura política dos períodos que ocorreram.

As experiências de educação através de agentes, com caráter técnico e de mudança de comportamento a nível de indivíduo, ocorreram durante o período de regime militar em que os limites de discussão das raízes dos problemas sociais estavam limitados no interior dos serviços públicos.

As propostas do internato em Atenção Primária e os Seminários sobre Política de Saúde ocorrem no período de redemocratização, em que as reflexões e proposições estruturais com forte conotação política, dominam o debate nacional.

Observa-se, claramente, a politização dos processos educativos na área de educação em saúde, nas várias conjunturas políticas pelas quais atravessa o país, quer pela omissão, quer pelo comprometimento em relação aos temas políticos e sociais.

Pelos resultados observados, pode-se verificar que as várias estratégias têm aspectos negativos que podem ser minimizados, e positivos que podem ser ressaltados.

As diferentes estratégias utilizadas nos vários programas analisados, quando executadas descoladamente, enfocando predominantemente aspectos técnicos e/ou aspectos puramente políticos, estão suscetíveis de críticas e dificilmente atingem objetivos de colaborar na promoção da saúde e prevenção da doença, em sua extensão mais ampla e abrangente.

No entanto, se visualizarmos um sistema nacional de saúde que desenvolva uma política de saúde coerente, articulada, com integralidade das ações, universalização da cobertura e participação popular, as várias estratégias utilizadas nos vários programas citados poderão colaborar para a viabilização destas metas.



## BRASIL POLIGENTE<sup>1</sup>. BRASIL POLIMORFO<sup>2</sup>

Carlos A. Vieira

Casos, depoimentos, entrevistas, oitivas, questionários, conversas, etc. Lidando com pessoas, associações e comunidades por todo o Brasil, desde 1957, o autor tem colecionado de memória, estórias que, compondo aos poucos um mosaico, vão delineando em seu espírito a face do povo brasileiro, face, aliás, estranhíssima e singular, paradoxal, cheia de contrastes.

Os assuntos e as situações foram e são várias, nem sempre sérias, nem sempre pitorescas, muitas vezes sem sal ou açúcar, mas que ajudam a entender ou desentender melhor o que passa por aí, desde o mato até o interior de palácios governamentais.... Os fragmentos que se seguem são a voz do cidadão brasileiro ecoando na sua memória, por isso alguns termos ou palavras podem não ser fidedignas, mas o conteúdo o é.

1) Lourenço (Cacique Nhambiquara) no Encontro de Pajés, ocorrido na Chapada dos Guimarães, MT:

“Estudei na minha cabeça e compreendi que o mundo é um só; estudei na minha cabeça e compreendi que todo homem bebe água e que todo homem é irmão porque bebe água.

Quanto mais liberdade e quanto menos ambição, mais saúde tem o homem, menos remédios de branco ou de índio.

O índio não precisa de possuir a terra, ele e a terra “é” uma coisa só, por isso ele não precisa ter a terra, mas de viver com a terra, com os seus antepassados, com a sua tradição, tudo é uma coisa só.

O índio Nhambiquara não quer incomodar o branco das cidades de Vilhena ou de Comodoro, mas também não quer ser incomodado...”

2) Maria, sexagenária, líder comunitária, em Vila Velha, ES:

“Eu e o meu povo aqui da Associação somos do PT, mas apoiamos o Prefeito, que é do PMDB, porque ele está apoiando as nossas ações e o nosso trabalho. Se o

próximo Prefeito for do PT e não nos atender, faremos oposição e tiramos o tapete dele.

Só sobe no caminhão de comércio quem a gente deixa e isto a gente decide na hora, na bucha; político esperto não tem coragem de chegar perto se não está com a gente ou se tem rabo preso.”

3) Raul, líder comunitário, em Caetés, MG:

“Convivi com Ivan Illich no período áureo que ele esteve no México; mas é aqui que encontrei o meu lugar e vamos levar a idéia das associações comunitárias, das associações de moradores, adiante. Mas o caminho é longo e o trabalho é difícil, sobretudo por causa da preguiça e da descrença de alguns populares e do conservadorismo de líderes já estabelecidos, que não querem que a coisa mude.”

4) O próprio autor, em uma reunião no povoado “Toca da Onça”, em Colinas, MA:

“Aqui por perto passou o Cavaleiro da Esperança; só que este Carlos aqui é o cavaleiro da desesperança... conheço alguns corredores nos gabinetes de Brasília e sei que se vocês não contarem com as próprias forças, não se mobilizarem, não se organizarem para a concretização de suas propostas de auto-sustentação e de libertação política, cultural, social e econômica, vocês continuarão a ver navios ou a viver de esperanças.

É preciso substituir o sentimento de esperança vazia e partir para o sentimento de certeza de que vocês são capazes de realizar, unidos, as coisas necessárias para uma vida comunitária decente.”

5) Um populista de Aragarças, GO:

“Eu tenho uma saudade doida do Getúlio Vargas; aquele sim, era o pai de todos nós...”

6) Maria, velha octogenária, em Belo Horizonte, MG:

- 1 – **poligente**: que se apresenta sob a forma de diferentes tipos de raças e ou classes sociais;  
2 – **polimorfo**: que se apresenta sob diversas formas; sujeito a variar de forma.

“Estes padres todos estão virando comunistas! Não prestam mais prá nada. Olha lá a garrafa de pinga debaixo do braço dele.”

- 7) Bastém, membro do Partidão, em Sete Lagoas (MG), quando se implantou o BNH:

“Acabaram de inventar o mais sutil instrumento de dominação das classes operárias e da classe média, via dívidas impagáveis.”

- 8) Pedro X. Gontijo, poucos meses antes de morrer, ativista do Anarquismo, um dos fundadores de Divinópolis, MG:

“Estou tão cheio de tudo isto que, quando morrer, se existir vida no além-túmulo, vou virar Preto Velho em terreiro de Macumba.”

- 9) Um ufólogo (ovnista), em Brasília, DF:

“Sinto que *eles* estão chegando e que resolverão todos os nossos problemas.”

- 10) Uma exoterista, em Nova Xavantina, MT:

“O Messias já nasceu e arrumará todas as coisas *para nós*.”

- 11) Do Poeta Bueno da Rivera (geração 45), em Belo Horizonte, MG:

“Aqueles estúpidos da Academia de Letras que vieram me visitar não queriam acreditar que eu, locutor esportivo, gente do povo, com curso primário, fizera poesia de primeira grandeza. Então eu gozava com a cara deles ou fazendo-os esperar, ou dizendo que os poemas premiados foram escritos pelo meu irmão!

- 12) Joca (mateiro durante uma Expedição do Roncador-Xingu), em Aragarças, GO:

“Doutor é sempre gente sabida, mas povo é gente vivida; na hora da onça beber água, diploma não vale nada.”

- 13) Jovem índio Xavante, em MT:

“Alguns índios jovens como eu estão tão envolvidos pela *sociedade envolvente* que já nem sabemos mais quem somos. Não sabemos as coisas dos nossos velhos e não compreendemos direito o mundo dos brancos.”

- 14) Centenas de professores universitários, em centenas de reuniões, congressos, seminários, mesas-redondas, em dezenas de universidades e milhares de artigos, em hipnose acadêmica coletiva no Brasil:

“As contradições se resolvem no bojo dos movimentos populares.”

## LEITURAS COMPLEMENTARES

### POEMA DE ALBERTO CAIEIRO

(Fernando Pessoa)

“Falas de civilização, e de não dever ser, ou de não dever ser assim.  
Dizes que todos sofrem, ou a maioria de todos, com as coisas humanas postas desta maneira.  
Dizes que se fossem diferentes, sofreriam menos.  
Dizes que se fossem como tu queres, seria melhor.  
Escuto sem te ouvir.  
Para que te quereria eu ouvir?  
Ouvinto-te nada ficaria sabendo.  
Se as coisas fossem diferentes, seriam diferentes: eis tudo.  
Se as coisas fossem como tu queres, seriam só como tu queres.  
Ai de ti e de todos que levam a vida a querer inventar a máquina de fazer felicidades!

## A INFLUÊNCIA GENUÍNA

(Trecho de Lao-Tsé, Tao-Te-Ching –  
O Livro do Caminho Perfeito).

“(…)

Num reino a multiplicidade gera a pobreza do povo.

Quanto mais incentivos para aumentar o lucro, maior desordem no clã e no Estado. Quanto mais destreza formem os homens, mais estranhas são as artimanhas para vencê-la.

Quanto mais aprimorada é a legislação e a censura, maior número de assaltantes aparecem.

Portanto, o sábio nada faz intencionalmente, e o povo, por si mesmo, se transformará.

Eu me mantenho tranquilo, e o povo por si mesmo se retifica.

Não intervenho em seus negócios, e o povo por si mesmo prosperará (…)”

## O TAMBOR DAS ASSEMBLÉIAS

(Extraído de notas explicativas do  
Suttapitaka)

Há aproximadamente 2.500 anos passados, no tempo de Buda existiam os *LICCHAVI*, poderosa tribo da Índia.

“Seu poderio se assentava na grande unidade que mantinham”. Gozavam de grande prosperidade e riqueza, mas não viviam “no luxo nem na molície”.

“Eram admirados principalmente por seu sistema de governo. Constituíam uma corporação organizada, ou república (gana ou sangha)”.

“Celebravam numerosas e freqüentes assembléias, nas quais os problemas que afetavam, quer toda a confederação, quer a seus membros individualmente, eram amplamente discutidos. Quando se ouvia o chamado do tambor das assembléias, todos abandonavam suas tarefas e se reuniam imediatamente no Santohágárasálá (Sala de Deliberação)”.

**in Valden – A vida nos Bosques  
A Desobediência Civil**

(Henry Thoreau)

“Os homens, em sua maioria, levam vida de sereno desespero; o que se chama

resignação é desespero crônico. Vão das cidades sem perspectiva para o campo sem futuro,...

Acho que devemos em primeiro lugar ser homem, e só depois súditos”.

(Almanaque do Pensamento)

“Nesse período você poderá iniciar novos relacionamentos e associações, mediante uma compreensiva aceitação de idéias.

Você vislumbrará novas metas e ideais; cuide apenas de não impor seu ponto de vista”.

# Gestão municipal e participação popular

UNIDADE 2

Carlos Alberto Vieira e outros

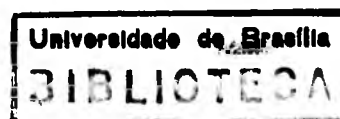


- APRESENTAÇÃO
- EXPERIÊNCIAS DE DEMOCRATIZAÇÃO DAS DECISÕES GOVERNAMENTAIS EM NÍVEL MUNICIPAL.
- EXPERIÊNCIAS
- QUESTÕES EM ABERTO (PERPLEXIDADES E CONTROVÉRSIAS). NÍVEIS DE COMPLEXIDADE E DE PARTICIPAÇÃO DO CIDADÃO NA ADMINISTRAÇÃO.
- EXTRATO DE COMUNICAÇÕES, DOCUMENTOS E RELATÓRIOS DE VISITAS:

(até fevereiro de 1986)

Atibaia (SP)  
Ibitinga (SP)  
Caeté (MG)  
Matão (SP)  
Colinas (MA)  
Abadiânia (GO)  
Vila Velha (ES)  
Toledo (PR)  
Itapiúna (CE)  
Guarapuava (PR)

A experiência do INTROESTE –  
desenvolvimento auto-sustentado no  
Centro-Oeste Mineiro  
Jundiá (SP)  
Itapissuma (PE)



# GESTÃO MUNICIPAL E PARTICIPAÇÃO POPULAR

Carlos. A. Vieira e outros

## APRESENTAÇÃO

Este tema tem por objetivo informar sobre algumas experiências, de Democratização da Gestão Municipal e o material obtido provém de:

- a) viagens de estudo, "in loco";
- b) análise de documentos e informativos vinculados por algumas Prefeituras;
- c) relatos de experiências apresentadas no Seminário de Democratização da Gestão Municipal, realizado em Fortaleza (Ceará), no período de 3 a 5 de janeiro/86, com a presença de Prefeitos e Vereadores de vários Municípios de todo o Brasil;
- d) informações pessoais repassadas por alguns Prefeitos presentes no Seminário, de modo informal.

Uma de suas finalidades é a de socializar o conhecimento sobre alguns casos, em seus aspectos de realização prática.

Como também revelar algumas questões genéricas a respeito do "processo", presentes em todos os casos, revelando graus de complexidade já alcançados, bem como as peculiaridades de algumas soluções encontradas.

Não se trata de um receituário, porém de material de reflexão que talvez possa auxiliar o processo em andamento em algumas Prefeituras e estimular a outras para que experimentem este modo participativo de administração municipal.

## EXPERIÊNCIAS DE DEMOCRATIZAÇÃO DAS DECISÕES GOVERNAMENTAIS EM NÍVEL MUNICIPAL

### INTRODUÇÃO:

É como se fossem duas Repúblicas. Uma delas, divorciada do povo brasileiro,

procura manter a idéia federativa de cima para baixo, sustentando todas as iniciativas que reforçam quase cinco séculos de colonialismo e suas conseqüentes mazelas. Séculos de interferências externas e de dominações oligárquicas internas. E o seu reflexo inevitável nas instituições públicas e privadas, estas nacionais e internacionais. Não convivência saudável e necessária, mas usufruto de privilégios e espaços. O império do poder que o dinheiro confere, a embriaguez que o poder político permite, o desinteresse pelos problemas sociais que os monopólios perseguem.

A outra República é emergente. É fundada pelo próprio povo brasileiro, num lento trabalho de formigas e de abelhas. Ela se expressa através de movimentos sociais, de associações populares as mais diversas, por organizações comunitárias. É uma República que se apóia no municipalismo e que acredita que o Município é o espaço adequado e necessário para o consciente exercício da cidadania, que acredita que o Município é a célula da Pátria concreta e que o Estado e a União são abstrações necessárias, apenas e enquanto servidas do povo.

Os prefeitos despertam para o fato de que eles são parte deste povo e que só podem representá-lo se reconhecerem o direito deste mesmo povo de participar ativamente das decisões governamentais.

Uma vontade política e social pressentida e despertada pelo povo brasileiro, reconhece que grandes nações se fizeram potência no século XX, a partir de uma real, concreta e efetiva participação popular: exemplos comuns são os Estados Unidos e o Japão, a China e alguns países da Europa, Itália por exemplo.

Uma Federação alicerçada de baixo para cima. Mudança. Espaço de liberdade, de trabalho, de esforço coletivo, força de autodeterminação. Cooperação e não competição. Maturidade. Auto-sustentação.

### EXPERIÊNCIAS

Movimentos. Ensaios, erros e acertos. Lajes, Boa Esperança, Colinas, Aracati, Varginha, Santa Rita do Capibaribe,

Toledo, Joinville, Porangatu, Abadiânia, Recife, Natal, Contagem, Betim, Ibitinga, Matão, Caeté, Vila Velha, Itabuna, Criciúma, São Simão, Itapissuma, Breves, Paulínea, Poço Verde, Jaraguá, Uberaba, Jundiá, Guarapuava, Guaçuf, Itapiuna, Divinópolis e Jaú. E outros Municípios. Ensaios. Erros. Acertos.

Toda a compreensão do processo está por ser feita. A sistematização deste conhecimento é difícil. A transferência deste conhecimento se faz de modo informal. Visitas de curiosidade e de esperança de um lugar para outro. Palestras. Debates. Seminários. Conferências. Algumas publicações. A informação dando os primeiros passos de socialização do conhecimento.

Indústrias comunitárias. Práticas de conscientização, mobilização e organização comunitária. Prática de implantação e disseminação de tecnologias apropriadas, para o meio suburbano e para o meio rural. Mutirões. Conselhos Comunitários. Iniciativas individuais. Participação popular na administração pública, até mesmo ao nível de decidir prioridades, optar por aplicação de recursos e acompanhar e controlar a sua aplicação.

Responsabilidade compartilhada.  
Exercício consciente da cidadania.

## **QUESTÕES EM ABERTO (PERPLEXIDADES E CONTROVÉRSIAS). NÍVEIS DE COMPLEXIDADE E DE PARTICIPAÇÃO DO CIDADÃO NA ADMINISTRAÇÃO**

Em recente viagem de estudos para o PND (1985/86), elaborou-se 8 questões como referência para o trabalho de campo, em alguns Municípios. De modo informal, conviveu-se com Prefeitos, Assessores, Líderes Comunitários. A escolha dos Municípios contou com a colaboração do Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM e do Instituto de Estudos Sócio-Econômicos – INESC.

As questões foram as seguintes:

1. Qual a base econômica do Município?
2. Como se dá a participação popular: espontânea, movimentos sociais, associações (de bairro, de moradores, comerciais, sindicatos, etc.)
3. Exemplo de problema significativo solucionado com a interação Prefeitura X Comunidade?
4. O Município participa de Consórcio Intermunicipal?
5. A comunidade participa da definição de prioridades da Administração?
6. Quais são os programas significativos em termos de tecnologia apropriada (de baixo custo), com grandes benefícios sociais?
7. Qual a realização mais significativa em termos de aumento da renda municipal? Como foi feita? Qual é o nível de adesão ou participação popular?
8. Qual tem sido o efeito da descentralização ao nível dos Distritos e Povoados?

*Estas questões foram aprofundadas no decorrer de um Seminário em Fortaleza, através de apresentações (conferências proferidas por Prefeitos) e dos debates consequentes.*

Decorrentes desta prática participativa no Seminário, outras vieram à tona e revelaram toda a complexidade existente no decorrer do processo, variáveis que se tornaram perplexidades no seu desdobramento, algumas de caráter controverso, e que são questões em aberto:

9. Como conviver com a emergente (nova) consciência política, nitidamente supra-partidária ou às vezes apartidária?
10. Como enfrentar a questão da sobrevivência dos cidadãos e das comunidades, através de programas básicos de Produção, Educação e Saúde?
11. Que mecanismos utilizar para dar maior eficiência, eficácia e efetividade ao controle

- orçamentário e financeiro do Município?
12. Como conviver com as reações convergentes ou divergentes ou de oposição, desencadeadas por vereadores alheios ao processo, por motivos os mais diversos?
  13. Como organizar a sociedade para que aprenda a se defender e a reivindicar os seus direitos, perante os dominadores, grupos oligárquicos locais e estaduais?
  14. Como conviver com a intervenção (política e técnica) de nível federal e estadual, que às vezes trazem benefícios, mas muitas vezes são extremamente danosas à vida municipal?
  15. Como se mobilizar e propor medidas saneadoras e condicionantes de caráter legal obsoletos, que entravam o processo?
  16. De que modo induzir a comunidade a participar sem temores e de modo criativo em questões urgentes e fundamentais, de interesse local e nacional, tais como o da Constituinte, o da Reforma Agrária, o da Reforma Tributária?
  17. De que modo *informar* e *socializar* de maneira estimuladora e permanente o conhecimento teórico e prático resultante das inúmeras experiências já existentes no país?
  18. Como enunciar os conceitos de *mutirão* (para que não seja a expressão pura e simples de mão-de-obra explorada em nome do interesse público), e de *comunidade*, (para que este termo não seja um abastardamento, um novo instrumento de dominação e de manipulação do povo?).
  19. Como garantir a autonomia dos movimentos populares?
  20. Como despertar na nova liderança, o compromisso político de uma diferente postura no desempenho do poder, como espírito de serviço, e não de expressão do próprio egoísmo, da ânsia e ambição do poder, do carreirismo desenfreado?
  21. Como tornar real e efetiva a descentralização administrativa, também ao nível municipal?
  22. Como desenvolver a questão necessária da busca de caminhos de auto-sustentação da vida municipal, em seus aspectos sócio-culturais, político e econômicos?
  23. Como resolver a questão de que haja garantia de continuidade do processo e das experiências, quando da transferência do poder, de uma administração para outra?
  24. Como fundamentar teoricamente a questão da Política de Participação Popular, na gestão municipal, como um dos mecanismos essenciais de fortalecimento do Município, e conseqüentemente, da Federação?

## EXTRATOS DE COMUNICAÇÕES, DOCUMENTOS E RELATÓRIOS DE VISITAS

(até fevereiro de 1986)

### ATIBAIA (SP)

No Município, o orçamento de 1986 foi feito por Decreto. Não há planejamento com a população. Não há participação popular na Administração da Prefeitura, a não ser episódios, com a Associação Comercial e com Sindicatos. Não há controle orçamentário via população. A base econômica é hortifrutigranjeiros, de iniciativa privada. Um pouco de turismo.

Um pequeno embrião de participação popular inicia-se com uma proposta de construção de casas populares, com ajuda mútua nas obras. O Estado dá a verba, aplicada como Fundo Perdido. 80 famílias divididas em 4 grupos de vinte constroem as casas. A prefeitura cuida da infraestrutura: arruamento, rede de água pública, rede de esgoto público, escola de 1º grau, posto de saúde, linhas de ônibus

e energia elétrica. As famílias selecionadas ganham de 1 a 3 salários mínimos. Cada família pagará pela casa, de 10 a 20 por cento do salário mínimo.

O dinheiro arrecadado dos moradores gerará um Fundo que será aplicado para atender a 20 novas famílias e, assim, sucessivamente.

### IBITINGA (SP)

No passado, este Município tinha sua base econômica na exploração de produtos hortigranjeiros. Esta atividade foi aos poucos sendo desativada, centrando-se no comércio e na agropecuária que responde por 10% de sua vida econômica. Hoje, a sua força econômica é representada por produção artesanal e industrial de bordados, que responde por 90% de sua vida econômica. Além de alimentar o mercado interno, exporta para os Estados Unidos, Canadá e Alemanha. A interação da Prefeitura com a comunidade se faz através da Câmara, do Lyons, da Maçonaria, da Igreja e de uma Associação de Moradores de uma vila.

A tessitura econômica<sup>1</sup> se alicerça na livre iniciativa.

A exploração artesanal e industrial teve sua origem na atividade de uma pessoa oriunda de Vila Real (Portugal). Repassou os conhecimentos de bordado para algumas pessoas a ponto de existirem hoje cerca de 15.000 máquinas em funcionamento.

A vida comunitária segue paralela às atividades da Prefeitura, que gera os negócios públicos de modo autônomo, integrada com a Câmara de Vereadores.

Não se formou uma indústria comunitária, mas pode-se dizer que cada lar é uma mini-indústria.

### CAETÉ (MG)

No Município, as ações que visam a organização comunitária (exercício pleno da cidadania) já estão em andamento, via conscientização e mobilização, com o apoio da Prefeitura, através de uma Assessoria para Assuntos Comunitários. As funções desta Assessoria são:

- a) fomentar e promover a criação de associações comunitárias;

- b) promover reuniões com associações para identificar os problemas comuns;
- c) acompanhar as soluções propostas pela comunidade;
- d) promover o intercâmbio entre as várias associações existentes;
- e) encaminhar ao Prefeito as demandas detectadas pela comunidade, bem como acompanhar a sua implantação;
- f) subsidiar os diversos órgãos estaduais e federais através do encaminhamento das demandas das comunidades;
- g) promover a integração das ações dos diversos órgãos estaduais que atuam no Município, tendo em vista a demanda das comunidades atendidas.

Este Município viu-se a braços com uma forte crise de desemprego, quando 1.500 trabalhadores foram marginalizados devido aos efeitos recessivos da economia nacional, que atingiu a duas importantes companhias da região, a mais importante delas atuante no setor siderúrgico.

A Prefeitura teve que mobilizar-se rapidamente para dar assistência aos desempregados e suas famílias.

Um programa de emergência (SOPÃO) foi desenvolvido com o apoio da Secretaria do Trabalho (estadual) e com ajuda de voluntários.

O embrião de uma empresa comunitária foi lançado, pelo plantio de um viveiro de café, em terreno cedido por particulares e gerenciado por uma Associação de Moradores, com a supervisão da Prefeitura.

Parte do Capital inicial foi doado pela Prefeitura e parte lhe será devolvida, após a apuração do primeiro lucro. Pretende-se adquirir uma propriedade para a Associação, para que o empreendimento se torne autônomo e auto-sustentável.

O Serviço de Assistência Social dá ênfase ao atendimento às crianças e às mulheres. O serviço voltado para as crianças é baseado na Declaração dos Direitos da Criança e envolve a participação de Assistentes Sociais, Médicos, Odontólogos, Mães e Voluntários.

1 - tessitura econômica: contextura; organização econômica.



As crianças são atendidas em regime de semi-internato, envolvendo creche, pré-escolar e escolar até a 4ª série. As mães participam da vida das instituições como lavadeiras, passadeiras, cozinheiras, desenvolvendo indústria caseira e artesanato.

É intensa no Município a interação com os Conselhos Comunitários, com a LBA, Mobral, Emater, IBC e Agências do INPS.

As organizações comunitárias apresentam níveis diferentes de amadurecimento, de acordo com as características sócio-culturais de cada Vila, e de cada Distrito.

A questão da Constituinte é uma proposta fomentada pela Prefeitura, através de um Programa que envolve:

- a) ciclo de palestras introdutórias;
- b) concurso municipal de monografias;
- c) ciclos de trabalhos nos bairros e distritos;
- e) palestras de aprofundamento;
- f) publicações (manifesto, cartilha popular ilustrada, apostilas, adesivos, cartazes).

## MATÃO (SP)

As ações que visam a integração Prefeitura x Comunidade no Município, já são bastante amadurecidas em termos de conscientização, mobilização e organização popular.

A base econômica fundamenta-se nos produtos cêtricos, cana, indústrias de implementos agrícolas, café, amendoim, soja, milho, arroz e nascentes indústrias de malharia.

Um programa integrado da Prefeitura, do qual a comunidade participa ativamente, envolve as questões de Alimentação, Educação e Saúde.

A organização comunitária interage com a Prefeitura de modos diferenciados:

- a) famílias escolhidas pela comunidade controlam a distribuição de alimentos, que chega a atender a quase 15.000 crianças;
- b) associações espontâneas que se formam e estão sendo oficializadas;

- c) mutirões, para a implantação de programas rápidos (esgoto, luz, etc.);
- d) voluntários, para diversos trabalhos comunitários, que passam a ter preferência em caso de necessidade de contratação, pela Prefeitura, de pessoal para os seus quadros;
- e) Sindicatos e Associações já organizados e Igrejas.

O Programa de Alimentação já é de renome internacional, com a visita de técnicos do exterior para verificar o programa (Cuba, Nigéria, Ghana).

Baseia-se na utilização de duas "vacas mecânicas", para a produção do leite de soja. Produzem 3.600 litros por dia; o resíduo é enriquecido com farinha de trigo, para a produção de pães e para o enriquecimento de merenda escolar.

A merenda escolar é centralizada numa cozinha-piloto da Prefeitura, que pode atender a 12.000 demandas por dia. Em terrenos da Prefeitura desenvolve-se uma horta, criação de coelhos, porcos e projeta-se a introdução de piscicultura, da criação de codornas e frangos.

A idéia é fechar um ciclo modelo ecossistema, auto-sustentável, aproveitando-se o esterco, e subprodutos, como a pele de coelhos para práticas artesanais dos estudantes.

O custo do litro e leite de soja é 60% mais barato que o leite de vaca.

Criou-se, em torno desta atividade, um Consórcio Intermunicipal de alimentação, envolvendo já 8 municípios periféricos.

Cada município tem acesso ao Programa pagando o combustível para o transporte.

A extensão dos benefícios do Programa de Alimentação para todas as comunidades, é feita pelo Sacolão Volante que em dia e hora pré-determinados distribuem produtos alimentícios, vendidos a baixo custo, através de um ônibus-mercado adaptado pela Prefeitura e de sua propriedade.

O Programa de Saúde é descentralizado, modularmente:

- a) Centro de Saúde, com creche e escola;

- b) Postos de Atendimento de menor tamanho;
- c) Traillers;
- d) Kombis.

Todo o serviço dá atendimento médico-odontológico: manhã, tarde e noite.

Todas as Escolas são atendidas por dentistas.

Faz-se um mutirão odontológico, uma vez por mês, com todos os dentistas e em todas as escolas.

Em janeiro de cada ano, faz-se um mutirão de saúde para toda a população, com a distribuição de remédios gratuitos.

Os traillers estão equipados para o atendimento médico-odontológico e atendem sobretudo à zona rural.

As Kombis apenas dão atendimento odontológico.

Estrutura-se um outro Consórcio Intermunicipal, para a produção de bloquetes de cimento, envolvendo 16 municípios.

Com um déficit de 2.000 casas, estuda-se com a população a implantação de mutirões de casa própria, com custo final mensal para o adquirente de aproximadamente 15% do salário-mínimo.

### **COLINAS (MA)**

O Município, situado no Nordeste brasileiro, interior, demonstra a capacidade de um povo que já não mais acredita em esperanças, em promessas e divagações políticas. Através de uma sensata atuação, o Poder Administrativo Municipal começa a batalhar por certezas que surjam de seus próprios esforços, em união, em busca de um processo de auto-sustentação.

A coordenação das ações é desenvolvida com o apoio da Fundação Konrad Adenauer, que financia a permanência de quatro técnicos na região, sem que a mesma Fundação tenha qualquer ingerência na proposta.

Duas linhas básicas orientam o trabalho do Município: efetiva participação popular, através da organização dos cidadãos em associações comunitárias, orientadas para a formação de mecanismos de indústrias comunitárias e caseiras, em busca da autodeterminação e da auto-sustentação.

Um inteligente mecanismo de repasse de material necessário às atividades é desenvolvido pela Prefeitura, sem paternalismo, de modo que os produtos obtidos a nível de artesanato e um processo de reprodução de teares, são comercializados, repõe o material inicialmente adquirido pela Prefeitura e cujo lucro é renda de quem trabalhou.

Dois teares já estão em funcionamento numa Escola-Produção, mais 2 em implantação e mais 4 para serem implantados.

Material de alta qualidade já começa a ser "exportado" para São Luiz e Teresina.

Em um Distrito, local de miséria absoluta, implanta-se uma fábrica de farinha, gerida e administrada pela Associação de Moradores, de modo que ela tende a se auto-sustentar em termos de consumo e de comercialização de excedente.

Incrementa-se o aumento da produção de mandioca, do milho e do algodão.

Outro Distrito, já bastante organizado em termos de Conselho Comunitário, dá mostras de já ser auto-suficiente. Uma estrutura fundiária inteligente, pela divisão de terras devolutas do Estado, em glebas de 5 a 7 hectares, para mais de 70 famílias, serve de união para a comunidade que utiliza um trator de uso comum, constrói o próprio Centro Comunitário, aumenta a rede de ensino, começa a equacionar a questão da energia elétrica, e, no conjunto, possibilita o aumento da renda individual e coletiva.

A relação desta comunidade distrital com a Prefeitura é de alto nível, buscando soluções de problemas pertinentes, fazendo reivindicações conscientes, e discutindo com o Prefeito e os seus Assessores em um nível de grande politização não sectária.

A mudança é tão significativa que, realmente, poderia servir de um processo adaptável às várias Prefeituras e Distritos do Nordeste.

### **ABADIÂNIA (GO)**

O Município, em estágio intermediário de organização popular interativa com a Prefeitura, através de Associações de

Moradores, registra duas experiências significativas, uma de tal sucesso que tornou-se paradigma nacional.

Através de apoio da Subsecretaria de Educação Supletiva do MEC (1982/1985), em convênio com a Universidade de Goiás, foi efetivado o Projeto “Escola Transitória, Modelo Rural”, do arquiteto João Filgueiras Lima, cujos resultados foram editados pelo Centro de Desenvolvimento e Apoio Técnico à Educação, do MEC, em 1984.

Posteriormente, a convite do Governador Leonel Brizola, o Dr. Filgueiras, implantou a experiência de Abadiânia, em todo o Estado do Rio.

Trata-se de uma experiência com argamassa armada, de baixo custo, e cuja tecnologia extremamente simples, pode ser dominada rapidamente por qualquer administração que a queira implantar.

As construções são bonitas, funcionais, saudáveis e nada deixam a dever em qualidade em relação às escolas de alto custo.

Além das escolas, foram feitas experiências de construção de pontes, ambulatórios, etc., com técnica semelhante, de baixo custo e que podem também ser uma solução ou inspiração para os Municípios brasileiros.

Atualmente, nas duas escolas construídas em Abadiânia, com esta técnica e nas demais escolas do Município, realiza-se uma experiência de mudança de currículo, com a supervisão técnica da Universidade de Goiás, que procura criar um currículo apropriado às condições ambientais do Município (meio físico, ecológico, recursos humanos, políticos, etc.), e cujo conteúdo e metodologia são discutidos com os pais e os professores dos alunos.

## **VILA VELHA (ES)**

O Município tem a experiência mais amadurecida em termos de relação política Prefeitura X Comunidade.

O processo participativo é um dos mais significativos no País. Um Conselho Comunitário composto de representantes de 54 Associações, administra o Município junto com o Prefeito e com a

Câmara. Todos os líderes comunitários são eleitos pela sua vizinhança.

Nas palavras do ex-Prefeito, Dr. Vasco Alves de Oliveira Junior, “é preciso despertar em cada cidadão a sua consciência, tornando-o coadjuvante do bem-estar coletivo; evidentemente esse despertar faz parte de um processo permanente de luta pelos seus direitos e a sua condução coletiva é de responsabilidade de todos os setores interessados no aprofundamento da democracia (setor cultural, popular, sindical, político, etc.).

Não pode haver mais lugar para o cidadão que apenas se limita a votar de período em período, pagar irregularmente os seus impostos e dirigir críticas à administração de forma isolada. A condição de cidadão deverá importar no desempenho de um papel responsável pela vida comunitária.

Nesse sentido, o cidadão deverá ter espaços para participar da discussão de todos os problemas coletivos e do encaminhamento de suas soluções.

É mister esclarecer que os governos que adotam o conceito tradicional de cidadania, afastando a participação popular da administração, deixam de contar com o inestimável apoio da opinião pública e um somatório inesgotável de idéias para a solução dos problemas”.

De fato, constatamos que em Vila Velha o discurso não é em vão.

A participação comunitária é real. E perpassa as questões do desenvolvimento social e político, da administração pública, etc.

A mudança se efetiva através das seguintes propostas concretas:

- a) execução de obras por administração direta (aquisição de veículos e equipamentos, construção de oficina e garagem, instalação de pedreira e de barreira para extração de terras, fábricas de drenos, gráfica, usina de asfalto e setor de artes).

Com tais medidas, a Prefeitura tornou-se praticamente autônoma, para efetivar as obras de significado coletivo;

- b) criação do Conselho de Planejamento Administrativo, fórum interno de debates,

composto por todos os assessores e coordenado pelo Gabinete do Prefeito, para traçar políticas administrativas e questões de articulação;

- c) implantação de uma estratégia permanente de ação básica na busca da organização coletiva, facilitadora da participação popular na administração, principalmente através de audiências coletivas à comunidade e entidades;
- d) elaboração democrática do orçamento municipal, através de assembleias gerais que definem as prioridades, e da eleição de 3 delegados de cada bairro que, juntamente com os delegados de cada setor organizado, compõem a assembleia municipal do orçamento.

Toda a questão orçamentária é decidida com a população e de tal modo que a fiscalização do cumprimento de sua execução é feita diariamente.

Além disto, sistematicamente são enviados balanços e balancetes da Prefeitura aos centros comunitários e associações de moradores, para que a população acompanhe a situação econômico-financeira do Município;

- e) enfim, tais estratégias se desdobram, com a participação popular, em segmentos outros, tais como: transporte, experiências para a ampliação da renda e emprego da população carente, habitação popular, mutirões, trabalho com o menor carente, saúde, educação e cultura.

## **TOLEDO (PR)**

O Município, oferece duas experiências significativas em termos de participação popular. Uma delas, semelhante à de Vila Velha (ES), é a Administração associada ao Conselho comunitário de Toledo.

“Atualmente o Conselho Comunitário de Toledo é constituído por representações dos partidos políticos PMDB, PFL, PDS, PCB, PT e PDT, de associações de moradores e amigos de bairros e distritos, de entidades de classe,

de clubes de serviço, de instituições religiosas, de órgãos estaduais com sede no Município e de órgãos municipais, pelos Diretores de Estabelecimentos de Ensino, pelos Vereadores e pelo Prefeito e Vice-Prefeito Municipal”. (Edilio Ferreira).

A segunda, é a questão das indústrias comunitárias de Toledo, uma realização para industrializar o Município, através de ações da própria comunidade, em busca de uma estrutura econômica auto-sustentada.

As indústrias se caracterizam por ser de propriedade comunitária, sem a monopolização de ações. E vão sendo criadas por “efeito cascata”:

- Indústria de Calçados S/A (INCASA);
- Indústria e Comércio de Peles S/A (INCOPESA);
- Indústria e Comércio de Adubos (INCOA);
- Indústria de Embalagens Plásticas (ONDINA);
- Indústria de Bolsas de Couro (INCOBOLAS);
- Indústria de Artefatos de Couro (INDUSCOURO).

Tudo isto atendendo ao mercado interno, exportando para o Canadá, a Itália e outros países, e fixando a população no Município.

No campo fértil da participação popular, cria-se o Programa Municipal de Incentivo às Indústrias Caseiras, o das hortas comunitárias, o de bordado e costura industrial, a de criação de coelhos, bois, frangos, peixes, com toda uma linha de indústrias que visam a utilização dos produtos e dos subprodutos.

Tal movimento se auto-sustenta e melhor se organiza, coligando indústrias e, agora, partindo para o mais arrojado dos projetos: TOLEDO S/A – PARTICIPAÇÕES.

“Com essa Companhia de Participação, Toledo amarra definitivamente todas as experiências em curso e as projetadas, além de tornar viáveis novas opções. É a garantia de manutenção do espírito dos empreendimentos, prevenindo-se de qualquer distorção que lhes retire o caráter fundamentalmente comunitário, coletivo” (Fábio Campana).

## **A AÇÃO COMUNITÁRIA: DESAFIO E REALIDADE DO MUNICÍPIO DE ITAPIÚNA/CE**

**(Equipe de Itapiúna)**

Foi precisamente em 1977 que o povo de Itapiúna despertou para o novo projeto, tendo como embrião a ação de catequese das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, aliada à mensagem de renovação da equipe administrativa cujo mandato se iniciara em janeiro daquele ano.

Partiu-se então, para o diagnóstico da realidade existente e de posse dos elementos coligidos<sup>1</sup> passou-se à discussão de toda problemática, af já contando com o ajuntamento comunitário, através de grupos que se organizavam para a materialização das ações alternativas ditas prioritárias pela comunidade, destacando-se o Setor de Educação e o Setor de Saúde, sem descuidar dos demais segmentos.

O projeto ia aos poucos se consolidando e os frutos decorrentes do trabalho estimulavam o povo que a cada dia engrossava a corrente formadora do mutirão, presente em cada obra ou benefício realizado no Município. Foi assim que surgiu a cisterna, o açude, a escola, o posto de saúde, o hospital, o centro comunitário, objetivos que contribuíram sobremaneira para a credibilidade do trabalho, facilitando a adesão de quase todos às ações desenvolvidas.

A comunidade se organizou de tal maneira que, por ocasião do processo sucessório municipal, indicou um de seus integrantes para a disputa eleitoral, elegendo-o com cerca de 86% dos votantes, marca jamais alcançada no Município, com a observação de concorrer com mais três candidatos.

Uma vez investido no cargo de Prefeito, na condição de integrante da equipe e por ela indicado para liderar as ações, procuramos dar continuidade ao projeto, ampliando as ações de forma a priorizar a produção no meio rural, como condição capaz de fixar o homem ao seu habitat.

Assim é que foram surgindo as associações comunitárias de maneira mais organizada, que se faziam representar por suas lideranças mais legítimas, e que formam o elo de ligação entre o povo e o Chefe do Governo local, atuando como porta-voz da comunidade no encaminhamento de suas reivindicações da maneira de solucioná-las.

Essas associações formam o Conselho Comunitário de Itapiúna que age junto aos organismos de apoio ao trabalhador rural como EMATERCE, EPACE, CODAGRO, Associação de Proteção à Saúde de Itapiúna, instituições creditícias e outros, capazes de fomentar o desenvolvimento no meio rural e urbano, através de novas técnicas, pesquisas, crédito, etc.

O resultado desse trabalho se faz sentir em todos os segmentos e é responsável pelo aumento da produção, por novas oportunidades de trabalho e pela fixação do homem no campo, apesar das adversidades climáticas constantes na região.

### **RESULTADOS ALCANÇADOS**

No que pese a ínfima receita per capita do Município, nos anos de 1983 a 1985 de Cr\$ 797, Cr\$ 3.452 e Cr\$ 14.880, mensais, respectivamente, os resultados alcançados pela administração municipal em consonância com as ações comunitárias foram por demais positivos, como demonstra a longa relação de obras realizadas.

#### **a) Educação**

O envolvimento dos pais dos alunos na construção e no funcionamento da escola, através da doação do terreno, confecção de tijolos e edificação dos prédios, contribuindo com a mão-de-obra, indicando a professora para seleção pelo órgão de educação municipal, fazendo a merenda e, por fim, conhecendo a escola em todas as minudências<sup>2</sup>, inclusive se relacionando com as professoras de modo a acompanhar o comportamento do educando no meio escolar, através de reuniões mensais, representa a participação direta para o bom desempenho desse setor, cujo êxito deve ser creditado também à distribuição de

1 - coligidos: reunidos, coletados, ajuntados em coleção, massa ou feixe.

2 - minudências: coisas muito miúdas.

material escolar, através da Secretaria de Educação que subsidia esse projeto em cerca de 75%.

Ademais, a qualificação e capacitação das professoras tem sido deveras importante na melhoria do ensino, ao ponto de se contar, hoje, com 50% das chamadas professoras leigas a nível de 1º grau.

Foi possível na área de educação, contando com todo esse esforço, realizar o seguinte:

- Construção do Centro de Educação Rural (CERU) em Palmatória;
- Construção de unidades escolares em Capivara, Mutamba, Santo Antonio, Travessia, Lagoa da Carbaúba, Lagoas, Rodeador, Boa Vista, Bico da Arara e Caio Prado;
- Reforma de todas as unidades escolares existentes e ampliação do Centro Educacional Nossa Senhora da Conceição, na Sede;
- Ampliação de todas as escolas, com construção de cozinhas e cisternas;
- Capacitação de professora a nível de 8ª série (50%);
- Auxílio financeiro ao Centro Educacional Nossa Senhora da Conceição, através de projeto de Lei enviado e aprovado pela Câmara Municipal;
- Aquisição de equipamento escolar e material de cantina para todas as escolas; e
- Aquisição de livros didáticos para o aluno – zona urbana e rural.

#### b) Saúde

No setor de saúde a evidência se positiva na atuação dos jovens, dos motoristas, das donas de casa, das professoras, cada qual funcionando como pilar de apoio na campanha de vacinação em massa da população infantil, solicitando para participar dos treinamentos e da própria campanha, de modo a sensibilizar a todos pela maneira espontânea como se envolve no trabalho, ocorrendo da mesma forma na aquisição e distribuição de privadas higiênicas; de filtros; na construção de cisternas; na melhoria da alimentação através da implantação de hortas, consistente no plantio de verduras e frutas nos quintais;

resultando na redução de 75% do número de óbitos infantis.

Neste setor também se destaca a preocupação com o atendimento odontológico, mediante a instalação de três modernos gabinetes, um na sede do Município, inclusive com raio X, e outros nos Distritos de Palmatória e Caio Prado, onde, além da exodontia se faz a prevenção de cáries, através da aplicação de fluor e por meio da restauração, contribuindo para a não incidência de outras doenças.

Outro programa de real importância é o pré-natal que consiste no atendimento da gestante e sua orientação, além da alimentação da criança nos primeiros dias e outros cuidados.

#### c) Agricultura

Melhorar o setor produtivo e ampliar a capacidade de emprego na zona rural se constitui o grande desafio da ação comunitária capitaneada pela atual administração, daí ter-se partido para a construção de açudes e ampliação de outros; aquisição de implementos agrícolas; implantação de um banco de sementes; instalação de roças comunitárias, além de outros empreendimentos desse jaez<sup>1</sup> com resultados satisfatórios e capazes de agilizar esse importante setor.

#### d) Ação Social

O Movimento de Promoção Social desenvolve papel importantíssimo na assistência e melhoria do nível de renda das famílias carentes, realizando cursos de capacitação de pessoal na tentativa de formar mão-de-obra qualificada, sobretudo jovens, preparando-os para a vida prática, além de possibilitar o atendimento às crianças, mediante a complementação alimentar, assistência médico-odontológica e orientação pedagógica.

Constantemente têm sido aproveitadas pessoas treinadas e recicladas nos cursos especializados de fabricação de redes, corte e costura e outros, de forma a executarem os programas específicos dessas áreas.

#### e) Obras Diversas

Além do apoio ao esporte, têm sido desenvolvidas ações diversas, constantes da construção de estradas, peixamento de

1 - jaez: espécie, qualidade, gênero, sorte.

açudes, construção de centros comunitários rurais; implantação de grupos de confecção de roupas; incentivo à cultura, como forma de acentuar o desenvolvimento integrado, opção do povo na constante perseguição das metas que delineou.

## PERSPECTIVAS

Por entender que somente através da irrigação é possível viabilizar a agricultura no meio-árido e por considerar que este Município é cortado em cerca de 50km por rios capazes de fornecer água para tornar agricultáveis as terras ribeirinhas, defendemos este melhoramento através da eletrificação de toda essa área, como opção desenvolvimentista.

Outrossim, impõe-se como situação *sine qua*<sup>1</sup> para a plenitude do aproveitamento de suas potencialidades, a implantação de um projeto de lapidação de pedras semi-preciosas (o Município é abundante em minérios), a construção de postos agrícolas; instalação de agro-indústrias e micro-empresas de calçados, além de curtumes etc...

## GUARAPUAVA (PR)

### PROGRAMA PLANALTO VERDE: AÇÃO INTEGRADA

#### (Equipe de Guarapuava)

A diretriz estratégica que norteia a ação do Governo do Município na atual administração (1986), configura enfoque predominantemente social, pois determina a preponderância do SER sobre o TER. A expectativa é a de criação de um espaço onde as pessoas possam existir com liberdade e segurança, melhor qualidade de vida, além da perspectiva de realização de suas aspirações.

O programa PLANALTO VERDE contempla basicamente o objetivo de melhoria das condições de vida no meio rural, pela viabilização do pequeno produtor. Isto para estancar o agravamento dos problemas sócio-econômicos, a exemplo da migração rural e do enorme contingente de produtores que, pela impossibilidade de manutenção da produtividade da terra, perdem este

patrimônio, somando-se, às periferias urbanas, ao grande estrato de pobreza já existente.

A agricultura do nosso Estado apresenta padrões elevados de tecnologia, enquanto só pequenos produtores estão à margem desta evolução.

Paradoxalmente, os principais produtores de alimentos básicos estão descapitalizados, com baixos índices de qualidade de vida e quase nenhum acesso aos bens modernos de consumo.

Os 5.500 km<sup>2</sup> do Município de Guarapuava abriga apenas 180.000 habitantes, e grande parte desse contingente situa-se na zona rural. O programa PLANALTO VERDE emergiu da inadiável necessidade de se encontrar caminhos e soluções para a fixação do homem e da renda no Município. Para isso, assume-se a responsabilidade de harmonizar o potencial disponível das áreas, florestas, aguadas, clima e localização geopolítica, com o trabalho do homem e o concurso integrado das instituições à realização das aspirações da comunidade.

Como se poderá observar, no contexto desta publicação, o PLANALTO VERDE compõe-se de um elenco diversificado de propostas no campo agro-pecuário, mas que guardam estreita congruência e inter-relacionamento. Neste sentido, os projetos aqui consubstanciados contêm finalidades inerentes à preservação e equilíbrio do meio ambiente; à diversificação da produção agropecuária; à pesquisa e ao estímulo da agroindústria.

Deseja-se a utilização consciente do imenso potencial de recursos naturais, fator que, agregado ao estímulo e apoio governamental, derivará a estrutura para que os pequenos possam manter-se em pé e garantir sua subsistência. Poder-se-ia denominar o PLANALTO VERDE como uma filosofia que busca elevada produção na soma geral, opondo-se à filosofia dominante da produção em massa, que concentra riqueza e desmobiliza a pequena propriedade, convulsiona os centros urbanos e resulta num círculo vicioso de escassez.

Vive-se um período difícil da história, onde incontável contingente de pessoas transitam estonteadas de região para outra,

1 - *sine qua*: sem a qual.

abandonando as áreas rurais e os pequenos vilarejos em busca das cidades e seu falso aceno de comodidade, emprego e melhor qualidade de vida. O homem está perdendo os seus vínculos mais nobres em busca da ilusão das cidades, ou pela modificação do regime de posse no meio rural. Por outro lado, o crescimento da renda nas cidades não beneficia as camadas mais pobres, antes as exclui, empurrando-as ao abismo e a níveis degradantes de existência humana.

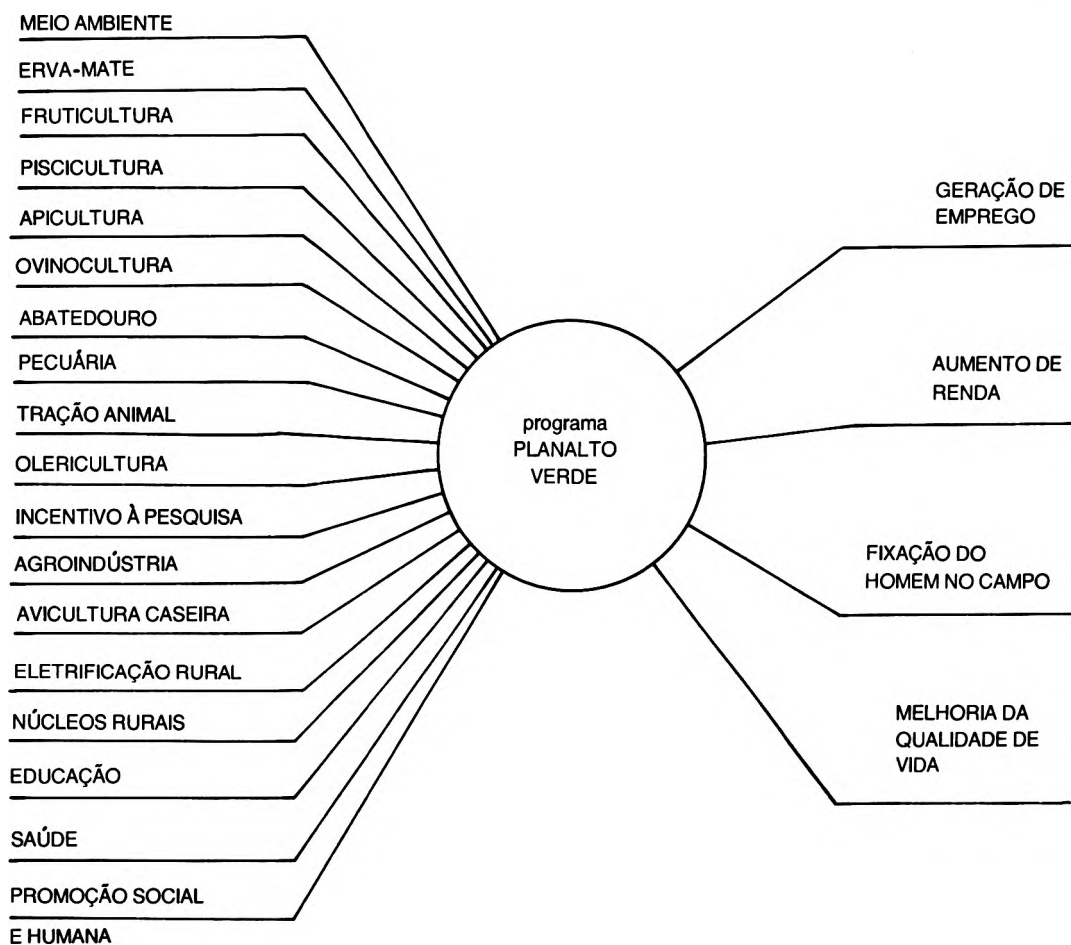
Na medida em que forem asseguradas às pequenas e médias propriedades as condições necessárias à viabilização sócio-econômica destes estabelecimentos, obter-se-ão benefícios que resultarão no alcance das principais finalidades do PLANALDO VERDE:

- a) fixação do homem no seu meio e minimização do processo migratório;

- b) geração de oportunidades de trabalhos efetivos e permanentes;
- c) elevação dos níveis de qualidade de vida da população; e
- d) manutenção da paz social que sempre existiu na índole e comportamento do povo desta região.

Em função do planejamento participativo, foi possível auscultar representativos segmentos da comunidade, quer no âmbito institucional, quer privado, para a composição desta proposta. A obtenção de resultados estará intimamente condicionada à articulação de esforços e recursos do Governo do Município, dos organismos estaduais, das instituições municipais e do efetivo comprometimento e engajamento do produtor, dos empresários e de todos quantos desejam o desenvolvimento econômico e social desta região.

## PROJETOS





# A EXPERIÊNCIA DO INTROESTE

## DESENVOLVIMENTO AUTO-SUSTENTADO NO CENTRO-OESTE MINEIRO

### (Equipe do Introeste)

Em maio de 1983 diversos Municípios<sup>1</sup> de Minas Gerais reuniram-se e fundaram o INTROESTE – Instituto de Desenvolvimento do Centro-Oeste Mineiro. Desde então vem-se realizando uma interessantíssima experiência de autodesenvolvimento naquela região, tendo no Instituto o centro de desenvolvimento e de diversas tecnologias alternativas.

O Instituto tem como objetivos declarados buscar um caminho de autodesenvolvimento dos Municípios da região, o estímulo à criação de empregos como principal critério para investimentos, a valorização da vida humana, o incentivo ao associativismo, o apoio a pequenas atividades, a preservação e o desenvolvimento dos recursos naturais existentes na área e finalmente lograr um balanço positivo entre a exportação e a importação de mercadorias daqueles Municípios para outras regiões.

A sede do INTROESTE fica em Divinópolis, principal Município da região. O Instituto é uma entidade privada, sem fins lucrativos, e congrega, além das prefeituras, empresas e pessoas físicas. Um dos maiores animadores do INTROESTE tem sido o Prefeito de Divinópolis, Aristides Salgado dos Santos, que é o atual presidente. A ação executiva cabe à Superintendência Geral do Instituto, hoje ocupada por Marcelo Guimarães Neto, geólogo anteriormente responsável por dois grandes empreendimentos florestais: a Acesita Energética e a Vale Florestal.

O Instituto procura fundamentar o desenvolvimento local em recursos próprios, buscando diminuir a importação de produtos ou capitais de fora, bem como reter os recursos gerados para aplicação na própria região. A estratégia adotada se apóia no desenvolvimento de um modelo energético alternativo – carvão vegetal e álcool – e a produção e consumo local de

adubos, rações animais, sementes e defensivos agrícolas, incentivando ainda a pequena produção artesanal e agrícola que tem demonstrado grande capacidade de absorção de mão-de-obra.

Um dos principais projetos do INTROESTE é a produção de carvão vegetal. O Instituto criou o Projeto Fazendeiro Florestal para incentivar a produção de carvão vegetal em todas as propriedades rurais da região, menos nas menores, visando a sua utilização nos altos fornos das empresas produtoras de gusa<sup>2</sup>, bem como em veículos, dragas e motores de irrigação. Hoje há tratores, ônibus e *pick-ups*, além de diversas máquinas utilizando o carvão vegetal como combustível. O projeto procura ainda incentivar o associativismo entre os produtores de carvão e utilizar a estrutura de recolhimento e transporte da produção leiteira para transportar o carvão vegetal.

Além da produção vegetal, tem sido estimulada a produção local de álcool combustível em pequenas microdestilarias, ou destilarias-mirins, como preferem chamá-las no INTROESTE. Ao lado da produção de carvão vegetal e de álcool, os Municípios da região vêm realizando um grande esforço para produzir adubos e rações. Diversos minhocários foram instalados para aumentar a produção de minhocas, bem como tem sido incentivada a produção de adubo orgânico pelos produtores rurais.

Quanto à produção de alimentos, teve prioridade a instalação de feirões ao longo das rodovias, como forma de estimular a pequena produção de gêneros de primeira necessidade. Alguns produtos como o milho e o algodão foram escolhidos para utilização integrada em todas as suas fases e subprodutos, os chamados projetos de ciclo fechado.

Em Divinópolis e nos Municípios vizinhos busca-se incrementar a produção de cal e cimento através do emprego da escória<sup>3</sup> dos altos fornos de gusa, e a própria produção de gusa e de peças fundidas do metal, visando o abastecimento do mercado regional e a exportação. Vem sendo fomentada ainda a instalação de mini-indústrias de artefatos de aço.

1 – Os Municípios são: Divinópolis, Itaúna, Pará de Minas, Lagoa da Prata, Bom Despacho, Cláudio, Carmo do Cajuru, Santo Antonio do Monte, Mateus Leme e São Gonçalo do Pará.

2 – A região concentra 80% dos produtores de gusa de Minas Gerais, principal Estado produtor do país.

3 – *escória*: coisa desprezível.

## JUNDIAÍ (SP)

### DO LIXÃO AO ATERRO SANITÁRIO COM A INTEGRAÇÃO SOCIAL DOS CATADORES

(Equipe de Jundiaí)

#### INTRODUÇÃO

O Brasil é um país de proporções continentais, vivendo uma economia em desenvolvimento. Os problemas com os quais nos defrontamos na administração municipal são complexos e os recursos de que dispomos, escassos. Sendo assim, não podemos adotar soluções; temos que criá-las. É com esse espírito que pretendemos, através deste texto, trazer para o debate nosso modesto trabalho.

Inicialmente, discutiremos uma sistemática e as iniciativas adotadas. Mostraremos alguns dados para melhor elucidar o trabalho desenvolvido. Por último, descreveremos a abordagem social, entendendo-a como pioneira.

#### O TRABALHO

Nosso trabalho nasceu da curiosidade, da indagação; surgiu de por quês. O que é o lixo em Jundiaí? O que é feito do lixo em Jundiaí? O que acontece depois que o saco de lixo deixa a porta de nossas casas? Etc... Nesta altura, já tínhamos tantas questões que não sabíamos por onde começar. Estudantes de engenharia, que éramos, fomos à procura de um orientador e encontramos, na pessoa de Luiz Mário Queiroz Lima, pesquisador incansável, a orientação e o estímulo de que tanto precisávamos. Passamos a fazer parte do Grupo "Phoenix". Após inúmeras discussões, optamos por iniciar o trabalho, levantando dados. Organizamos um roteiro e começamos a visitar autarquias, firmas, secretarias, enfim, pessoas, que, de alguma forma, estivessem ligadas à problemática do lixo em nossa cidade.

Este levantamento de dados, feito no primeiro semestre de 1984, deu-nos condições de conhecer, identificar e delimitar com maior precisão nosso universo. Reproduziremos aqui alguns dados.

Jundiaí é uma cidade de aproximadamente 300.000 habitantes. Possui um relevo acidentado e situa-se perto da cidade de São Paulo. Congrega um parque industrial respeitável, tendo também uma agricultura bem desenvolvida. A cidade tem, em média, uma produção de 150 t/dia de lixo, sendo aproximadamente 25% de origem industrial. A coleta é alternada e a cidade está dividida em 16 setores. Estes serviços são empreitados. A fiscalização é exercida pela Prefeitura. O destino final, vasadouro a céu aberto, é operado pela Prefeitura. Para maiores detalhes, sugerimos consultar o trabalho "O Lixo em Jundiaí".

Com este levantamento, pudemos concluir que o destino final era a questão que primeiro deveria ser abordado na busca de soluções. Esboçamos uma solução e, com o trabalho de levantamento de dados, levamos ao Prefeito nossas considerações e a disposição de juntos encontrarmos as soluções para os problemas emergentes. Uma acolhida calorosa. Nossas intenções se integravam com as da Administração. Passamos, então, na categoria de estagiários da Prefeitura, a desenvolver as soluções dentro da Prefeitura. Mais uma vez, tivemos oportunidade de conhecer, por um lado, as dificuldades e limitações do serviço público e, por outro, a complexidade das tarefas a cumprir. Estávamos descobrindo a realidade brasileira, realidade esta que não pode ser apenas ensinada nas escolas, pois precisa também ser descoberta e discutida na experiência concreta.

Nessa etapa, procuramos levantar alternativas, concluindo pela opção de recuperação da área de disposição com a execução de um aterro sanitário no local. Produzimos um *lay-out* do aterro, baseados em visitas ao local, levantamento planialtimétrico<sup>1</sup> da área e inúmeras discussões com os funcionários da Prefeitura. Os relatórios mensais eram enviados a diferentes órgãos municipais, com o objetivo de, informando, integrá-los às soluções propostas.

Elaboramos também um estudo de viabilidade, técnico e econômico, para implantação do aterro sanitário em questão. Neste estudo, discutimos tempo

1 - planialtimétrico: plani = plano, altímetro = instrumento com que se mede a altura.

de vida útil, investimentos necessários a curto e longo prazo, distribuimos o desembolso ao longo dos anos de operação e apresentamos propostas para cobrança de preço público junto às indústrias, uma vez que estas se utilizam da área da Prefeitura.

Iniciamos também a implantação do aterro sanitário, com recuperação parcial da área deteriorada. Para tanto, fizemos uso das máquinas que já operavam no local, orientando-as para um serviço mais racional. Estamos certos de que conseguimos economia nas operações efetuadas. Chamamos a atenção para aquelas que relacionam as quantidades de lixo reciclado manualmente, através dos catadores.

Paralelamente, começamos um trabalho de pesquisa da composição e alternativas de utilização para o lixo jundiense. Para tanto, contamos com a participação dos alunos da Escola Técnica Estadual “Antonio Vasco Venchiaruti”.

Como já mencionados, a Administração atual preocupava-se, desde a campanha eleitoral, com as questões ambientais. A título de exemplo, lembramos que está em fase de projeto o programa de despoluição da Bacia do Rio Jundiá, programa este liberado pela Prefeitura do Município de Jundiá. Também, no segundo semestre de 1984, instalou-se uma comissão para definir a política municipal de resíduos urbanos. Os trabalhos desta comissão, foram acompanhados e subsidiados por nós.

Estávamos no final de 1984 e terminava o nosso período de estágio. Ao mesmo tempo, terminávamos nosso curso de graduação. O trabalho desenvolvia-se muito bem. Propusemos, então, a criação de uma Seção de Resíduos Urbanos junto à Secretaria de Serviços Públicos. Esta teria por função dar continuidade aos trabalhos até então desenvolvidos, bem como abordar as mais diferentes questões relacionadas com a problemática dos resíduos urbanos, tais como:

- Organizar e estudar a disposição de entulho;
- Fiscalizar os serviços prestados pela empreiteira (coleta e varrição);
- Organizar uma campanha permanente de educação, visando a

integrar o Município às soluções adotadas pela Administração, tornando-as comunitárias;

- Acompanhar a despoluição da Bacia do Rio Jundiá, e assim por diante, enfim gerenciar e desenvolver tecnologia para resíduos urbanos.

Novamente, tivemos boa aceitação junto à Administração. A Seção é hoje uma realidade e esta Administração está criando e desenvolvendo soluções próprias, de acordo com suas possibilidades.

## A ABORDAGEM SOCIAL

Desde o início do levantamento de dados até a sugestão de implantação de um aterro sanitário na área deteriorada, observamos um problema que nos parecia de difícil solução: OS CATADORES. Tínhamos conhecimento de aterros que se tornaram inviáveis, dada a revolta dos elementos que, acostumados à catança de objetos oriundos do lixo, haviam sido proibidos de entrar nas áreas dos nossos aterros. Não podíamos inviabilizar nossa solução. Ao mesmo tempo, acreditávamos que a técnica poderia e deveria ser humanizada. Novamente, fomos a procura de orientação. Encontramos apoio no Departamento Municipal de Integração Social (DEMIS). A Prefeitura contratou uma Assistente Social para integrar nosso grupo de trabalho. O relato da experiência segue abaixo.

O acompanhamento social junto aos catadores é importante, pois, acima do idealismo e da vontade de contribuição para obtenção do objetivo pretendido, está a satisfação de participar de um projeto que se caracteriza pela necessidade de compatibilizar o desenvolvimento urbano com o aspecto social, que são aliados, porém, ocasionalmente ignorados.

Entende-se que a atuação do serviço social do trabalho junto aos catadores, é indispensável e de caráter prioritário. Ele não está somente dirigido para o plano material de bens de primeira necessidade, mas também para o plano humano, crescimento individual do catador, trazendo-os para o seio da sociedade, tornando-os auto-suficientes, para a sua

manutenção alimentar pessoal e familiar, bem como participativos, atuantes e integrados no meio em que vivem.

Temos contatos diários com os catadores, mostrando nossa preocupação pela maneira como fazem a catação, sem critério e relevando os aspectos higiene e saúde. Nestes contatos, observando diretamente o trabalho por eles realizado, pudemos perceber o tempo ocioso em que os catadores ficavam sentados conversando ou jogando bola, numa demonstração de desorganização e desperdício de tempo e de esforço, situação compreensível, pois, até então, não existia no local um profissional para acompanhar e assessorar suas atividades.

O trabalho com o "lixão", agora um aterro sanitário, foi iniciado em outubro de 1984. Normalmente, isso envolve apenas parte da engenharia, mas, em Jundiá, aconteceu a preocupação com o lado social. E, com isso, pudemos descobrir as causas que levam as pessoas a trabalhar no lixo: desemprego, idade (menores, avançada), falta de qualificação profissional, receita insuficiente. Era uma necessidade que tinham, e a promoção social, mostrando o valor da reciclagem do material e da alternativa que tinham para sobreviver nos dias de hoje, conseguiu ser acolhida por eles. Tentamos, assim, organizar a catança, evitando problemas anteriores, como os acidentes, a presença de crianças na área e os danos físicos provocados pela falta de cuidados.

Nossa primeira proposta, levada aos catadores, foi a divisão do pessoal em grupos e destinação de um caminhão para cada grupo, visando à sistematização do trabalho, favorecendo-os nos aspectos dinheiro, tempo e segurança em relação à situação anterior.

O número de catadores original era 200. Hoje está reduzido a 78, divididos em treze grupos que trabalham com coordenação suficiente para permitir que eles permaneçam em relação ao anterior, apenas metade do tempo no meio do lixo, recebendo o mesmo retorno financeiro. Aqueles que foram retirados estão encaminhados em novos empregos e as crianças foram conduzidas para creches ou orientadas no sentido de ficarem na companhia de parentes.

A proposta de trabalho em grupo fundamenta-se na idéia de trabalho coletivo, onde a individualidade dá lugar ao espírito cooperativo.

Sendo esta a nossa busca, principiamos uma outra etapa do trabalho, que seria o estímulo à criação de uma cooperativa ou associação, cujos associados seriam os próprios catadores. Nestes tipos de entidades, o lucro acumulado poderia ser utilizado para financiar a compra de botas e luvas (exigências prioritárias para a catação), para firmar convênios com médicos e hospitais, a fim de que os familiares dos cooperativados tenham assistência e para manutenção e pagamento de funcionários necessários ao funcionamento da cooperativa ou associação. O restante seria distribuído, inicialmente, em forma de quotas e, posteriormente, em dinheiro.

Numa observação inicial, pensávamos que os compradores do local exploravam os catadores e ficavam com a maior parte do lucro. Mas o acompanhamento da dinâmica de compra e venda e o conhecimento da operação dos depósitos de sucata, que recebem diariamente todo material coletado ali, nos fizeram ver a figura do comprador de maneira diferente, como sendo mais uma pessoa que, junto com sua família, sobrevive modestamente do comércio que ali se verifica.

Outro aspecto que contribuiu para a inoperância da cooperativa ou associação é que esta, segundo seus objetivos, são geridas pelos próprios associados. Mas os frequentadores do local que teriam condições de tomar a frente do empreendimento têm, também, maiores chances de ser encaminhados para empresas e terem, assim, segurança empregatícia.

Não podíamos mais contar com as possibilidades financeiras da cooperativa para a aquisição das botas e luvas. Buscamos, então, recursos no Fundo Social de Solidariedade de Jundiá para a compra e posterior venda subsidiada destes equipamentos.

Somos conscientes do tipo de atividade que os catadores desenvolvem e estamos alertas para que tenham o mínimo de condições higiênicas no desenrolar do trabalho. Encaramos com seriedade, realismo e compreensão, valorizando ao

extremo seus esforços, pois sabemos que, se alf estão, é porque são pessoas honestas procurando apenas conseguir sobrevivência para si e seus dependentes.

Vale ressaltar que, os catadores de lixo, se fossem acomodados, seriam clientes de entidades ou pedintes de esmolas.

A venda, a preço mais baixo, se explica pelo fato de estarmos cientes de que seria injusta a obrigatoriedade da compra de botas e luvas pelo preço normal, assim como seria descaracterizada a doação devido ao caráter promocional deste trabalho social.

Então, convém ressaltar que todo trabalho que está sendo desenvolvido no local, pela valorização do homem, inclui encaminhamento para empregos, para recursos comunitários e para documentação. Os projetos estão voltados para aquele cliente que não tem qualificação profissional.

O aterro sanitário de Jundiá está situado numa antiga fazenda, onde se dispõe de boa área de terra, que poderá ser utilizada para proporcionar aos catadores, como trabalho complementar, o cultivo de hortaliças, tendo em vista enriquecer sua alimentação e a de sua família e, posteriormente, a elevação de sua renda, com a venda do excedente.

Esta proposta foi levada aos catadores através de entrevistas individuais e houve boa receptividade. Explicamos que a implantação das hortas independe da catança, pois nosso primeiro objetivo é desenvolver uma ação educativa, orientando o trabalho de cultivo e ensinando-os a transformar a matéria putrefável em adubo.

Como forma de extensão do trabalho aqui realizado, objetivando reflexos na comunidade, entramos em contato com o Delegado de Ensino de Jundiá, a quem solicitamos colaboração para a campanha educativa a ser feita nas escolas, numa tentativa de mudar o conceito de lixo e para adoção do sistema de separação prévia, nas próprias casas, dos diferentes materiais jogados (plásticos, vidros, latas, etc.).

O catador é uma realidade e seu trabalho é comprovado pela importância da reciclagem. Então, é justa a tentativa

de se facilitar o seu trabalho, o que resultará em maior produtividade, limpeza do material reciclável e outras vantagens.

Entre os materiais reciclados no aterro sanitário de Jundiá, destacamos os metais ferrosos. Estes são comercializados com um determinado depósito de sucata da cidade, que lhes dá tratamento adequado (limpeza e enfardamento) e os vende para a Usina Metalúrgica “Mendes Júnior”, de Juiz de Fora (M.G.). Alf, ele é processado em ferro para construção civil e exportado para o Iraque.

A atuação do serviço social na área do aterro sanitário se caracteriza pelo aspecto promocional a que se propõe, procurando valorizar o trabalho dos catadores de lixo e buscando a integração deles no meio em que vivem. Dentro deste espírito, em nosso acompanhamento diário, observando o desenvolvimento do grupo, percebemos que a maior parte dos catadores se utilizava de restos de comida, vindos nos caminhões coletores: mortadela, chocolate, frutas, carne, etc., e entendemos que, apesar de nossa orientação constante, o fato se repetia, devido à fraca alimentação de que dispõem em suas casas.

Na tentativa de humanizar o trabalho social que está sendo realizado, tornou-se necessária a distribuição diária, aos catadores que sobrevivem desta atividade, do alimento produzido pela “vaca mecânica”. E ainda, da venda, a preço simbólico, de cotas de alimentos, proporcionais ao número de pessoas de cada família existente no local.

Em nosso entender, é extremamente necessária a complementação alimentar, que está sendo obtida com a distribuição da merenda, visto ser o produto de alto teor nutritivo, o que os deixa satisfeitos, deixando de persistir a situação que ocorria anteriormente.

Para finalizar, é preciso esclarecer que nossa luta é diária e exige esforços de todos nós que atuamos alf.

Seria imaturo pensar que em poucos meses mudaríamos uma situação que se arrastra por anos. Mas, o que conseguimos até aqui, nos dá força e esperança para atingir nosso maior objetivo, que é a promoção e integração social dos catadores.

## ITAPISSUMA (PE)

### (Equipe de Itapissuma)

#### CARTA ABERTA AO POVO DE ITAPISSUMA

Nesses três anos de lutas e glórias com ajuda do povo itapissumense, vamos vencendo o desafio contra a discriminação e a centralização do poder.

Com o slogan “Itapissuma, Cidade Criança Desafiando o Futuro” e homologado pelo povo, estamos nos aproximando do futuro desejado para esta cidade. Num país capitalista, onde os donos do poder e as pressões dos latifundiários oprimem, o que temos a fazer é reunir o povo para mostrarmos como se constrói uma cidade em tão pouco tempo. Assim, conseguimos evidenciar que existe saída para o nosso Brasil. É só esquecer um pouco os tecnocratas e lembrar que existe povo nas comunidades; e, dentro delas, estão as soluções para vários problemas.

O que temos a fazer? Reunir, ouvir as propostas e colocar em prática aquilo que foi decidido entre o povo. Itapissuma mostra estas soluções porque a nossa administração tem sido voltada para os problemas sociais, como Educação, Saúde e, principalmente para as necessidades dos mais carentes da população. Até mesmo quando desafiemos o FMI, exemplificamos como é possível caminhar com nossos próprios pés, com a nossa própria identidade. Itapissuma – uma pequena cidade do Estado de Pernambuco – teve a coragem de ser o primeiro Município a decidir com o povo a rejeição ao empréstimo do famigerado FMI (Fundo Monetário Internacional). Conforme é do conhecimento de todos. No Brasil inteiro através de forças políticas se vem pregando o rompimento com o FMI; só que, quando os tais políticos chegam ao poder se esquecem que existem pessoas, às quais fizeram promessas esperando por atitudes que venham a resolver esse problema que tanto aflige o País. No entanto, nada acontece e os homens do poder prosseguem sua caminhada como se nada tivesse acontecido ou tivesse sido dito.

É preciso que haja cumprimento das promessas, para que o povo volte a confiar nos políticos; pois os liderados só podem voltar a acreditar em seus líderes, quando os mesmos começarem a cumprir as palavras pregadas em palanques. Por todos estes fatos é que hoje a nossa posição é conhecida no Brasil e no mundo.

Confiar no seu povo é a verdadeira solução para o Brasil.

#### ITAPISSUMA REJEITA EMPRÉSTIMO E SURPREENDE O BRASIL INTEIRO

Como se já não fosse tarefa árdua administrar um Município com poucos recursos – sejam eles estaduais ou federais – e surpreendentemente, apresentar um quadro de obras de infra-estrutura básica e social, no último 25 de outubro o pequeno Município incrustado no interior pernambucano se fez conhecer e projetar no âmbito nacional.

Ao rejeitar – através de plebiscito – um empréstimo de 150 mil dólares do Banco Mundial (repassando via Fidem – Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife –), Itapissuma não só firmou sua posição já conhecida das esferas políticas do Estado, mas sobressaiu-se e ganhou espaço nos principais jornais do Brasil: do Globo à Gazeta Mercantil, todos reconheceram no comportamento itapissumense um fato inédito e plausível. Cartas e telegramas chegaram de todos os recantos brasileiros, saudando o prefeito YVES RIBEIRO pela atitude inédita – que mereceu, inclusive, noções de apreço e solidariedade de diversas Câmaras Municipais, a começar da Casa Frei Caneca que enviou mensagem à Prefeitura Municipal com os votos de unanimidade dos vereadores que compõem aquela casa de leis.

Hoje em dia, pode-se seguramente afirmar que Itapissuma não é mais a mesma... pelo menos na lembrança daqueles que vivenciaram ou tomaram conhecimento da rejeição ao empréstimo. Hoje, Itapissuma é vocativo de “terra de gente que luta e defende seus direitos, doa a quem doer”.

Assim como as correntes mais democráticas da política pernambucana o povo de Itapissuma também aderiu às fileiras de JARBAS VASCONCELOS – vitorioso nas urnas em 15 de novembro na disputa pela Prefeitura do Recife. YVES RIBEIRO, nosso Prefeito, esteve presente aos principais comícios do candidato do Partido Socialista Brasileiro, participou na boca de urna no dia do plebiscito e festejou junto à comunidade o resultado esperado que afixou a certeza de uma administração coerente, popular e, sobretudo, democrática.

### **OBRAS DO HOSPITAL PROSSEGUEM**

Quem passa por Itapissuma reconhece a intensidade com que se avolumam as obras do Município. Um ano após a primeira inauguração do Hospital Municipal “João Ribeiro de Albuquerque”, a administração se prepara para, em breve, entregar à Itapissuma a segunda etapa do prédio hospitalar. No novo pavilhão funcionarão a direção e outros departamentos da administração, oferecendo maior espaço para atendimento de emergência, bem como serviços de ambulatório para atendimento médico que ficará ocupando toda a área da parte principal do complexo hospitalar.

### **AS OBRAS NÃO PARAM**

Alguém, em algum lugar, já disse que “quando se quer, de fato, faz-se das tripas, coração”. E é essa frase que se encaixa, harmonicamente, com o ritmo de obras que tomou conta do Município nesse ano transcorrido.

Quem passa por Itapissuma, ao primeiro impacto visual, percebe e não pode omitir a diferença que se acentua dia-a-dia no conjunto paisagístico de Itapissuma: reformas, restaurações, mudanças, construções – gente trabalhando, enfim. Dessa forma, obras que seriam de responsabilidade do Governo Estadual, foram assumidas pela municipalidade, tal como a Delegacia Metropolitana, trechos do PE-15 (que caberia ao DER) e a Agência do Correio, cujo imóvel foi cedido pela Prefeitura Municipal.

Dos setores da Prefeitura Municipal de Itapissuma, pode-se dizer que a Secretaria de Educação e a de Ação Social arcam com um peso maior dentro da Administração Yves Ribeiro de Albuquerque, já que as prioridades do Prefeito são Saúde, Educação e Bem-Estar Social.

No entanto, para o bom desempenho harmonioso das secretarias, considerando-se o ser humano como sujeito da ação e a abrangência do trabalho, vale salientar a preocupação da Secretária de Ação Social – Leozina Barbosa de Andrade – que é também assistente social: “desenvolver a conscientização da comunidade, ainda que não possamos romper – de fato – os comportamentos paternalistas”. E é através dessa postura crítica, comum e característica ao Prefeito Yves Ribeiro, que as questões sociais/estruturais são encaradas no cotidiano itapissumense.

Procurando sempre desenvolver um trabalho de base, com a comunidade, de acordo com as prioridades que a própria população aponta, foram traçados alguns programas de atendimento, com os quais a Assistente Social da Fundação Cecosne, Maria do Carmo Oliveira, integra-se junto à Prefeitura. Na prestação de serviços, a Secretaria de Ação Social oferece atendimento jurídico gratuito à população nas questões trabalhistas e orientação familiar. Leozina indica, ainda, um dos setores mais solicitados: o de Documentação, que possibilita o fornecimento de identidade, registros de nascimentos, carteira profissional e CPF, entre outros.

Para se ter uma idéia do trabalho desenvolvido, basta citar que, só em 1985, de junho a dezembro, mais de 1.500 documentos foram obtidos. Mas o trabalho não se restringe a uma mera tarefa de despachante; visa principalmente, todo um esforço em se promover um atendimento digno e coerente à postura administrativa, voltado à comunidade de Itapissuma. O Programa de Mudança (onde é possibilitada a realização de mudanças – emigração ou imigração – com o fornecimento de transporte), Programa de Distribuição de Barro, através do qual um elevado número de famílias recebe,

gratuitamente, o barro para as obras de habitação; entretanto, faz-se necessária a inspeção da Secretaria e a estipulação de critérios e inscrições, o que vem visar, somente, a melhor distribuição do material.

## **ATENDIMENTO MATERNO-INFANTIL**

A questão materna preocupa sobremaneira a administração, que também desmembra esta preocupação à população infantil – o que faz jus ao slogan “Itapissuma, Cidade Criança Desafiando o Futuro” –; pois ao promover trabalhos conjuntos aos menores, está trabalhando o próprio Município, que ainda está aprendendo a caminhar sozinho e seguro.

Esclarecendo a importância de conscientização, a ação adotada da realização do homem e seu universo, a conduta operacional e ideológica, vem realizando diversificado programa de atividades com as gestantes e outro grupo de Unidade Produtiva, que conta unicamente com uma equipe de doceiras.

Assim como o Grupo de Gestantes – com equipe na área de Várzea e do Cajueiro, prevendo-se para 1986 as equipes da Mangabeira e do Botafogo o Grupo de Unidade Produtiva pretende expandir, também, a diversificação de trabalhos, mas preservando as estruturas que viabilizam e orientam as atividades: decisão de grupo, participação e autogestão.

O artigo 18 da Constituição Brasileira diz: “A Educação é um direito de todos”. O Prefeito Yves Ribeiro, conhecedor da realidade de seu povo, tem uma grande preocupação nessa área – uma vez que não se pode construir um País sem Educação –.

Visando melhorar condições de ensino, a Secretária de Educação e Cultura, Maria da Conceição dos Santos Albuquerque, através da Fundação Cecosne, interligou o Projeto “Aprender Pensando” (da UFPe) – coordenado pela psicóloga Edvirges Liberado Ruiz. Tal oportunidade vem dando grande contribuição à melhoria do ensino primário, realizado sobre bases

cognitivas para o desenvolvimento das diversas habilidades e aprendizagem. O Projeto “Aprender Pensando” neste primeiro período, foi uma tentativa de implementação, devendo ser realizado um planejamento de atividades para o ano de 1986.

Além desse apoio à Educação primária, foram acrescentados ao assessoramento escolar, serviços de Fonoaudiologia – executados através das fonoaudiólogas Girlene Ximenes e Kátia Maria Albuquerque, com o objetivo de avaliar a linguagem oral e gráfica dos alunos da comunidade. Agindo na interação aluno-escola-comunidade, há, ainda, um acompanhamento de atendimento e reeducação da psicóloga Nélia de Noronha Pimentel, da Universidade Federal de Pernambuco.

A equipe de trabalho procurou também observar os aspectos do ambiente escolar, fazendo reformas nas instalações escolares da Várzea e Mangabeira, ampliando o número de salas de aula a aquisição de 500 cadeiras. Dado o crescente interesse e a necessidade de Itapissuma contar com uma biblioteca surgiu a Biblioteca Municipal “Lauro Bento”, onde as crianças da rede escolar do Município produziram e escreveram livros de histórias, demonstrando com sua inteligência e criatividade como se pode dar uma participação num processo educativo.

Ao professorado, sempre assessorado em suas reivindicações e necessidades, foi também concedido pela Prefeitura o adicional “Pó de Giz”, no valor de 15%, reconhecendo que não basta somente uma assessoria de apoio dirigido, mas que convém, também, a liberação de recursos como incentivo à atividade exercida.

A Secretária Maria da Conceição, com vistas ao progresso da cidade criança, ampliou a forma de comunicação através do Teatro, onde um grupo de jovens e voluntários, orientados pelo Professor João Denys de Araújo Leite (do Projeto Itapissuma – coordenado pela comunicóloga Ridete da Silva, da Fundação Cecosne) e com o apoio de Yves Ribeiro, desenvolveu de maneira autônoma um processo de respostas às



prioridades sociais do povo. Diante das reflexões da Augusto Boal é que surge e se instaura o Curso de Iniciativa Teatral de Itapissuma.

Sempre com uma unidade associativa ao progresso cultural da cidade, a Secretária restaura o grupo folclórico “Piaxaxa”, resgatando desta forma a cultura popular. Sem esquecer o embalo das notas musicais, traz ao presente a centenária Banda Musical “1º de Maio” às ruas da cidade, animando a alegria natural desse Município com retretas no coreto, formando um visual de povo, doces, mocinhas, rapazes e crianças deslumbradas com os bonecos gigantes já famosos.

Por intermédio de outras modalidades que visam incentivar e despertar a comunidade para defender seus direitos e conhecimentos, a Prefeitura está tentando realizar uma Produção Radiofônica Educativa, através da Difusora Local, onde o comunicólogo João Jacques de J. Neto (Fundação Cecosne) tomou por base uma pesquisa com a comunidade, a fim de oferecer fatos coerentes à realidade itapissumense e apurar dados relativos ao interesse do ouvinte.

Observando o quanto que existe de interligação entre o Secretariado e a Prefeitura da “Cidade Criança que Desafia o Futuro” é desenvolvido o modelo de consciência política e crítica, a ser tomado como exemplo por esse universo tão heterogêneo de conteúdos – porém tão homogêneo no desejo de crescer – que é o Brasil.

# Liderança democrática, ação autônoma e microempresa

UNIDADE 3



- **LIDERANÇA DEMOCRÁTICA**

Sérvio Gama de Almeida

- **AÇÃO AUTÔNOMA**

Jarbas Leal Viana

- **MICROEMPRESA**

Jarbas Leal Viana

# LIDERANÇA DEMOCRÁTICA

Sérvio Gama de Almeida

Em todo Grupo Social, por menor que seja, há sempre a manifestação de um líder, seja na família, seja no trabalho, seja nas associações de classe, ou qualquer outro agrupamento. O líder se caracteriza por ser aquele que, num determinado Grupo Social, consegue interpretar seus sentimentos e demonstrar capacidade para encaminhar a solução de seus problemas.

O líder pode ser qualquer um. As circunstâncias, normalmente, é que o identificam. Embora não se possa afirmar que existam pessoas destinadas a serem líderes, certos traços de personalidade como inteligência, autoconfiança, capacidade de realização, parecem ser propícios ao exercício da liderança.

A liderança é uma manifestação de poder que, para ser bem aplicado, precisa de uma dose de igual intensidade de sabedoria e de amor. Ser líder para determinar sozinho os métodos e planos do Grupo ou os padrões de relações entre os membros do Grupo, atuando como Juiz Supremo e fonte única de recompensas e punições, não parece desejável.

O verdadeiro líder deve ser aquele capaz de despertar a maior participação de todos os membros do Grupo na determinação dos métodos e planos. É aquele que, através do exemplo, distribui as responsabilidades, estimula os contatos interpessoais e procura evitar uma estrutura de Grupo na qual predominem privilégios especiais e distinções entre os seus membros. Essa forma de liderar eleva o moral aumentando a eficiência e a eficácia do funcionamento do Grupo e a sua solidariedade interna.

Quanto mais elevado for o moral, mais produtivo será o Grupo e maior resistência oporá à dissolução proveniente de conflitos internos.

A liderança democrática resulta um moral de Grupo mais elevado e, como consequência, um maior rendimento.

O exercício da liderança exige planejamento que expresse a preocupação constante pelo próximo e uma vontade firme de ser útil.

Assim devem agir os líderes de todo Grupo que compõe a comunidade. Homens, mulheres, velhos e jovens no exercício das mais diversas funções precisam ter consciência de que a liderança deve ser praticada sempre visando o bem comum. Somente assim ela terá um sentido, dignificará o ser humano que habita cada elemento do Grupo.

É preciso entender que o Grupo, seja o familiar, seja aquele que constitui uma nação, procura, por instinto, um líder que preencha a função coletiva de comando; reconhecem-na, sentem-na, respeitam-lhe a função, não por coação ou convenção mas espontaneamente, por uma lei que está no seu instinto.

Quando um Grupo houver encontrado o seu líder, que sinta e exprima seus anseios, coordene as suas atividades, cumpra a função de defensor e unificador material e espiritual, repousará contente, com seu instinto satisfeito, como repousa o corpo do nutrício, junto ao da mãe, pois que o futuro da vida está assegurado.

## AÇÃO AUTÔNOMA

Jarbas Leal Viana

Uma das falhas gritantes do Sistema Educacional Brasileiro é a de não motivar ou preparar o educando para o desempenho de um trabalho autônomo produtivo, sistematizado, de modo a garantir a sua independência econômica e financeira.

Dissocia-se, assim, educação e trabalho, como se fossem duas variantes não complementares.

Na verdade, educação-trabalho-lazer deveria ser um trinômio indissociável, em todas as suas conseqüências.

A ênfase educacional ainda padece do equívoco histórico do repassar um ensino livresco, dissociado da prática cotidiana.

*Saber fazer.* Necessidade do momento, em que se vive a fragmentação do homem imerso em crises rotineiras e impotente para criar ou aproveitar oportunidades que a própria crise gera.

O trabalho, mais que um direito, é uma necessidade do homem. Esta, entretanto, não deve ser entendida apenas

em termos de sobrevivência, mas também como meio de expressão dos anseios de sua auto-realização, num regime de livre iniciativa.

Ora, num regime de livre iniciativa, não se pode absolutamente reservar ao indivíduo apenas o direito ao trabalho assalariado – do qual nem sempre dispõe –, mas, isto sim, garantir-lhe meios de realização financeira autônoma, de modo que a livre expressão de sua criatividade venha a contribuir, de forma salutar, não só para sua auto-realização, mas também como o gérmen necessário à novas empresas que, no jogo livre da concorrência, venham a colaborar para a maior eficiência de toda a infra-estrutura econômica da nação.

Conceitos tradicionalmente aceitos de forma estereotipada precisam ser redefinidos, tendo como referencial principal a autonomia financeira, sem dissociá-la, entretanto, da auto-realização, da felicidade individual.

A expressão “mão-de-obra”, por exemplo, há que ser compreendida como “corpo, alma e espírito da obra”.

Por trás das mãos que produzem, existe um ser que anseia por mais que o mínimo que garanta apenas a sobrevivência. Por trás das mãos existe uma pessoa com vontade própria, que ama, que sente, que precisa ser amada e que precisa exigir para si um caminho de vida que lhe ofereça mais que apenas a subsistência.

A atitude do educador – garantindo apoio a liberdade aos que buscam seus próprios caminhos – não pode, entretanto, confundir-se com atitudes paternalistas, tão cultivadas tradicionalmente entre nós. Requer-se, isto sim, a orientação para uma atitude mental que permita ao indivíduo sobreviver e VIVER, a partir de si próprio, contribuindo para o meio e exigindo que este contribua para si.

Embora aparentemente óbvio, alguns princípios, a seguir descritos, podem contribuir, a partir de reflexões sobre os mesmos, para uma nova postura que a pessoa deve assumir perante a vida, com maior grau de responsabilidade diante de seus anseios, diante dos problemas que lhe exigem solução na busca de sua auto-realização:

1. Nós somos seres que vivemos *apenas no presente, já moldados pelo passado*. Somente nossos atos, *hoje*, influenciarão o nosso destino, o nosso amanhã, o nosso futuro;

2. A ação, o pragmatismo, a capacidade obreira são imprescindíveis à nossa realização. Entretanto, serão extremamente problemáticos se não forem preenchidos e sucedidos pelo pensar, pelo refletir;

3. O pensar, o refletir, são importantíssimos na nossa vida, mas não nos ajudarão muito – talvez até nos prejudiquem – se não implicarem em idéias e estas em ação;

4. Somente nossas ações poderão contribuir para a nossa integração social no meio em que vivemos, entendendo como ação inclusive a inação, o calar-se, quando necessário e consciente de nossa parte;

5. De forma análoga a uma semente que já contém em si a árvore que gera, o nosso realizar deve ser precedido de uma idéia clara do que pretendemos, associada à *certeza de nossa vontade*, inclusive quanto ao fato de estarmos fazendo o que gostamos e abertos sempre às novas informações que poderão contribuir para o nosso projeto pessoal;

6. Fazer o que gostamos, tratando-se de nossa atividade principal, inclui, necessariamente, a solução de nossa subsistência, condição esta básica – e óbvia – para que possamos continuar fazendo o que gostamos;

7. A incerteza quanto ao que gostamos não deve levar-nos à inação por muito tempo. Avancemos. A cada passo, entretanto, questionamo-nos, conforme sugerido nestes tópicos;

8. O trabalho só é digno se criativo, ou seja, se possuindo potencialidades, contribuindo mais que física ou rotineiramente para o resultado proposto;

9. Criar é participar da responsabilidade (ônus e bônus) do objeto do trabalho que executamos;

10. Debates informais, em pequenos grupos, sobre temas propostos, apresentados de formas simples, reunindo pessoas de diferentes idades e formações e experiências de vida, contribuirão, sem dúvida, para motivar as pessoas a

buscarem formas alternativas de independência econômica e de auto-realização, sem conduzi-las a engajarem-se necessariamente nas vias comuns de integração social produtiva, tais como:

- a) emprego público;
- b) emprego privado; e
- c) “bicos”, sem vínculo empregatício, a serviço de terceiros.

A premência em resolver necessidades financeiras não permite à pessoa optar ou ser despertado para uma outra alternativa, a de reconhecer habilidades próprias, na sua competência, como “empresa” individual, capaz de dar respostas às necessidades próprias e do meio onde vive.

Um conceito mais amplo de artesanato deve ser proposto: a competência individual deve ser a expressão de sua cultura pessoal, do seu *saber fazer*.

Isto pode levar a dois tipos de rentabilidade econômica: a de produzir bens ou serviços necessários a terceiros ou a de produzir bens ou serviços para si mesmo (rentabilidade indireta, pela economia de gastos).

A função educativa do trabalho seria resgatada e posta como possibilidade cotidiana, até mesmo e, talvez, principalmente, pelo seu componente de lazer, isto é, *saber fazer o que gosta*.

Saber fazer o que se gosta é ócio produtivo, não pesa, descansa, e gera dividendos diretos ou indiretos.

Um programa porventura desenvolvido a partir das idéias aqui desenvolvidas deveria levar em conta a importância do público-alvo:

- a) tomar conhecimento de como idéias simples, que engendraram toda a tecnologia moderna, sofisticada e complexa, surgiram e evoluíram. Principalmente, como surgiram, evidenciando a satisfação do inventor como ato da criação: a idéia; o trabalho, com afino e prazer, mesmo em condições adversas; o produto final e sua satisfação pelo interesse despertado; e, finalmente, o resultado financeiro decorrente que viabilizou o passo seguinte: um

primeiro aprimoramento do invento;

- b) ter informação sobre um conjunto amplo, porém discriminado, de oportunidades de auto-realização, através de escolha e definição de um projeto pessoal, de caráter produtivo, que contribuisse para a independência econômica e financeira da pessoa;
- c) ser orientado sobre como explicitar os passos necessários para a elaboração do projeto pessoal de seu interesse: em cada passo, explicitadas as tarefas necessárias para que o projeto se complete, referenciado à totalidade do mesmo;
- d) ser informado de que modo o seu projeto pessoal pode evoluir para dar oportunidade a terceiros de colaborarem para a efetivação do mesmo, de modo a poder ser estruturado, numa etapa subsequente, como uma microempresa, familiar ou interfamiliar.

Ao desenvolvermos este texto, partindo do pressuposto de que a pessoa motivada e informada pode *descobrir aptidões* que, secundadas por seu próprio trabalho – como o principal instrumento de que dispõe – pode produzir *bens e/ou serviços* necessários à comunidade onde vive. Estes, ao serem *oferecidos ao mercado* – à vista de sua aceitação, maior ou menor, e de novas informações colhidas fornecerão à pessoa o indispensável “feedback” que lhe trará as respostas reais com vistas ao aprimoramento dos bens e/ou serviços que se dispõe a produzir. Possibilitará, ainda, a identificação de necessidades do mercado, antes ignoradas, que o levem a reformular seu projeto original, inclusive quanto à intenção inicial de busca de autonomia.

Desenvolvida adequadamente a idéia explanada neste texto, dever-se-ia dotar os orientadores – criteriosamente escolhidos – de um programa de tal natureza, de recursos instrucionais que orientassem a pessoa na direção de sua plena realização como ser, a partir da concepção de que os meios utilizados por

ele, em busca de sua autonomia, só lhe trarão a auto-realização, como indivíduo e como pessoa, na medida em que o processo de contínua expansão de suas atividades lhe trouxerem como consequência uma contínua e crescente integração com o seu meio, possibilitando, inclusive, a recriação ou reformulação de seus valores materiais e espirituais, os quais, naturalmente, poderão expressar-se em formas mais amplas de integração do indivíduo consigo mesmo e com a sociedade.

## MICROEMPRESA

Jarbas Leal Viana

Vale ressaltar, a título de introdução, o texto abaixo transcrito do Programa de Educação de Adultos, elaborado pelo CETEB:

“A Educação brasileira padece de equívocos e contradições históricas que desaguam, no momento, numa das mais contundentes crises, ou seja, a de não poder oferecer oportunidade educacional, de modo satisfatório e democrático, a milhões de pessoas, sobretudo àquelas de faixa etária compreendida entre 19 e 28 anos de idade (em torno de 25 milhões de pessoas), dados estes referentes aos cidadãos que não tiveram acesso ou que não completaram a escolaridade de 1º Grau”.

“A Lei nº 5.692/71, concebida num momento histórico em que o conceito de desenvolvimento estava alicerçado em referenciais de macro e megaplanos, não foi desdobrada em seus alcances mais profundos e pragmáticos, dentre os quais aquele que situa o usuário como o agente (pessoa) de sua própria educação, mediado por recursos ambientais (meio)”.

“Tal possibilidade só tem esperança de concretização se o processo de ensino-aprendizagem der resposta às necessidades e interesses da pessoa, bem como só desenvolver em um meio onde aspectos qualitativos sejam considerados relevantes, através do uso de mediadores da aprendizagem (recursos humanos, pedagógicos, físicos e financeiros), que levem em conta a dinâmica da realidade em que a educação se instala.”

Ora, neste momento em que expressiva dotação orçamentária é destinada à Educação, parece-nos óbvio entender que uma população adulta, em condições de assumir responsabilidades como força econômica ativa deva tornar-se em público-alvo por parte de nossos educadores.

Assim, é muito importante esta oportunidade de contribuir para manter acesos os debates sobre o assunto.

Preliminarmente, registramos a nossa estranheza para o fato de a legislação ter beneficiado mais ao microempresário do comércio do que ao industrial. Ora, exatamente na indústria reside o maior potencial criativo, pelo menos em relação à criação de novas fontes de riqueza.

Por isso mesmo, nossa atenção naturalmente será dirigida mais ao microempresário (ou candidato a) industrial.

Na primeira oportunidade de aperfeiçoamento da legislação, não deverá o legislador ficar indiferente à necessária isenção dos impostos da União, já que atualmente apenas foram zeradas as alíquotas do IPI, o que, com certeza, gerará insegurança por parte do microempresário industrial que, a qualquer momento poderá ser surpreendido com alterações nas alíquotas.

Outro aspecto que vale ressaltar é o ímpeto burocratizante do serviço público que, já gerindo a primeira intenção do Projeto sobre Microempresa (ME), exige um grande volume de documentos, além de exigir o pagamento de taxas, implicando isto na necessidade do uso dos serviços de despachantes e contadores, o que, por sua vez, eleva as despesas.

Assim, torna-se necessário uma imediata retomada da posição, tanto do legislador quanto do administrador público, no sentido de corrigir as distorções e fazer retornar o “projeto” ME ao objetivo a que se propôs inicialmente.

Ora não pode o esforço de desenvolvimento do País prescindir desses microempresários que, devidamente instruídos e informados, contribuirão decisivamente para o reencontro da Nação com o Estado, na medida em que este não criar restrições à livre expressão econômica da ME, em especial a de natureza industrial.

Além do apoio à subsistência das atuais e ao florescimento de novas microempresas, reconhece-se como indispensável que a expansão das mesmas se faça harmoniosamente com o meio, através da interação com órgãos existentes no campo social, tais como: instituições religiosas e filantrópicas, comunidades de natureza diversa, sindicatos, associações de classes, etc...

Os representantes dos órgãos acima citados talvez ainda não tenham se dado suficiente conta da importância do papel da ME, seja no sentido da valorização das pessoas e famílias e comunidades pelas quais zelam, seja no sentido de ampliar o seu poder político e econômico para mais eficientemente contribuam para os novos rumos que o País busca, e precisa encontrar.

Sob o enfoque econômico-financeiro constatamos a crônica dependência das unidades de produção do País que, de modo geral, não prescindem do paternalismo financeiro estatal ou privado. Este é um vício a ser corrigido, vez que não contribui para o fortalecimento da empresa privada, favorecendo, isto sim, de um lado, o crescente controle da economia pelo Estado, e, de outro, gerando um desequilíbrio inconveniente entre os fatores tradicionais de produção, ao colaborar para a predominância do capital sobre os demais. Assim, os microempresários em formação precisam conscientizar-se do princípio – e para isso informados dos meios – de que através do trabalho, com base na cultura onde se desenvolve sua ME, acumula-se o capital, e de que só este deve servir de base ao crescimento econômico de sua empresa. A auto-suficiência do microempresário deve assentar-se, portanto, em sua independência (interdependência) do Estado, de modo geral, bem como das instituições financeiras e das grandes empresas privadas.

Nesse sentido, vale alertar o microempresário em potencial para a seguinte expressão que resume as condições essenciais de que deve dispor ao pretender dar um passo em direção à sua meta empresarial.

## TEMPO E CAPITAL (PRÓPRIOS) + INFORMAÇÃO = MICROEMPRESA

### 1. TEMPO E CAPITAL (PRÓPRIOS)

Estas condições somente são atingidas se a pessoa, conforme sugerido em “Ação Autônoma”, tiver adquirido sua autonomia financeira (obviamente, excluem-se desta afirmativa as pessoas que, por condições especiais, não dependeram de seu próprio trabalho para atingir esta condição).

Ressaltamos a importância de o capital ser próprio, não devendo a pessoa encantar-se com empréstimos, créditos fáceis (que implicam em ônus financeiros elevados), ou qualquer outra forma de endividamento que, praticamente sempre só beneficiam o dono do capital, que não o socorrerão quando, tardiamente, descobrir que toda a sua energia – que devia estar a seu serviço, em função da produção e venda – foi canalizada exatamente para aqueles que a princípio pareciam oferecer facilidades em seu caminho.

### **CRESCER SOLIDAMENTE É CRESCER COM OS SEUS RECURSOS PRÓPRIOS!**

Alertamos também para o fato de a pessoa dispor do próprio tempo (condição também adquirida com a autonomia financeira). O empreendimento empresarial requer muitas vezes total disponibilidade de tempo, às vezes em momentos cruciais, a falta de dedicação do próprio empresário pode ser fatal para a sobrevivência da firma ou de extrema importância para o prestígio e crescimento do negócio ou ainda, regularmente, por ser sabido que “as vistas do dono é que engordam o seu gado”.

### 2. INFORMAÇÃO

Denominamos genericamente de informação, não só todas as informações propriamente ditas necessárias ao funcionamento da microempresa, mas também o conhecimento adquirido pela pessoa, em sua vivência adquirida em seu caminho de auto-suficiência, que implicou em sua autonomia financeira.

A palavra *crise* em chinês é representada por dois ideogramas, um significando *risco* e outro *oportunidade*. Se a pessoa dispõe de capital e tempo, mesmo em momento de crises só restam as oportunidades dos bons negócios.

A auto-suficiência do microempresário, entretanto, não pode apoiar-se unicamente em sua realização financeira, mas também na certeza de controle que o mesmo adquire de seus meios de produção. Assim, o microempresário, como agente que deve ser do processo de aprendizagem a ser desenvolvido, ao implantar a ME, deve assenhorear-se, passo a passo, do “como”, partindo de sua “vontade de realização”, poderá atingir a meta: “constituição da ME”, com a organização básica necessária a sua preservação e contínua expansão, até o limite recomendável.

Não podemos esquecer das dificuldades que uma ME enfrenta, como sistema autônomo, numa realidade dinâmica, competitiva e sujeita a crises esporádicas, para subsistir, tendo em vista, principalmente, que ela convive num meio econômico onde eventualmente pode prevalecer a hegemonia de grandes empresas. Neste sentido, deverá o microempresário utilizar-se de uma administração a mais simples possível, sem sacrifício da eficiência e eficácia que serão requeridas.

No que diz respeito à ME industrial, vale ressaltar alguns conselhos, nem sempre tão óbvios quanto possam parecer, com vistas a reduzir os seus riscos:

1. Uma vez definidos os bens a serem produzidos, é de fundamental importância o microempresário utilizar-se de técnicas conhecidas e utilizadas pelas grandes empresas industriais. Tais indústrias, a título de exemplo, só produzem o essencial, sob o seu controle, do que pretendem oferecer ao mercado. Os demais insumos são adquiridos de outras empresas, sempre em função da previsão de vendas, de modo que ao surgir uma crise, elas simplesmente suspendem as compras, transferindo desta forma aos seus fornecedores grande parte dos problemas gerados pela crise;

2. *Vender primeiro, produzir depois.* Isto significa definir uma quantidade inicial mínima de produção – já previamente vendida a partir de duas ou três unidades já produzidas –, produzir, entregar, receber. E assim sucessiva e crescentemente até atingir o seu potencial de fabricação.

Não sucumbir à tentação de utilizar dinheiro fácil (e caro) na ambição de produzir muito e rapidamente;

3. Somente assumir como despesa fixa o essencial. Todas as despesas, inclusive o seu *pro-labore*, sempre que possível, devem ser condicionadas à venda. Tais despesas fixas, inicialmente, não devem ultrapassar sua capacidade financeira de sustentá-las, até que o faturamento atinja níveis que permitam a auto-sustentação da ME;

4. Nunca produza grandes quantidades para pequeno número de compradores. Diversifique a venda; neste caso, o não pagamento por parte de um comprador não comprometerá sua estabilidade financeira;

5. Não diversifique sua produção. Menor número de produtos, implica melhor qualidade dos mesmos, maior racionalização na produção, maior facilidade de especialização da mão-de-obra, etc.

6. Se você é industrial não ofereça serviços, por mais tentados que seja, fora da sua linha de produção. Preencha o possível tempo ocioso baseando formas de atingir a um número crescente de compradores (ou seja, expanda o mercado, não suas atividades na empresa).

Uma série de outros cuidados seriam naturalmente suscitados a partir de debates, conforme proposto em “Ação Autônoma”.

Finalizamos, entretanto, com um último alerta, no sentido que em qualquer fase da existência da ME, permaneça o microempresário consciente dos princípios básicos que lhe garanta:

I – a si, a seus familiares e aos que participam das atividades da ME, a certeza de permanecerem fazendo “o que se gosta”, não perdendo de vista a auto-realização do Homem, como indivíduo e como pessoa; e



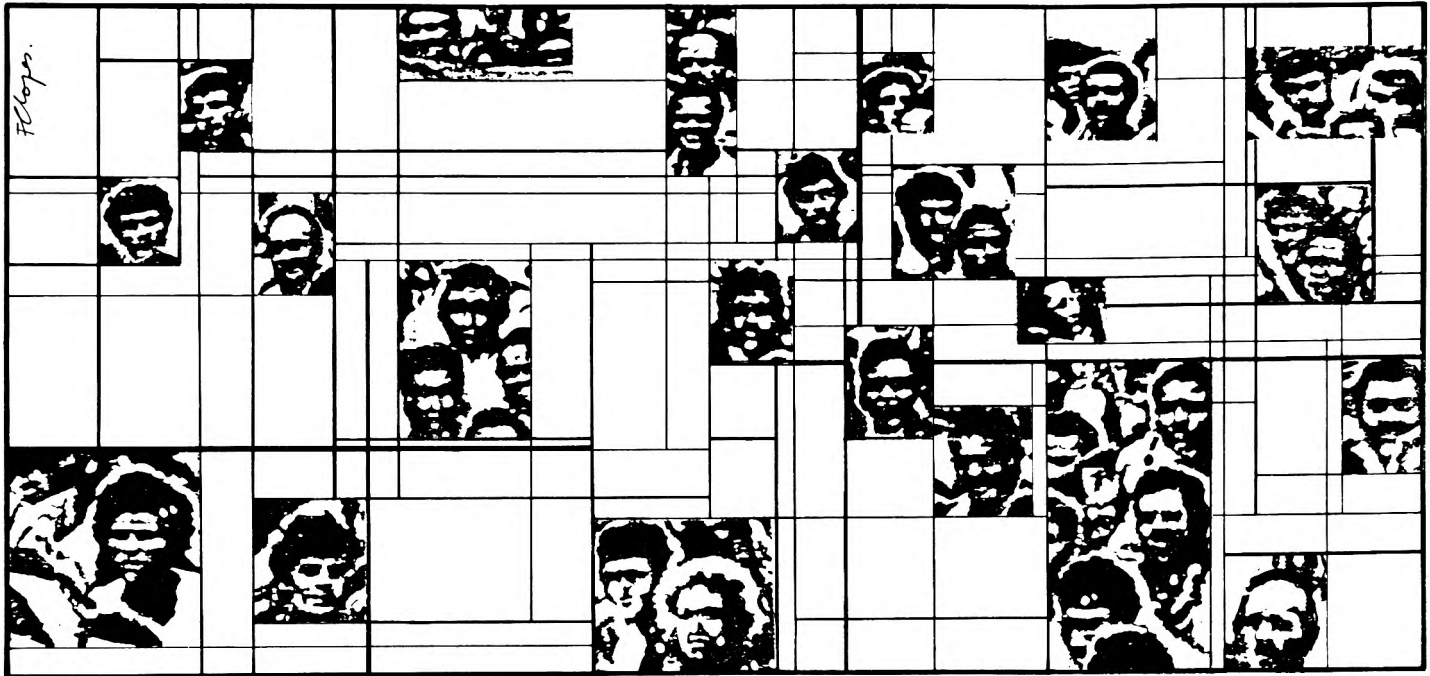
II – a interação permanente da ME com o meio social, cultural e político da comunidade a que pertencer.

Pois, parece-nos, ser esta uma proposta que cumprida garantir-lhe-á a auto-satisfação, a felicidade, a alegria e, sem estas não há possibilidade de auto-realização.

# Modernização dos serviços administrativos

## UNIDADE 4

Vera Lúcia Ariza Gonçalves



- MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
- REFLETINDO SOBRE AS RAÍZES HISTÓRICAS DA BUROCRATIZAÇÃO NO BRASIL
- MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E MUNICIPALIZAÇÃO
- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NA GESTÃO PÚBLICA – A EXPERIÊNCIA DE DESBUROCRATIZAÇÃO DOS ESTADOS DE SÃO PAULO E DO PARANÁ

## INTRODUÇÃO

Somos um povo controvertido: por um lado, ricos em recursos naturais e, por outro, extremamente pobres, sócio, política e administrativamente. Não foi formada entre nós, ainda, a mentalidade de contribuir e participar, efetivamente, da construção daquilo que é nosso, mas continuamos sendo os antigos exploradores da terra, reforçados pela marca do paternalismo de Vargas. Daí a necessidade do "Governo pensar formas modernas e democráticas de ser Governo, captando os sentimentos da sociedade e, da sociedade influir no encaminhamento das suas propostas e cobranças ao Governo".

Não é possível, entretanto, pensar em Governo Democrático sem a participação da sociedade na Gestão Pública e a participação desta sociedade torna-se difícil enquanto cada indivíduo não assumir seu papel de agente social e elemento ativo de setores ou grupos organizados, cujo objetivo é o bem comum.

Analisando, rapidamente, as características assumidas pelo Estado Administrativo Brasileiro, a partir de 1930, destacamos os seguintes processos: expansão da administração pública, através da criação de vários órgãos, formuladores de políticas públicas; intervenção do Estado na política econômica e social do país; criação de órgãos executivos para controlar, dirigir, fiscalizar a coisa pública; expansão empresarial do Estado através das empresas públicas.

Ao iniciar este tema, ressaltamos os pontos acima visto que nosso enfoque visa considerar a modernização dos serviços administrativos mais como um instrumento político e um direito do cidadão do que como uma questão técnica a ser enfrentada, apenas, pelos administradores. Ressaltamos, ainda, que não é possível tratar a modernização dos serviços administrativos sem considerar a burocracia e a reforma administrativa.

Em se tratando de um texto para reflexão, convidamos todos aqueles interessados em participar de um desafio, que é a modernização e desburocratização

do serviço público brasileiro, a dialogar através de uma postura aberta, sobre o tema em questão.

Não é necessário analisar, em profundidade, para concluir que qualquer movimento de modernização, desburocratização ou reforma administrativa somente se concretiza se houver mudança de mentalidade de um governo e de um povo. Caso contrário, estes nunca passarão de simples intenções ou imposições. Exemplo disto são as várias tentativas feitas no Brasil, pelo Governo Federal obtendo, apenas, resultados parcialmente eficazes, a citar: a reforma de 1930 a 40, com ênfase nos meios (administração de pessoal, material, orçamento, estruturas e racionalização de métodos) mais do que nos próprios fins da administração; a retomada dos esforços reformistas em 1952, tendo como objeto de reforma a centralização da orientação superior no Presidente da República; a criação do CEPA-Comissão de Estudos e Projetos Administrativos em 1956, pelo Presidente Juscelino Kubitschek, que enfatizava a descentralização da execução, a centralização do controle e o planejamento governamental, bem como a criação do COESB-Comissão de Simplificação Burocrática, assumida pelo DASP; o novo regime político, instaurado a partir de 1964 promove uma nova centralização. Cria-se o Ministério Extraordinário do Planejamento e Coordenação Econômica e institui-se o Decreto-lei 200 que, por sua vez, contribuiu para a implantação da mais profunda centralização administrativa conhecida pelo país, desde sua colonização. Os princípios fundamentais deste Decreto foram: planejamento, coordenação, delegação de competência e controle. As atividades auxiliares foram organizadas por área e foram criados os sistemas de pessoal, orçamento, estatística, contabilidade, administração financeira, auditoria e serviços gerais. Cria-se o ERA-Escritório da Reforma Administrativa Federal; não sendo suficientes as diretrizes do Decreto-lei 200, em 1979 há uma retomada de esforços para a reforma dos serviços administrativos e é criado o Programa Nacional de Desburocratização, sob a

responsabilidade do Ministro Hélio Beltrão; o governo, em 1985, propôs, também, uma Reforma Administrativa, através da SEDAP-Secretaria de Administração Pública antigo DASP, cujas atividades integraram o Programa Nacional de Desburocratização e a SEMOR-Secretaria de Modernização e Reforma Administrativa. Esta reforma tinha como objetivo avaliar a Administração Pública e, posteriormente, organizar a gigantesca e emperrada máquina administrativa. Vários decretos foram assinados pelo Presidente José Sarney, todos com o objetivo de melhorar o desempenho dos serviços administrativos do setor público brasileiro mas, como das outras vezes, a reforma não aconteceu e a própria SEDAP foi absorvida pela SEPLAN, em janeiro de 89 que, provavelmente, fará, por sua vez, propostas de modernizar o Serviço Público Brasileiro.

Espera-se com este texto estimular o questionamento da Administração que se tem implantado no Brasil até o momento, reconhecendo que somente ocorrerão as mudanças necessárias se houver por parte do Governo e de cada cidadão, as devidas mudanças atitudinais.

## REFLETINDO SOBRE AS RAÍZES HISTÓRICAS DA BUROCRATIZAÇÃO NO BRASIL

...“A verdade é que o Brasil já nasceu rigorosamente centralizado e regulamentado. Desde o primeiro instante, tudo aqui aconteceu de cima para baixo e de trás para diante.

Quando Tomé de Souza desembarcou na Bahia em 1549, nomeado Governador-Geral pelo regime absolutista e centralizador vigente em Portugal, já trouxe consigo um Regimento pronto e acabado, elaborado em Lisboa, que representou na verdade a primeira Constituição do Brasil. Ainda não havia povo nem sociedade, mas já existia, pré-fabricado e imposto, de alto e de longe, o arcabouço administrativo que deveria moldar a ambos. Esse modelo passou a prevalecer. A estrutura burocrática sempre precedeu e condicionou a organização social. Essa circunstância é assinalada por todos

os estudiosos de nossa colonização. Segundo João Camilo de Oliveira Torres o fato realmente espantoso é que no Brasil, o Estado precedeu fisicamente ao povo. Na linguagem de Oliveira Viana a população dos núcleos locais já nasce debaixo das prescrições administrativas. Essa organização administrativa e política não é então uma criação consciente dos indivíduos; é uma carapaça disforme; vinda de fora, importada, vasta, complexa, pesada. Segundo Faoro, desde o primeiro século de nossa história, a realidade se faz e se constrói com decretos, alvarás e ordens régias. Tristão de Athayde arremata: fomos um país formado às avessas, que teve Coroa antes de ser povo; parlamentarismo antes de eleições; escolas superiores antes de alfabetização; bancos antes de ter economias.

Não é de estranhar-se, assim, que, no Brasil, *a burocracia se tenha superposto à sociedade*. Foi uma decorrência da própria natureza de nossa colonização. No caso brasileiro, a colonização constitui um empreendimento de Estado, atribuído pelo governo português a pessoas de sua confiança, com o objetivo declarado de consolidar a conquista do território e propiciar benefícios econômicos à Coroa. Nenhuma semelhança portanto com o que ocorreu em outras plagas, onde foi uma parcela do próprio povo que emigrou espontaneamente, com a intenção de se fixar em outro lugar, onde criou suas próprias instituições. Nesse caso, foi a Sociedade que instituiu a Autoridade. Aqui, foi a Autoridade que fundou e moldou a Sociedade.

De lá para cá o Brasil mudou. Mudou muito – e para melhor – no curso de um processo progressivo de liberação e de autoconfirmação. Com a Independência, o Império e a República, profundas alterações ocorreram em nosso comportamento político, social e econômico. Mas no plano administrativo propriamente dito, muito pouco realmente mudou. Por força de nossa tradição formalística, a burocracia no Brasil é toda escrita. Isto é, sempre obedeceu a leis, decretos, regulamentos e portarias, em que tudo está expressa e minuciosamente regulado. Essa circunstância explica o imobilismo centralizador característico de

nossa Administração e o descompasso cultural que até hoje se observa entre esse comportamento e a atitude da maioria do povo brasileiro.

De fato, foi principalmente na Administração Pública que se refugiaram e enraizaram o autoritarismo, o centralismo, o formalismo, a desconfiança e a tutela que marcaram o arcabouço burocrático-colonial português. E, ancorados na dificuldade de se alterarem as regras escritas da burocracia, têm sabido manter-se substancialmente intactos através dos séculos, sem tomar conhecimento do advento dos ideais republicanos e dos conceitos de cidadania e liberdade, proclamados no plano político e consagrados no texto de nossas sucessivas Constituições. Hoje, como no Brasil colonial, ressalvadas notórias exceções, o *cidadão continua a ser tratado não como cidadão, mas como súdito.*<sup>(1)</sup>

## MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E MUNICIPALIZAÇÃO

Não há dúvida de que ainda não foram encontradas formas plenamente satisfatórias de administração pública e a imagem de ineficiência, junto à comunidade, é quase sempre evidente. Essa Administração é considerada contraditória visto que por um lado tenta, incessantemente, resolver seus problemas de desempenho, através de formas técnicas ou até mesmo intuitivas de solução mas que, por outro, insiste em não ampliar seus canais de comunicação com a sociedade. Isto acentua cada vez mais o afastamento das informações das necessidades da população, dos centros de poder, tornando impossível o planejamento participativo e o estabelecimento correto de prioridades.

Ainda incluímos alguns aspectos globais para complementar este breve diagnóstico, quais sejam: a incapacidade de controle correto dos gastos públicos; o desperdício de esforços em ações paralelas e superpostas; o desenvolvimento de projetos conflitantes e as grandes dificuldades de articulação entre as administrações federal, estadual e

municipal, gerando má utilização de potencial, forças, conhecimentos e recursos da nação brasileira.

A administração municipal não foge muito das questões acima levantadas, visto que a administração federal é centralizadora e tem, até o momento, ditado os modelos administrativos, os quais são seguidos, sem questionamentos, pelas duas outras esferas do poder.

Diante de tal situação que tem provocado grande crítica e insatisfação por parte da comunidade cabe, também, ao Município prestar maiores e melhores serviços ao atendimento das necessidades da população, através do organismo administrativo, assumindo o papel de agente de transformações sociais e de catalizador do desenvolvimento. Entretanto, para que esse papel possa ser desempenhado, de forma a ganhar a credibilidade das pessoas, algumas prerrogativas básicas devem ser conquistadas pelo Município:

- a) competência própria para gerir e organizar os serviços destinados à Comunidade, exercendo AUTONOMIA ADMINISTRATIVA;
- b) capacidade para arrecadar e aplicar tributos locais, manifestando AUTONOMIA FINANCEIRA;
- c) competência para participar das eleições de prefeito, vice-prefeito e vereadores de forma democrática e imparcial, efetivando AUTONOMIA POLÍTICA.

Considerando os pontos acima, passamos a um enfoque mais específico da administração pública municipal – OS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS.

Ao repensar os serviços que são destinados ao bem-estar da comunidade é importante ponderar alguns aspectos que facilitam uma avaliação prévia do seu grau de eficiência:

- os serviços disponíveis estão satisfazendo as necessidades e expectativas da população usuária?
- que tipos de limitações de natureza técnica, administrativa, humana e financeira o Município enfrenta para assegurar os padrões mínimos de desempenho desejáveis?
- quais mecanismos devem ser

1. Hélio Beltrão, Conferência proferida na Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro – 12 de junho de 1981.

acionados no Município para atingir-se a eficiência administrativa?

- como verificar se princípios estratégicos que provêm do Estado e do Governo Federal estão de acordo com as necessidades administrativas do Município?

Para responder a estas perguntas deve-se fazer uma profunda análise do meio, levando em consideração a estrutura dos serviços públicos, quais sejam: educação, saneamento básico, urbanização, lazer, desportos, etc., para após, eleger-se alternativas que venham dinamizar e efetivar os serviços administrativos.

Essa efetivação só será possível, no entanto, se calcar-se no propósito de mudança da administração pública tradicional, emperrada e morosa, para uma administração moderna e voltada para o desenvolvimento, cujos objetivos são facilitar a melhoria de desempenho, a preparação do serviço público para novas funções que venham surgir no decorrer do tempo e, principalmente, as mudanças sociais.

O papel das prefeituras no que diz respeito à modernização e reforma administrativa é de máxima importância para o país. As mudanças para serem eficazes devem ocorrer do povo para o governo e não como tem acontecido até o momento, quando as reformas para as mudanças são decididas nos gabinetes, sem a participação e envolvimento de todos os segmentos da sociedade.

Portanto, prefeitos, funcionários públicos e cidadãos devem ser os agentes de transformação da cultura administrativa no Brasil, concretizando uma nova filosofia de trabalho configurada nos anseios da comunidade e autenticamente comprometida com os valores democráticos.

As reformas municipais devem ser planejadas levando em consideração a realidade local, os recursos e energias disponíveis que podem ser mobilizados para realizar-se as mudanças necessárias, tendo sempre como objetivo terminal a eficiência, eficácia e efetividade dos serviços e, mais que isto, a efetividade municipal.

“Municipalizar significa partir para processos possíveis de auto-sustentação, através dos quais as comunidades sobrevivem melhor, e, a seguir, possam gerar excedentes. Apoiar o pequeno produtor rural, sobretudo de modo associativo, para que a pequenez não seja o signo do descarte, mas a chance da qualidade. Organizar o mercado informal, onde grupos de artesões, grupos de mulheres produtivas, grupos de jovens trabalhadores, grupos de pequenos comerciantes, grupos de prestadores de serviços, grupos de pescadores, etc., possam potencializar suas oportunidades de emergir através de processos que aliem condições de desenvolvimento político (cidadania) com condições de desenvolvimento sócio-econômico (geração de renda). Inventar saídas que não sejam a sucata dos centros, mas a demonstração da criatividade comunitária.

Municipalizar significa sobretudo ter soluções próprias. Não se dispensa o Estado, nem a União, mas estes são colocados no seu devido lugar, a saber, como instâncias delegadas de viabilização. Por mais pobre que seja, o Município precisa recobrar estratégias de produção e trabalho. ...“Municipalizar significa construir a vida do país a partir da comunidade, que é o real sujeito do desenvolvimento, ainda que, na história que temos de centralismo e autoritarismo, ela tenha se arrastado como mera periferia. Significa devolver ao Município tudo o que ele pode fazer por si, autonomamente.”<sup>(2)</sup>

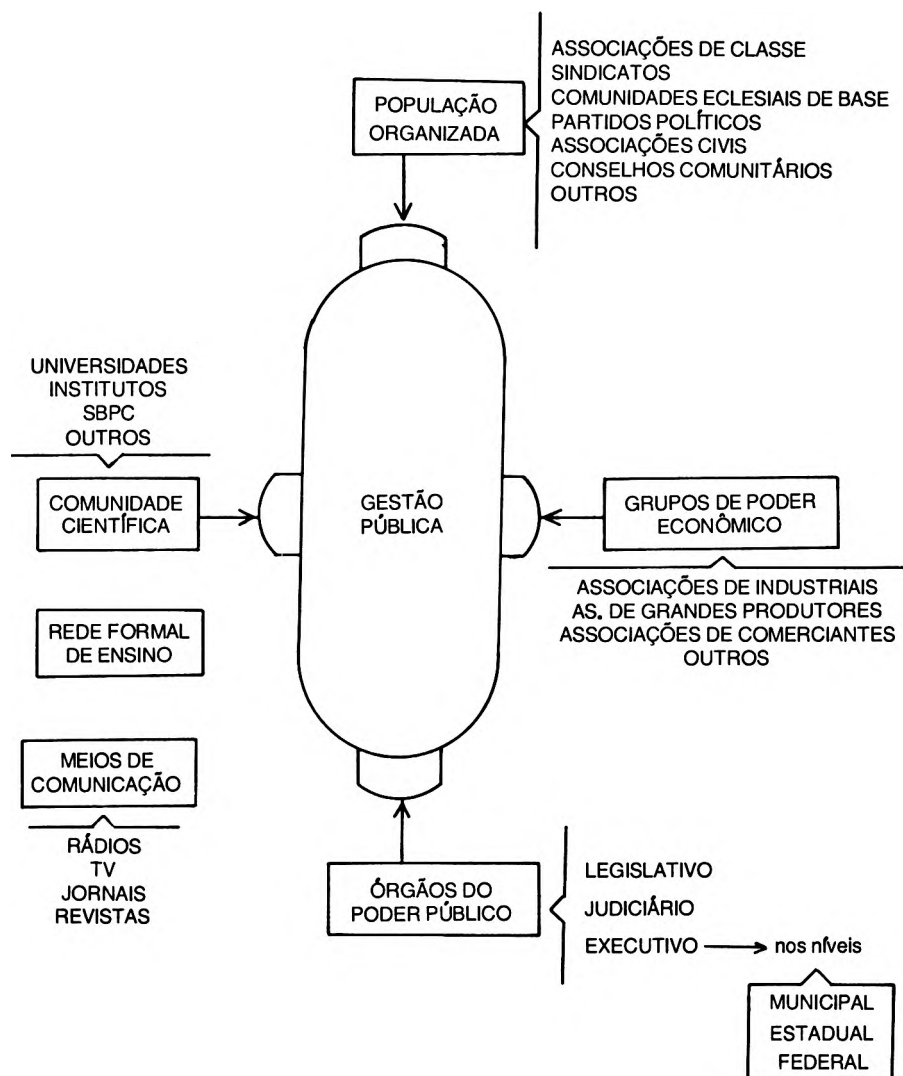
## **PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NA GESTÃO PÚBLICA – A EXPERIÊNCIA DE DESBUROCRATIZAÇÃO DOS ESTADOS DE SÃO PAULO E DO PARANÁ**

A experiência do Estado de São Paulo<sup>(3)</sup>, a ser citada por nós, se deu no ano de 1985 e teve a finalidade de iniciar um trabalho sistemático de participação da comunidade na Gestão Pública. Para tal empreendimento foi possível contar com a participação de quarenta e sete órgãos estaduais e o esquema de participação comunitária se encontra a seguir:

(2) Desburocratização e Cidadania – Textos para Discussão – Ministro Paulo Lustosa – Programa Nacional de Desburocratização.

(3) Participação Comunitária na Gestão Pública – Secretaria de Descentralização e Participação – São Paulo, dezembro de 1985.

## PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NA GESTÃO PÚBLICA



Após a implementação do projeto de participação comunitária na gestão pública em São Paulo foi realizada uma avaliação junto aos 47 órgãos participantes do projeto, cujos resultados com benefícios, dificuldades, solicitações e exigências, estão relacionados a seguir.

### BENEFÍCIOS DO PROJETO JUNTO A CADA ÓRGÃO PÚBLICO PARTICIPANTE:

- Melhor conhecimento da realidade sócio-econômica e cultural do Estado;
- Aperfeiçoamento teórico-metodológico;
- Integração entre algumas áreas da instituição;
- Integração da instituição com o ambiente em que vive a população que participa das atividades da instituição;
- Colocação em prática, por parte da instituição, da proposta de participação do governo;
- Divulgação da instituição junto à população e melhoria da imagem institucional;
- Gestão mais ágil e participativa;
- Utilização de mão-de-obra disponível nas instituições;
- Possibilidade de receber informações diretas por parte da comunidade;
- Aumento da consciência do planejamento participativo e integrado;

- Captação de recursos, através de financiamentos;
- Integração de técnicos da instituição nas comunidades desenvolvendo a liderança em seu próprio meio;
- Garantia de eficácia das propostas;
- Diminuição da dispersão de recursos.

#### BENEFÍCIOS DO PROJETO JUNTO À COMUNIDADE

- Agilização dos serviços no atendimento à população e acesso da comunidade à informação de que dispõem os órgãos públicos;
- Oportunidade da comunidade participar na discussão de seus problemas;
- Aumento de participação dos grupos organizados no apontamento de problemas e na busca de soluções aos problemas intermunicipais;
- Envolvimento da população, ainda que pequeno, no encaminhamento dos projetos e atividades dos Órgãos Públicos;
- Aumento da consciência do caráter político e global dos problemas locais: saneamento, transportes, ocupação do território, etc.;
- Aumento de articulação entre entidades civis localizadas (SAB's por exemplo) e destas com os poderes e lideranças políticas locais (vereadores, câmaras, prefeituras);
- Troca de informações sobre outras experiências desenvolvidas em outras comunidades, em universidades, instituições de pesquisa, etc.;
- Melhoria por parte da população no atendimento às necessidades básicas: alimentação, higiene, saúde, etc.

#### DIFICULDADES INTERNAS ENCONTRADAS PELAS INSTITUIÇÕES AO DESENVOLVER O PROJETO:

- Falta de prática democrática na discussão e implantação da proposta participativa no serviço público;
- Resistência à integração entre áreas, na instituição pública;
- Insuficiência de recursos financeiros face à desarticulação entre os vários órgãos, acarretando dispersão;

- Falta de compreensão do programa de participação da própria instituição;
- Falta de condução do trabalho de participação pelos principais responsáveis, anulando a atuação dos técnicos;
- Existe, em alguns órgãos, uma certa "cultura" do corpo gerencial, contrária à participação;
- Dificuldades administrativas, em termos de divergências quanto a procedimentos, face a novas orientações da instituição;
- Insuficiência de recursos humanos atuando na área de participação, não permitindo atender a crescentes demandas da população;
- Insuficiência de recursos técnicos;
- Estrutura e funcionamento da instituição inadaptada à proposta participativa e contrária à dinâmica de participação;
- Insuficiência de recursos financeiros condizentes com o desenvolvimento do trabalho das áreas de participação.

#### DIFICULDADES ENCONTRADAS PELAS INSTITUIÇÕES AO RELACIONAR-SE COM A COMUNIDADE:

- Resistência em muitos setores, à mudança que a participação exige;
- Falta de preparação das lideranças para levarem avante questões de Gestão Pública;
- Falta de prática democrática em discutir problemas coletivos;
- Passividade de desmobilização;
- Desarticulação das entidades civis entre si, destas com os poderes públicos locais e destes com o próprio grupo da instituição;
- Falta de divulgação do que é realizado pelas áreas de participação junto com os grupos de comunidade;
- Falta de clareza para a população a respeito da política do governo;
- Desinformação generalizada a respeito das propostas em andamento;
- Pouco envolvimento das autoridades em geral;
- Dificuldades de acompanhamento dos grupos com os quais o órgão público iniciou o trabalho participativo;



- Resistência, por parte de setores da população e dos órgãos do poder político, em aceitar outras alternativas que não as adotadas pelas instituições de tipo assistencialista,

#### SOLICITAÇÕES DA COMUNIDADE SURGIDAS APÓS O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO:

- Solicitações de cursos, treinamentos, palestras, material didático de apoio para que os grupos possam participar melhor;
- Assessorias para implantar os mesmos projetos comunitários em andamento, em outras áreas do município ou da região;
- Extensão dos projetos para questões diferentes dos que já foram atacados. Ex.: da proteção dos mananciais para ocupação urbana, favelas, construções de áreas de lazer e preservação ambiental, etc.;
- Aumento de efetivo para que a população possa acompanhar os serviços prestados com eficiência por parte do governo;
- A partir do momento em que a população assume responsabilidade no serviço público aumenta sua demanda como também a participação na solução dos problemas. Ex.: a partir do momento que conseguem água, reivindicam esgoto; da conquista do esgoto, passam a querer eletricidade; depois vem a legalização dos terrenos e asfalto, etc... Toda proposta participativa traz implícitas novas demandas.

#### NOVAS EXIGÊNCIAS DA COMUNIDADE JUNTO ÀS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS SURGIDAS APÓS O PROJETO DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA:

- Capacidade de despertar o interesse da comunidade para projetos que possam beneficiá-la;
- Necessidade de consultar a população em decisões que lhe afetam a qualidade de vida e necessidade de absorver as contribuições no funcionamento da instituição;

- Necessidade de treinamento e reciclagem dos técnicos para lidarem com a população organizada em entidades ou movimentos reivindicatórios;
- Desenvolvimento de novas metodologias e novas técnicas antes desconhecidas na instituição, mas adequadas à gestão participativa;
- Questionamento e redefinição das competências da instituição;
- Reformulação de normas de trabalho na instituição;
- Maior articulação entre as áreas da instituição;
- Maior articulação com outros órgãos e poderes estaduais e municipais;
- Diversificação nos relatórios e publicações, incluindo textos especificamente voltados ao cidadão comum, não especializado nos afazeres de ordem técnica da instituição;
- Agilização dos serviços da instituição, particularmente aqueles que implicam no retorno de informações à comunidade.

A experiência do Estado do Paraná se deu no ano de 1980 e trata-se de um empreendimento de desburocratização do serviço público, através do desenvolvimento de projetos específicos, cujos objetivos eram a modernização do serviço público da administração direta e indireta estadual.

Como principais projetos pode-se citar: Análise Crítica dos Impressos e Formulários utilizados na Secretaria de Estado da Administração; Central de Serviços Administrativos; Delegação de Competências Comuns a toda a Administração Pública Estadual; Diagnóstico Organizacional da Fundação de Saúde Caetano Munhoz da Rocha; Diagnóstico Organizacional das Delegacias de Polícia; Diagnóstico Organizacional do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado-IPE; Pesquisa com o Público. Todos os projetos acima tiveram como finalidade principal a racionalização dos serviços e o melhor atendimento à comunidade. Outro projeto que vale a pena citar é a Assistência Técnica em Modernização Administrativa a Outros Estados, tendo como exemplo o trabalho

desenvolvido no Estado do Maranhão, através das seguintes atividades: Seminários Organizacionais, Sistema de Transporte Oficial, Sistema de Patrimônio, Sistema de Administração de Pessoal, Sistema de Comunicação Administrativa, Modernização do Detran, Sistema Centralizado de Materiais, 1º Curso de Formação de Analistas de Organização e Métodos.

Estas experiências foram aqui citadas para que a reflexão sobre as necessidades de mudanças e não apenas de modernizações ou reformas administrativas sejam de responsabilidade de cada governo e de cada cidadão responsável pela melhoria dos serviços neste país.



# Matriz geradora para a identificação e elaboração de projeto

## UNIDADE 5



- **INTRODUÇÃO**

Carlos A. Vieira

- **DIRETRIZES BÁSICAS PARA O QÜINQUÊNIO 1980/84**

Amílcar C. Chaves e Carlos Victor Timo Ribeiro

- **PLANOS BÁSICOS PARA O TRIÊNIO 1980/82**

Amílcar C. Chaves e Carlos Victor Timo Ribeiro

- **PROGRAMAS PARA O BIÊNIO 1980/81**

Amílcar C. Chaves e Carlos Victor Timo Ribeiro

# INTRODUÇÃO

**Carlos A. Vieira**

No final da década de 70, foi efetivado um importante movimento popular/institucional na microrregião do Médio Araguaia, cuja reconstituição histórica, registro e divulgação estão por ser feitos, no sentido de se avaliar a sua pertinência e eficácia.

Local fértil em suas raízes históricas, a microrregião do Médio Araguaia conheceu a passagem de Bandeirantes, o ciclo dos diamantes, a busca do ouro, a passagem da Coluna Prestes, o contato direto com os centros econômicos e culturais europeus, a célebre rebelião de Aragarças, os projetos agrícolas cooperativistas, os conflitos indígenas, a celeberrima Marcha para o Oeste, a Fundação Brasil Central, a criação de uma instituição de Ensino Superior (Centro Pedagógico de Barra do Garças) e o COMMEA, só para lembrar os eventos históricos mais significativos.

Como testemunha da ação antrópica,<sup>1</sup> o velho Rio Araguaia, antes luxuriante em suas margens e navegável até as cidades de Baliza/Torixoréu, vai sofrendo o assoreamento progressivo, uma poluição intensiva e a ação exterminadora do turismo imprudente.

Monumentos históricos, como o Grande Hotel de Aragarças, o Hospital Getúlio Vargas, os motores a diesel (de navios) utilizados pela Fundação Brasil Central, a Velha Marcenaria e Olaria, todos ou são destruídos ou reformados sem critérios, e entristece-se a região ao verificar que a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN nem toma conhecimento disto.

Para não se falar de sítios arqueológicos que os tratores arrebentaram, expondo fósseis preciosos que nenhuma instituição de ensino superior ou de pesquisa se interessa, de tesouros espeleológicos<sup>2</sup> e de santuários ecológicos (como as Sentinelas do Roncador) que são loteadas a preço de banana.

Dinheiro, dinheiro, dinheiro... ganância, ganância, ganância... estas são as palavras de ordem.

Mas, na tentativa de se agir de modo racional e integrado, ao longo da década de 70, tentou-se uma experiência comunitária de fôlego e de longo alcance, que culminou na criação do COMMEA – Consórcio dos Municípios do Médio Araguaia – envolvendo a SUDECO, as Prefeituras de Baliza, Torixoréu, Bom Jardim, Montes Claros de Goiás, Aragarças, Barra do Garças, Piranhas, Nova Xavantina, e povoados como Araguaiana, Registro de Goiás, Pindaíba, Vale dos Sonhos e outros.

Prefeitos, médicos, vereadores, economistas, professores rurais, arquitetos, agentes de saúde, garimpeiros, funcionários, professores e alunos das Universidades de Brasília, da Odontologia de Diamantina, da Federal de Mato Grosso, da Federal de Goiás, Projeto Rondon, Pimmo, centenas de pessoas e dezenas de órgãos e instituições agindo na região.

Uma saga inesquecível.

Deu em quê?

Em resultados práticos, em insanidades políticas, em esperanças mortas, etc., etc., etc.

Mas também deu em semente. E uma destas sementes é a extraordinária matriz geradora de projetos integrados discutidos com a comunidade e com técnicos, e que foi sintetizada pelo Dr. Amílcar C.

Chaves, com a ajuda do economista Dr. Carlos Victor T. Ribeiro.

Conquanto esta matriz tenha tido por objeto a realidade da microrregião do Médio Araguaia, julgamos que é útil a sua divulgação como referencial a ser checado com outras microrregiões ou Municípios.

## MATRIZ GERADORA PARA IDENTIFICAÇÃO E ELABORAÇÃO DE PROJETOS (ADAPTADA EM TEXTO)

### DIRETRIZES BÁSICAS (QUINQUENAL) 1980-1984

1. Aumentar a renda pessoal da comunidade regional.

1 – **antrópica**: diz-se das vegetações resultantes da ação do homem sobre a vegetação natural;

2 – **espeleológicos**: relativo a estudo e exploração de cavidades naturais do solo, grutas, cavernas ou fontes.

2. Assegurar à comunidade regional facilidades de acesso aos benefícios sociais do desenvolvimento regional.
3. Montagem de infra-estrutura econômica, social, cultural, política e administrativa destinada a aperfeiçoar o desenvolvimento em fase posterior ao quinquênio.

## PLANOS BÁSICOS PARA O TRIÊNIO 1980/82

- 1.1. Estímulo a geração de novos empregos.
- 1.2. Capacitação de recursos humanos.
- 1.3. Melhoria da renda agrícola comercial.
  - 2.1. Suporte às ações que representem contribuição indireta ao aumento da renda pessoal.
  - 2.2. Suporte ao planejamento estadual.
  - 2.3. Ampliação e fortalecimento da capacidade econômica, social e gerencial dos Municípios.
  - 2.4. Assistência técnica aos Municípios.
  - 2.5. Organização urbana e territorial.
  - 2.6. Difusão e acesso ao bem-estar.
- 3.1. Suporte ao planejamento nacional.
- 3.2. Participação no esforço de desenvolvimento nacional.
- 3.3. Ações que possibilitem correção dos desequilíbrios regionais.
- 3.4. Orientar a regionalização do planejamento buscando fortalecer a capacidade gerencial das administrações municipais.
- 3.5. Estímulo à pesquisa básica.
- 3.6. Preservação ecológica.
- 3.7. Incentivo ao desenvolvimento cultural.
- 3.8. Formação e capacitação de massa-crítica de recursos humanos.
- 3.9. Capacitação de massa-crítica para o desenvolvimento econômico.

## PROGRAMAS PARA O BIÊNIO 1980/81

- 1.1.1. Programas de obras públicas que envolvem uso intensivo de mão-de-obra.
- 1.1.2. Apoio às atividades destinadas à colocação de mão-de-obra.

- 1.1.3. Estímulo à agricultura de maior emprego de mão-de-obra.
  - 1.2.1. Apoio aos programas de treinamento agrícola.
  - 1.2.2. Qualificação operacional de mão-de-obra agrícola.
  - 1.2.3. Pesquisa permanente da oferta e demanda de mão-de-obra agrícola.
    - 1.3.1. Apoio às ações políticas que visem a retenção da receita operacional da região.
    - 1.3.2. Incentivo ao cooperativismo do pequeno produtor rural.
    - 1.3.3. Estímulo à produção regional de excedentes agrícolas.
    - 1.3.4. Fomento à produção agrícola em áreas de cerrados subutilizadas.
    - 1.3.5. Difusão de informação de processos de comercialização de produtos agrícolas.
    - 1.3.6. Pesquisa aplicada sobre estrutura de comercialização de produtos agrícolas objetivando aumento da rentabilidade.
    - 1.3.7. Agregar ao custo final de produtos primários valores pelo maior processamento do produto na fonte.
    - 1.3.8. Pesquisa aplicada ao aumento da produtividade agrícola.
    - 1.3.9. Pesquisa aplicada à melhoria da qualidade da produção agrícola.
    - 1.3.10. Agregar à produção agrícola áreas urbanas disponíveis nas sedes e vilas municipais.
      - 2.1.1. Agir no setor de comercialização de alimentos básicos visando fixar preços.
      - 2.1.2. Estímulo à exportação inter-regional de excedentes agrícolas.
      - 2.1.3. Reintegração social de populações marginais.
      - 2.1.4. Oportunidade de acesso da população aos serviços públicos essenciais.
        - 2.2.1. Cooperação com os Governos Estaduais visando articulação regional do planejamento.
        - 2.2.2. Articulação dos Municípios consorciados com os sistemas de planejamento estaduais.
        - 2.2.3. Apoio à pesquisa básica de interesse dos sistemas de planejamento estaduais.

- 2.2.4. Ações destinadas a assegurar a execução local dos planos de governos.
- 2.3.1. Modernização e racionalização das administrações municipais consorciadas.
- 2.3.2. Implantação da legislação básica dos Municípios consorciados.
- 2.3.3. Estudos para aplicação de política de incentivos fiscais pelos Municípios consorciados.
- 2.3.4. Estudos para adoção de estímulos fiscais para os Municípios da região.
- 2.3.5. Treinamento e recrutamento do pessoal das prefeituras.
- 2.3.6. Estudos e elaboração de projetos para as prefeituras.
- 2.3.7. Controle de execução de obras públicas municipais.
- 2.3.8. Apoio às iniciativas públicas e privadas que visem a promoção do bem-estar das populações.
- 2.4.1. Orientação das prefeituras na elaboração e execução de planos de despesas.
- 2.4.2. Elaboração de projetos de obras públicas das prefeituras consorciadas.
- 2.4.3. Apoio na elaboração de planos diretores de urbanização.
- 2.4.4. Estudos de programas de financiamentos de projetos prioritários das prefeituras.
- 2.4.5. Orientação e elaboração de projetos destinados à captação de recursos estaduais e federais.
- 2.4.6. Implantação de O & M nos processos administrativos
- 2.5.1. Estudos destinados à definição e conceituação da responsabilidade social das cidades.
- 2.5.2. Análise do assentamento regional e distribuição espacial das populações.
- 2.5.3. Integração de programas de transporte dos Municípios.
- 2.5.4. Apoio à consolidação da infra-estrutura das cidades.
- 2.6.1. Facilidades de acesso a programas habitacionais.
- 2.6.2. Facilidades de acesso às atividades de desportos e lazer.
- 2.6.3. Manter oferta de vagas escolares e material escolar.
- 2.6.4. Manter oferta de serviços básicos de saúde pública.
- 2.6.5. Implantação de programa de medicina preventiva visando:
  - a) combate as endemias;
  - b) combate aos surtos epidêmicos;
  - c) programa de saúde escolar.
- 2.6.6. Apoio às aspirações culturais da população.
- 2.6.7. Apoio às atividades voltadas à segurança física e patrimonial da população.
- 3.1.1. Implantar e manter centro de documentação e informática.
- 3.1.2. Articulação do planejamento estadual e federal de interesse de aplicação local.
- 3.1.3. Capacitação dos Municípios consorciados ao nível de sub-pólos do Programa POLOCENTRO.
- 3.1.4. Acompanhamento de tarefas de implantação de planos, programas e projetos estaduais e federais a serem implantados no Município.
- 3.1.5. Pesquisa aplicada às funções determinantes do desenvolvimento da microrregião.
- 3.1.6. Coordenação da integração política das comunidades.
- 3.2.1. Ações que possibilitem contribuir para a realização de objetivos nacionais.
- 3.2.2. Intercâmbio de instituições federais, estaduais e da iniciativa privada visando aumento da eficiência.
- 3.2.3. Elaboração de planos trienais dos Municípios consorciados.
- 3.2.4. Apoio à execução de atos federais e estaduais delegados aos Municípios.
- 3.3.1. Análise da estrutura de comercialização de produtos agrícolas destinada a abertura de novos mercados.
- 3.3.2. Economia de divisas pela substituição de importação de alimentos básicos.
- 3.3.3. Estímulo a formação de grandes estoques de excedentes agrícolas.
- 3.4.1. Implantação de projetos de modernização das atividades administrativas.

- 3.4.2. Treinamento operacional de pessoal das prefeituras.
- 3.4.3. Divulgação e informação junto aos Municípios das normas de ATM.
- 3.4.4. Pesquisa aplicada da estrutura funcional da despesa dos Municípios.
- 3.4.5. Elaboração de programas e projetos inovadores.
- 3.4.6. Integração das obras de infra-estrutura urbana, territoriais e intermunicipais.
- 3.4.7. Projeto de implantação dos serviços públicos de saneamento básico.
- 3.5.1. Pesquisa fundamental de aumento da produtividade agrícola.
- 3.5.2. Pesquisa fundamental da melhoria da qualidade da produção agrícola.
- 3.5.3. Estudo da potencialidade econômica microrregional.
- 3.5.4. Pesquisa de recursos minerais (calcário).
- 3.5.5. Apoio a estudos de aproveitamento de recursos hidroelétricos.
- 3.5.6. Apoio aos estudos de aproveitamento e recuperação de cursos navegáveis.
- 3.6.1. Ações que assegurem a preservação das matas de porte da região.
- 3.6.2. Ações que assegurem a preservação de mananciais e bacias hidrográficas.
- 3.6.3. Pesquisa aplicada à prevenção da erosão.
- 3.6.4. Estímulo à preservação e recuperação da fertilidade do solo.
- 3.6.5. Apoio à implantação de indústrias não poluentes.
- 3.7.1. Preservação e conservação do patrimônio histórico-cultural.
- 3.7.2. Identificação e preservação de marcos da memória cultural e artística da região.
- 3.7.3. Identificação e preservação de marcos da paisagem urbana e territorial.
- 3.7.4. Assegurar a preservação e conservação de sítios ecológicos e grandes paisagens.
- 3.7.5. Estímulo ao desenvolvimento das manifestações culturais tipicamente regionais.
- 3.7.6. Estímulo à implantação de organizações culturais.
- 3.7.7. Incremento à editoração e publicação.
- 3.7.8. Estímulos, através de prêmios, concursos e outras formas de distinção, ao desenvolvimento de habilidades artísticas e produções artesanais.
- 3.7.9. Coordenação das festividades, efemérides e datas locais.
- 3.7.10. Estímulo, difusão e facilidade de comercialização da produção artesanal.
- 3.8.1. Implantação do Campus Universitário do Médio Araguaia.
- 3.8.2. Recrutamento e transferência do conhecimento e informação de órgãos de pesquisa e ensino para a região.
- 3.9.1. Estudo da estrutura econômica microrregional visando novas oportunidades de investimentos.
- 3.9.2. Apoio às atividades produtivas e investimentos de efeito multiplicador.
- 3.9.3. Determinação e quantificação do Produto Regional Bruto.

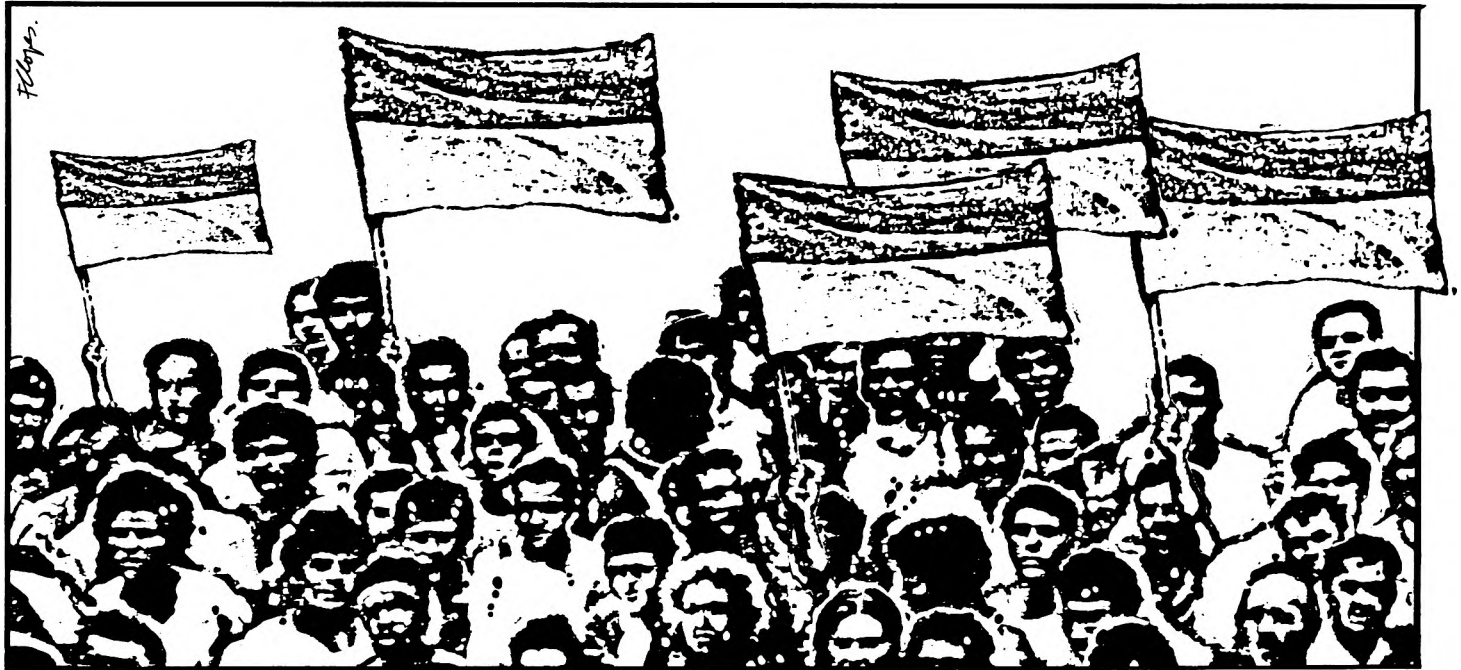




# Política e mudança

UNIDADE

6



- **O CERNE POLÍTICO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS**  
Carlos A. Vieira
- **A POLÍTICA DO COTIDIANO**  
Carlos A. Vieira
- **A QUESTÃO DA MUDANÇA**  
Carlos A. Vieira
- **PERSPECTIVAS**  
Anésia Pacheco e Chaves
- **MULTIFORMAS DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA MULHER**  
Nilce Gomes de Souza

# O CERNE POLÍTICO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Carlos A. Vieira

No texto referente à Educação Popular, do Tema (Educação, Município e Cidadania), fez-se referência às questões do processo participativo, tais como: diagnóstico da realidade, articulação de grupos, definição de objetivos comuns, descentralização e delegação do poder, flexibilidades dos movimentos estratégicos e táticos, a organização, a definição dos papéis das Instituições e dos Serviços, dos Agentes de Mudanças e da própria comunidade como um todo.

Estas questões estão presentes em qualquer momento e instante do movimento popular e exigem a formação de quadros e lideranças capazes de “tocar por mímica ou de ouvido” a vivência destas etapas, seja qual for o *estágio de organização* em que se encontrar uma dada comunidade.

No presente texto, tornar-se-á mais explícita a definição política da questão, em seus princípios gerais, e que preparam toda e qualquer ação comunitária.

Aqui se classificará de maneira simples e objetiva o porquê da necessidade de princípios políticos suprapartidários, suprainstitucionais e supraideológicos.

O esquema de apresentação é pois o *princípio e o porquê*.

a) *Planejamento Participativo* – é o antídoto contra a política dos “iluminados”, das decisões de gabinete, de grupos oligárquicos, de corporações com interesse próprio, das políticas internacionalistas, paternalistas ou ativistas.

O planejamento participativo se estabelece como uma política de dupla mão, para dar respostas às soluções efetivas de um dado problema comunitário e em que todos participam ensinando e aprendendo refletindo e agindo, assumindo a responsabilidade individual e social do fazer, de modo lúcido e consciente.

b) *Descentralização* – é o modo de se compartilhar o poder, de tornar-se

co-responsável, de inverter a pirâmide do poder que, centralizado, mantém um vasto arsenal de recursos humanos, físicos, financeiros e tecnológicos para o exercício da dominação de homens sobre homens, e de pequenos grupos contra a comunidade.

c) *Regionalização* – é o reconhecimento, a definição e a caracterização de um espaço próprio de liberdade potencial, a expressar-se em formas políticas, culturais, econômicas e sociais próprias, quando toda a força e vitalidade de uma comunidade é liberada em sua especificidade, contribuindo com sua peculiaridade para a identidade nacional.

É o antídoto da intervenção perversa e massiva que reduz a comunidade a uma caricatura cultural de outras matrizes concebidas fora do contexto da realidade comunitária.

d) *Flexibilidade* – com a intervenção de grupos, pessoas e poderes, se faz pressão direta ou subliminar, propagandística; a flexibilidade é uma resposta comunitária a tais pressões (rádio, TV, jornais, revistas, modismos, agentes), introduzindo um fator crítico de sobrevivência e de defesa do seu patrimônio cultural, econômico, ecológico, cívico, político e social.

A flexibilidade permite a análise, a escolha opcional e a assimilação de nossos valores e elementos de progresso que realmente devam ser assimilados, para o enriquecimento do patrimônio geral da comunidade.

e) *Articulação* – durante quase 500 anos as comunidades brasileiras foram colocadas como agentes passivos, em cujos espaços foram sendo construídas as estruturas institucionais, de serviços e de aparatos tecnológicos, bem como foram transformadas em desagrados de matrizes culturais do governo central e até mesmo de governos estrangeiros.

Não se discute aqui se foram um bem ou um mal. O que se constata é que eles estão presentes na vida comunitária (igrejas, órgãos federais e estaduais, iniciativas privadas, etc.). Eles fazem parte do patrimônio de uma dada comunidade.

Articulação significa a apropriação inteligente deste patrimônio, para que o

seu potencial seja canalizado em benefício da comunidade, com ela compartilhado, através de ações articuladas que resultam na otimização de seu uso, para a melhoria da qualidade de vida de todos e usufruto dos lares comuns, de modo democrático e igualitário.

f) *Cooperação Técnica* – é razoável que a comunidade não desenvolva uma “auto-suficiência burra”, eliminando a sua capacidade de interagir com pessoas, instituições ou grupos.

Dá a importância da admissão da cooperação técnica, como um mecanismo que reforça na ação crítica, que aceite o exame de outros parâmetros para confronto de julgamentos e, tomada a decisão, que seja humilde o suficiente para aceitar o apoio de competências verdadeiras.

A cooperação técnica tem dois momentos importantes que não devem ser perdidos de vista: um de caráter vertical, quando uma pessoa competente, por exemplo, treina, informa ou faz alguma coisa como efeito demonstrativo e o outro, o segundo, de caráter horizontal, quando a comunidade treinada e informada, assimila o conteúdo da aprendizagem, avalia-o e o multiplica para um maior número de comunitários interessados.

É a disseminação de um bem comum, seja político, cultural, econômico ou social.

g) *Autonomia dos grupos* – é a cidadania assumida coletivamente, para dar resposta às próprias aspirações e necessidades das pessoas envolvidas, sem a idéia de dominação de outros grupos, de imposição de vontades, ou de dispensar energias importantes numa vã busca de proselitismo, que só divide, incrementa conflitos e estabelece contradições desnecessárias.

A autonomia dos grupos, paradoxalmente, só se fortalece se eles integrarem com outros grupos, num movimento de fecundação recíproca e de apoio mútuo.

h) *Ação comunitária* – ação comunitária aqui preconizada é simples e de uma inteireza absoluta. É o antídoto contra toda e qualquer ação comunitária padronizada, verdadeira ferramenta de intervenção que veicula matrizes

ideológicas as mais variadas possíveis.

Ela é simplesmente o conjunto de estratégias e táticas definidas, discutidas e aceitas por uma comunidade, para manter o dinamismo do processo de sua própria organização, com a finalidade de atingir-se os objetivos autodeterminados pelos seus cidadãos.

## A POLÍTICA DO COTIDIANO

**Carlos A. Vieira**

Em uma entrevista radiofônica dada a uma emissora de São Paulo, foi-nos perguntado sobre a importância do ato de votar e para o espanto inicial do repórter, nós dissemos que o ato de votar, de colocar uma cédula em qualquer urna, não tinha o menor significado, em uma democracia autêntica e que, inclusive, o voto deveria ser constitucionalmente facultativo.

Na surpresa da resposta, reflexões se sucederam, e neste artigo aprofundamos o tema.

Para nós, o voto quadriênal ou quinquênal, se assemelha à festa de natal: pessoas que se odeiam o ano todo, que não dão a mínima para os velhos, para os meninos de rua, para os presos, para os aleijados, para os hospitalizados, etc., uma vez por ano juntam os seus cacos caseiros, para distribuição aos aflitos, ou para fazer festas e “amigos ocultos” (deveria ser festa do “inimigo declarado”) e com esta prática aplacaram ou pensaram aplacar os ditames da consciência.

O que nós queremos dizer é que o espírito natalino deveria ser praticado 365 vezes, durante o ano inteiro.

O voto é a mesma coisa: deveria ser um episódio mínimo no processo da prática democrática, esta sim, exercida 365 vezes, 4 ou 5 vezes, no acrisolamento<sup>1</sup> cotidiano da cidadania.

Outra imagem comparativa que nos vem à mente é a da prática sexual, em que o antes e o depois do orgasmo devem se prolongar ao máximo, em necessárias e apaixonadas carícias.

O voto é, assim, o orgasmo do ato político, que pressupõe um antes e um depois.

1 – **acrisolamento**: aperfeiçoamento; purificação no crisol; cadinho, parte inferior de um alto-forno.

Um antes que representa a discussão de propostas, o encerramento de teses, a identificação de necessidades e aspirações, o estabelecimento de rumos e metas, reuniões, trocas de experiências, bate-papos, conversas de botecos, confrontos ideológicos, revelação de contradições, etc.

O orgasmo é a opção livremente aceita e assumida; o voto na urna, se quiser ou não.

O depois é o acompanhamento do processo, a avaliação dos resultados, a fermentação de novas idéias e propostas, a busca de autodeterminação, e a fiscalização participativa para saber se os objetivos estão sendo alcançados, se exigem correção de rumos, se necessitam de restauração moderada ou radical.

Por isso que na prática democrática autêntica, o mais importante é a política do cotidiano e não o voto, este sim, apenas episódico.

## A QUESTÃO DA MUDANÇA

Carlos A. Vieira

Participamos recentemente de um *Encontro Sobre Meio Ambiente*, em Belém do Pará, onde reuniram-se físicos, químicos, biólogos, engenheiros, arquitetos, médicos, líderes comunitários, políticos e outros representantes da fauna intelectual brasileira.

Em seguida, de um Seminário sobre *O Futuro da Civilização dos Trópicos*, realizado em Brasília, também presentes Políticos, Físicos, Biólogos, Engenheiros, Jornalistas, etc.

Um pouco antes, participamos de um *Encontro de Pajés*, na Chapada dos Guimarães, Município perto de Cuiabá.

Dezenas de Pajés de mais de 30 tribos indígenas, jornalistas, médicos, biólogos, historiadores, também uma razoável fauna da intelectualidade brasileira.

E, nos últimos anos, de 1980 até agora, em questões envolvendo Educação Popular, temos participado de Congressos, Encontros, Mesas Redondas, Painéis, etc. seja como conferencista, seja como observador, convidado, seja como

ouvinte, e o fulcro central destes Encontros esbarra sempre na questão básica: *a questão da mudança*.

Os Encontros se diluem na inoperância de resultados práticos e efetivos por uma razão que nos parece de ordem epistemológica.<sup>1</sup> São tantas as opções apontadas pelos famosos “pressupostos teóricos” para a ação, que o peso dos mesmos inibem a própria ação.

No final dos Encontros, todos os presentes acham que “a coisa” deve mudar, só que ninguém sabe que “coisa” deve mudar, mudar para que, e caminhar para onde, com quem, ou com o que!

As línguas e os dialetos que suportam as concepções de mudança existem aos montes, tais como as matrizes de pensamento marxista, estruturalista, fenomenologista, positivista, neo-Kantista, Kantista, teoria de sistemas, dialética e, agora, o novíssimo paradigma holístico<sup>2</sup> (só que tão novo que já em 1927 foi publicado o livro “Holismo e Biologia”!).

Aliás, na Antiguidade a questão da mudança era tão premente como agora, e os gregos se atrapalhavam com o famoso “*Pantha rhei*”, os latinos com o “*omnia transeunt*”, os indus com o deus Shiva, e os chineses com o “*Tai Chi*” que se diferenciava em Yang e Yin, dando origem às dez mil coisas!

Onde está o esperanto da mudança? Felizmente ele não existe.

Eu fico arrepiado quando ouço a declinação de várias opiniões sobre o assunto e que, geralmente, podem ser agrupadas nas seguintes categorias dentre outras: a científica, a filosófica, a religiosa, a política e a ufológica.

Todas estas categorias têm a versão popular e a acadêmica, a calça de algodão barato e a seda brilhante!

Não se cruzam, não se dão as mãos, mas ambas deixam as nádegas de fora.

A Ciência normalmente arrasta consigo a Tecnologia e nisto já se instala a contradição, porque a Ciência quer se fazer asséptica e a Tecnologia é visceralmente pirata.

A Ciência quer todas as benesses do poder (dinheiro) e a Tecnologia quer fazer poder político absoluto e mais dinheiro.

A Filosofia quer o controle das idéias para fabricar pressupostos teóricos e quer

1 – **epistemologia:** estudo crítico dos princípios, hipóteses e resultados das ciências já constituídas e que visa a determinar os fundamentos lógicos, o valor e o alcance objetivo delas.

2 – **paradigma holístico:** modelo “completo”, total, inteiro, que já se documenta em vocábulos formados no próprio grego.

os pressupostos para matriciar as ações, e quer o controle das ações para o exercício do mando, suprema deusa do Olimpo.

A Religião quer o domínio das mentes e dos corações, quer grana, muita grana, para manter o poder temporal.

A Política quer o controle e o poder através do ou dos partidos e, curioso, não sabe que “partido” é uma palavra que vem do grego, significando “fendilhado”, “esquizofrênico”, “partido”, “parcial”.

Portanto, todo partido é etimologicamente esquizofrênico, portanto, doente.

A ufologia espera que os deuses astronautas venham por em ordem as trapalhadas que nós, os terráqueos, aprontamos aqui em baixo: aos primeiros minutos do ano 2001, as trombetas cósmicas tocarão e nós seremos felizes para sempre! Os ímpios serão levados para outros planetas atrasados, isto a ser verdade, a Terra ficará despovoada!

Mas, afinal, o que é *mudar*? Se você é lagarta e muda para borboleta, acabou-se a lagarta.

Segundo Teilhard de Chardin, “o homem está zoológicamente maduro”, só que nós achamos que psicológica e culturalmente ele, o homem, ainda se encontra escravo das cavernas.

O pensamento fundamentalista, o revolucionário, o reformista e o evolucionista são práticas carvenícolas, por isso alargam os horizontes da insanidade mas não levam a nada.

Você se referencia em que “pedra fundamental” para agir? Em nome desta pedra você elitiza pessoas e grupos, diferencia e discrimina e, se preciso, aperta o “Botão da Bomba” e mata.

Você que é revolucionário, você o é da direita ou da esquerda, da extrema direita ou da extrema esquerda, você utiliza e elitiza pessoas, diferencia e discrimina e, se preciso, aperta o “Botão da Bomba” e mata.

Reformista? Quem reforma apenas remenda e, se preciso, rompe o tecido primário e mata.

A lua evoluciona em torno da terra e a terra evoluciona em torno do Sol. Só isto.

Se você é evolucionista, é fácil fundamentar medidas eugênicas<sup>1</sup> e dar origem a nazismos e fascismos, a

supremacias e, se preciso, você aperta o “Botão da Bomba” e mata.

Se você é evolucionista, se você realmente quer a mudança, desocupe a sua casa ou deixe-a em chamas, e saia para a emergência do novo, do ímpar, do singular, saia das cavernas, explore territórios virgens, deixe de mastigar favos sem mel, bagoço de cana já sem caldo.

São João da Cruz ensinava que se alguém quer ir rumo a uma vida nova, deve caminhar por caminhos novos, nunca pisados antes.

A questão da mudança, política, social, econômica, filosófica, psicológica, educacional, cultural – passa pelo pensar, pelo sentir e pelo agir novos, assumidos como um *movimento* não direcionado, não suportado por ideologias várias, nem as míticas do tipo Eterno Retorno (Mircea Eliade) nem as Historicistas (Marx e Engels), nem as Anárquicas (Bokumim Malatesta) e nem as Sinárquicas (Saint-Yves) dando um não às religiosas (cristãs, budistas, maometanas, teosóficas, indústias, tibetanas, etc.).

O que sobra? Nada. Isto mesmo: nada. *Se você quer o novo, a mudança, comece do nada.*

No nada, a reflexão total.

No nada, a potência máxima.

No nada, a gestão do possível.

(Não confunda nada com *niilismo*<sup>1</sup>, o que é uma besteira filosófica!)

No nada, a liberdade plena.

No nada, todos os caminhos abertos.

Por exemplo, Einstein disse para Newton, “nada disto”, e introduziu a Relatividade; Freud disse para os Vitorianos, “nada disto”, e desmistificou a questão sexual, Jung disse para Freud, “nada disto”, e expôs o inconsciente coletivo, Reich disse para ambos, “nada disto”, e colocou a questão do corpo, Ouspensky e Gurdieff disseram “e daí?”, e conceberam o quarto caminho, o caminho do “trabalho”, Maslow disse “nada disto” e colocou a questão da consciência transpessoal.

A revolução industrial deu um não para a civilização feudal, agrícola, e a civilização pós-industrial está deixando para o passado ambas.

O mundo cibernético, informático e hologramático está chegando no

1 – eugênicas: relativas a estudos que tem por finalidade controlar as condições mais favoráveis à reprodução humana e ao aperfeiçoamento da raça.

2 – niilismo: doutrina, segundo a qual não há verdade moral, nem hierarquia de valores.

horizonte, abrindo caminho para a civilização do LAZER e você afundado na sua cadeira ou no seu banco de jardim ou na sua poltrona televisiva.

Cada vez mais o mundo torna-se complexo, mudanças periféricas ocorrem e você não assume a mudança fundamental: sair da caverna psicológica e cultural e tornar-se pessoa, gente de carne e osso.

Como se faz isto? Problema seu.

Por exemplo, mergulhe no nada interior, afundado a sábia... além do ego, mais além do Self...

As repercussões externas serão inevitáveis.

## PERSPECTIVAS

### Anésia Pacheco e Chaves

A “cidadania”, vinculada à participação, é provavelmente uma das questões cruciais da política contemporânea. Ela envolve o feminismo. O conceito de cidadania surgiu na Grécia, ligado à idéia de democracia, já que instituiu obrigações e direitos pessoais. Era, no entanto, também um conceito excludente e elitista, já que só para alguns, aqueles que pertenciam à cidade, eram concedidos esses direitos e exigido o cumprimento dessas obrigações. Os estrangeiros, servos e escravos não eram incluídos.

A cidadania tem que ser entendida enquanto adequação à uma determinada cultura e não como um bem absoluto e uma perfeição ética. Os direitos e obrigações do cidadão não são aqueles do “ser humano”, entidade abstrata e dificilmente definível, mas os direitos e obrigações de determinadas pessoas, pertencentes à determinada sociedade. A questão que se coloca é, pois, quem em nossos dias e em nossa cultura é considerado cidadão, e qual a adequação do conceito e da situação dos cidadãos da nossa sociedade à realidade atual dessa mesma sociedade. Ora, o que vemos é que, devido as certas batalhas travadas e ganhas, através dos séculos e principalmente a partir do século 18, não é mais possível excluir das obrigações e dos direitos da cidadania, grupos sociais, anteriormente excluídos, sejam estes raciais, sexuais ou econômicos.

Não é mais possível não incluir na “cidadania plena” as mulheres, os negros, os homossexuais, os marginais, discriminados e prejudicados de toda ordem. Este tempo e esta sociedade não mais podem ser entendidos sem o acesso de todos esses segmentos da sociedade à “plena cidadania”. O que era possível e viável na Idade Média não o é mais.

Talvez a mais importante, ou mais premente, ou mais atual, ou mais adequada questão do feminismo seja, hoje, aquela da cidadania. Não podemos, portanto, isolar as perspectivas do feminismo daquelas comuns ao nosso país, nosso tempo e nossa cultura. Uma das questões prioritárias para todos os que vivem a realidade atual é certamente a da cidadania, que engloba várias outras.

A reivindicação de cidadania é, parece, a perspectiva mais imediata da luta feminista. Depois, provavelmente, será ampliar os direitos que a cidadania concede. Veremos.

*(Texto extraído de: Folha de São Paulo, 9/3/1985)*

## AS MULTIFORMAS DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA MULHER

### Nilce Gomes de Souza

Existe uma crença, entre a população de um modo geral, de que participar politicamente da vida do país significa estar engajado, filiado ou entrincheirado dentro de um partido, seja ele qual for. Isto se deve ao fato de que ao empregarmos a palavra política, automaticamente ela se liga às instituições e partidos. É comum se ouvir, das mulheres, frases do tipo: “entrei para o movimento feminista, porque detesto política”.

Ora, se pensarmos na palavra política de uma forma mais abrangente diríamos que tudo o que fazemos no dia-a-dia está inserido neste contexto.

Assim, seguindo a linha deste pensamento, além dos espaços já consagrados como espaços políticos temos também as políticas dos sindicatos que tratam da vida do sindicato em si, e também das questões relativas à própria atividade dos sindicatos para com seus

filiados. É um espaço onde os trabalhadores se organizam questionando e denunciando todo o tipo de exploração e condições de trabalho oferecidas pelos patrões.

A política feminista que questiona não só o Estado, mas que diz respeito ao relacionamento homem/mulher, enquanto indivíduos, tentando uma transformação da sociedade, onde as figuras do opressor (homem) e do oprimido (mulher) tendem a desaparecer dando lugar a homens e mulheres com direitos e deveres iguais. E assim por diante.

Partindo desse princípio, podemos descrever as mais variadas formas de luta que as mulheres têm participado desde remotas eras.

Como todos nós sabemos, a nossa sociedade além de ser classista – temos a classe dominante, a classe média, o proletariado e os miseráveis – ela é, também, sexista, ou seja, uma sociedade que valoriza o masculino e desvaloriza o feminino. Neste sentido, a luta da mulher é duas vezes maior e mais difícil do que a do homem, pois enquanto ele sofre as consequências da divisão em classe social, a mulher sofre a de classe e a de sexo.

Esta divisão de papéis sexuais, qual seja, a divisão do trabalho em público e doméstico colocou a mulher numa posição de submissão e obediência em relação ao homem. E isto é enraizado no interior da família onde a mulher deve figurar fundamentalmente como mãe e dona de casa, absorvendo e transmitindo, assim, em seu comportamento a ideologia do sistema, onde a figura dominante, o chefe absoluto é o homem. As mulheres começaram a perceber isto com maior clareza quando saíram para trabalhar fora de casa. Seu salário não foi considerado o salário de um trabalhador, pois, como acontece até hoje, na maioria das vezes, realizando o mesmo tipo de trabalho que o homem, ela recebe menos, visto que este dinheiro é considerado apenas como uma renda complementar à de seu marido ou companheiro. Mesmo solteiras isto acontece reafirmado o mito de que a mulher será sempre sustentada por um homem.

Esta discriminação de salários entre homens e mulheres, para trabalho igual, além de ser uma violência contra a mulher

funciona como um estímulo para que esta continue dando mais importância aos papéis que tradicionalmente lhes foram reservados. Desta maneira a dupla ou tripla jornada de trabalho lhe é imposta como uma fatalidade biológica.

E, no confronto diário com a dupla jornada de trabalho – em casa como mãe e dona de casa, e na fábrica como trabalhadora assalariada, mas mesmo assim explorada – é que ela acorda para esta cruel injustiça social. Dentro deste clima em 1907 as operárias têxteis, trabalhadoras da Fábrica S. Bento, Jundiaí/SP, entraram em greve, juntamente com os operários, reivindicando melhores salários e redução da jornada de trabalho para 8 horas, pois trabalhavam 13.

A bem da verdade, é bom que se esclareça que em todas as greves e lutas com participação ativa das trabalhadoras, desde o início do século até os dias de hoje, as vitórias não foram significativas. Só para dar um exemplo, na greve de 1907, onde as mulheres eram maioria, os homens trabalharam as 8 horas exigidas e as mulheres 9:30 hs, permanecendo uma diferença de 1:30 hs, na jornada diária de trabalho de ambos os sexos (fonte: A. Montenegro – *Mulheres, Participação nas Lutas Populares*).

Outra dura realidade que as mulheres tiveram que enfrentar para exercer o direito ao trabalho remunerado foi onde e com quem deixar os filhos. Em época ainda recente a idéia de ter um lugar onde as crianças pudessem ficar fora de casa era muito estranha até para as próprias mulheres, já que o cuidar de filhos era uma das suas funções estabelecidas pela sociedade. Na verdade estes locais destinados a guarda de crianças só existiam para a população pobre ou crianças abandonadas ou ainda filhos de mães solteiras, como uma iniciativa e benevolência de instituições filantrópicas.

Em 1943, houve um avanço no plano legal, quando a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) regulamentou uma reivindicação antiga das trabalhadoras, a obrigação de determinadas empresas, dependendo do número de mulheres em período fértil, que ali trabalhassem, terem



direito a um local próprio para que as trabalhadoras amamentassem seus filhos.

Contudo, foi somente na década de 70 que o movimento pelo direito à creche ganhou força devido ao desenvolvimento de grupos sociais urbanos organizados, especialmente o das mulheres. Atualmente o enfoque da reivindicação de creches é mais abrangente. Não se limita à necessidade de um local onde deixar os filhos quando a mãe sai para o trabalho, mas é exigido como um direito da criança de 0 a 6 anos de idade, independente da figura materna, mas sobretudo como um dever do Estado e da sociedade.

As mulheres também tiveram que se organizar e lutar pelo direito de votar. Este exercício de cidadania só era conferido aos homens, por eles próprios, até 1932. A partir de 1920, iniciou-se no Brasil um movimento chamado “sufragista” que exigia esse direito para as mulheres. O movimento, apesar de sua importância, caracterizou-se pela ausência de aspiração com relação a mudanças nas estruturas da sociedade. Além disso, esteve sempre muito ligado ao grupo que o fundou, trabalhando sempre dentro da estrutura do poder vigente; não conseguindo, portanto, atingir de maneira mais ampla, todas as mulheres, despertando-as para a consciência política da importância de seu papel, como parte ativa na transformação da sociedade.

Este caráter superficial da luta pelo voto, deve-se principalmente à forte interiorização da subordinação e inferioridade que a mulher é submetida na família, sendo reforçadas nas outras instituições como escola, Igreja, etc. Ao remeter uma educação limitada, voltada fundamentalmente para o lar – independente de sua origem e classe social – a mulher vivia mergulhada numa alienação que não apenas, na maioria das vezes, mostrava-se indiferente aos chamados de sua participação como também negava a necessidade do direito ao voto. É interessante ressaltar que, ainda hoje, esta indiferença e negação continua acontecendo, por parte de um grande número de mulheres, com relação aos direitos ainda não conquistados.

Apesar dessa luta não ter tido, num primeiro momento, uma função

transformadora da situação social da mulher, ela foi de fundamental importância para termos hoje, na Assembleia Nacional Constituinte, a presença de 25 Deputadas Federais, que de uma forma ou de outra vêm lutando por nossos direitos na nova Constituição.

Na verdade, as mulheres têm participado e participam ativamente em todas as lutas ocorridas no país desde séculos passados. Lutaram na Revolução Republicana, em 1817, onde teve papel importante Ana Lins, senhora de engenho. Participaram, com grande garra, na luta pela abolição da escravidão quando, nessa ocasião, muitas mulheres negras foram presas. Hoje elas se organizam em Associações de Moradores, Centros Comunitários, etc. lutando por melhores condições de vida, exigindo melhores serviços, por parte do governo, escola, saúde, trabalho, etc. Também se mobilizam contra a carestia, sempre que o salário do marido ou do companheiro não chega para atender as mínimas despesas para o sustento da família.

Mas por que somente as mulheres se organizam para boicotar açougues e denunciar irregularidades nas quitandas, supermercados, etc.? Por acaso o homem não se alimenta? Claro que sim. Porém, como este serviço é um desdobramento do trabalho doméstico, então cabe à mulher fazê-lo.

Outro movimento de mulheres, de grande repercussão na sociedade, foi aquele organizado pelas mulheres da classe média, em 1964, que visava derrubar o governo de esquerda João Goulart. A campanha da CAMDE (Campanha da Mulher pela Democracia), assim se chamava o grupo que era formado por mulheres conservadores, o que veio a confirmar o argumento utilizado pelos políticos liberais, que eram contra o voto feminino alegando que as mulheres seriam influenciadas pela Igreja e pelos conservadores.

Com a queda de João Goulart e a tomada do governo pelos militares, surge um novo movimento onde foi marcante a presença da mulher. Na década de 70, elas vão às ruas em busca de seus desaparecidos. Inicialmente, um movimento tímido e impulsionado, num

primeiro momento, pelo instinto maternal ou por ligações parentescas (mães procurando filhos, mulheres procurando maridos ou companheiros, irmãs procurando irmãos), torna-se em pouco tempo num movimento nacional pela anistia.

Paralelamente, na mesma década, em meio a todas essas lutas, surge no Brasil o movimento feminista. Movimento social voltado fundamentalmente para uma profunda transformação da sociedade, a partir do questionamento da relação homem/mulher. E lançam a frase: O

### O PESSOAL É POLÍTICO.

Organizadas e unidas em torno de vários temas e tendências, grupos se formam em quase todas as capitais. Assim é que se discute a sexualidade e a violência contra a mulher como questões políticas, e não como casos isolados como alguns querem crer.

Na discussão da sexualidade as mulheres reivindicam o direito ao prazer, o direito de ter ou não filhos, o direito e acesso aos métodos contraceptivos com orientação e acompanhamento médico. E neste conjunto de assuntos as mulheres não poderiam deixar de discutir um dos mais polêmicos temas de nossa sexualidade: o aborto, e, **NOSSOS CORPOS NOS PERTENCEM**, foram as palavras de ordem lançadas pelas feministas. E achando pouco, ainda no terreno da sexualidade, iniciaram uma tímida discussão sobre lesbianismo ou “desvio” como querem alguns.

Outro tema considerado “proibido” ou “maldito”, pois está restrito às quatro paredes do lar e, portanto, intocável, é a chamada violência doméstica. As feministas se perguntaram: por que a maioria das mulheres são espancadas? Por que as mulheres são assassinadas por seus maridos ou companheiros em nome da legítima defesa da honra? Porque que os assassinos não são punidos? Por que as mulheres são estupradas? Por que a sociedade se omite? Por que as mulheres se calam?

Foi a partir destas perguntas sem respostas imediatas que as feministas deram seu grito de alerta, e partiram para a luta tendo como arma principal a

### DENÚNCIA.

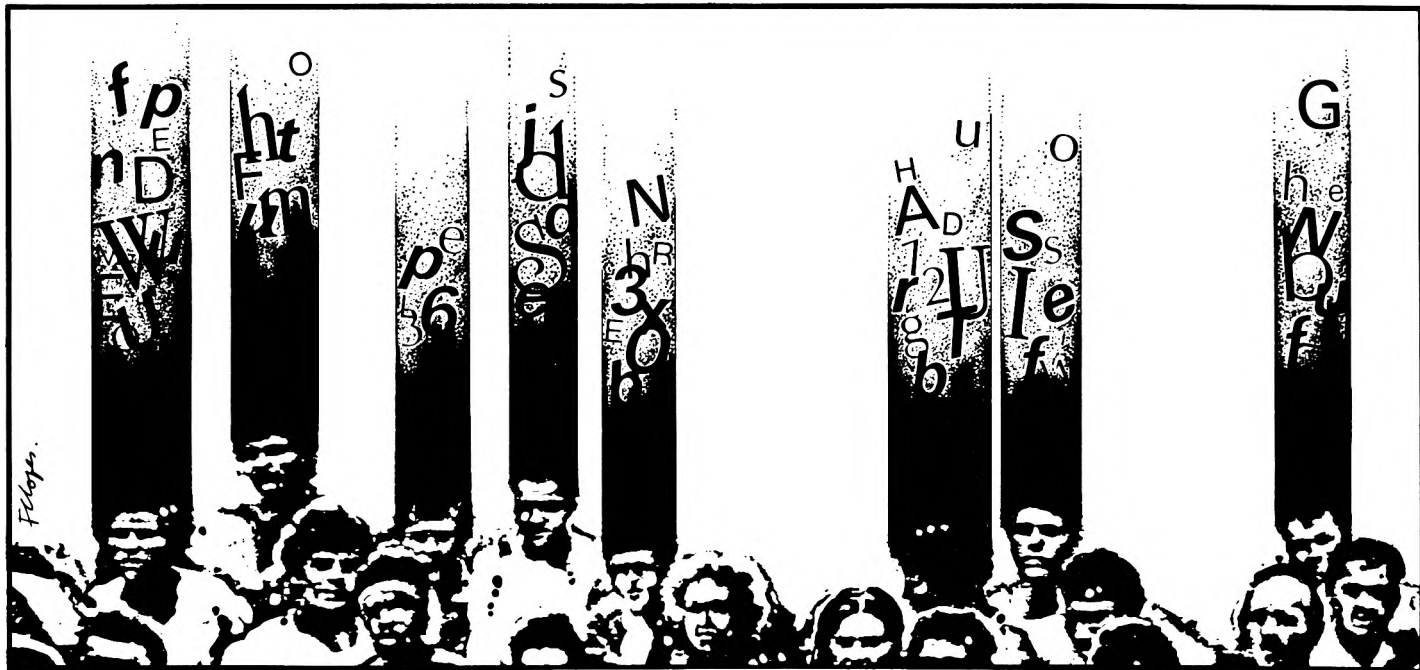
Assim é que, as mulheres, ao longo do tempo e da história vêm se posicionando, em todos os espaços possíveis, travando batalhas das mais variadas, quer seja a nível das instituições quer seja a nível do cotidiano, cuja soma total, por certo, nos colocará num mundo mais justo e mais humano, construindo desta maneira uma sociedade mais igualitária.



# Educação não-formal: a relação universidade x comunidade

UNIDADE

7



- **EXPERIÊNCIAS DE UNIVERSIDADES**

Sinclair Fazzolino

- **A UNIVERSIDADE, A EXTENSÃO E CLASSES POPULARES**

Trabalho de Equipe

## EXPERIÊNCIAS DE UNIVERSIDADES

### Sinclair Fazzolino (in memoriam)

Os Projetos Universitários de Educação Não Formal são trabalhos intercambiados (Universidades-População), em que se privilegia a participação popular. As ações desenvolvidas conjuntamente estão centradas nos interesses e aspirações próprias e concretas de cada população envolvida no processo; são programadas de forma participativa; são executadas através de metodologias geradas no próprio meio e amparadas em seu contexto cultural. Em última instância, se radicam no âmbito dos movimentos sociais, dos quais passam a ser instrumentos de apoio.

Estes Projetos têm como objetivo, ao nível da população, contribuir, politicamente, para a produção de uma consciência crítica, capaz de engendrar a transformação social e uma nova história, em exercício pleno da cidadania. Ao nível da Universidade, visa gerar novas metodologias de educação popular oriundas de uma prática consistente e resultante de uma teoria que se constrói permanentemente, condizentes com as necessidades básicas da população.

Institucionalmente, estes Projetos, se caracterizam como acordos da Universidade com as organizações populares. Visam a educação popular, de um lado, e a educação de estudantes e professores do outro. Contribui para um redimensionamento da atividade acadêmica. Define-se claramente por uma transformação social, na conquista de uma nova sociedade, tendo como base, uma proposta comum de ação.

Os Projetos de Educação Não Formal existentes hoje, nas Universidades Federais de Santa Maria, Santa Catarina, Fluminense, Paraíba, Ceará, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Ouro Preto e Goiás, tiveram sua origem e seu primeiro estímulo, em 1982, na Subsecretaria de Educação Supletiva do Ministério da Educação, que, na época, buscava novas metodologias no trabalho de educação de adultos e que implementava programas de suprimento educacional.

Apesar de que, a Subsecretaria de Educação Supletiva/MEC tenha sido extinta, alguns Projetos continuam. Amparados financeiramente pela Secretaria de Ensino Superior/MEC e outras entidades nacionais e internacionais, gozam de solidez interna e objetivam credibilidade por parte da população.

### SÍNTESE DE PROJETOS

#### Universidade Federal de Santa Maria/RS

A UFSM vem atuando no sentido da integração com sua área geo-educacional. Mantém desde assistência judiciária à população carente até uma rede de ambulatório na periferia de Santa Maria e unidades volantes nos Distritos e Municípios. Com larga competência no campo do conhecimento voltado para o meio rural, e conhecedora dos problemas que afetam sua região, como minifundiária crescente, empobrecimento dos solos, migração acentuada, propôs-se a detectar e atender as necessidades educacionais, sócio-culturais e econômicas de sua população rural que venham contribuir para o desenvolvimento pessoal e comunitário.

Iniciando os trabalhos em 1982, com o Projeto Boca do Monte, em 21 localidades, amplia sua atuação com o Projeto Sinuelo para outros Distritos, visando o treinamento de mão-de-obra rural e tecnologias agropecuárias adequadas às atividades tradicionalmente mantidas nas comunidades rurais.

Obedecendo a solicitações concretas dos produtores rurais da região vem oferecendo cursos rápidos de treinamento, como alternativa, que resultem em qualificação técnica do produtor, evitando violentar valores e procedimentos arraigados.

Ao final da experiência com o primeiro projeto, dos treinamentos e da interação Universidade-Comunidade, os produtores espontaneamente formaram núcleos comunitários e associações distritais que, vem conseguindo recursos externos na busca da solução dos problemas sócio-econômicos da região.

O Projeto Sinuelo, objetiva principalmente, consolidar as atividades de extensão Universitária; promover a integração intra e inter institucional; proporcionar a formação profissional como fator de promoção social.

As estratégias metodológicas consistem em visitas, reuniões sociais e técnicas, palestras, atendimento individual, na área de saúde, visando ações preventivas do câncer, da odontologia e da medicina terapêutica. Os treinamentos desenvolvidos abrangem: o campo afetivo através da organização social, higiene pessoal, higiene do lar, combate ao agrotóxico; o campo cognitivo através do sindicalismo e estímulo ao cooperativismo; o campo motor envolvendo o subsetor agrícola e pecuário.

O treinamento de mão-de-obra rural, visto como investimento social, permite ao homem rural capacitar-se economicamente e minimiza a marginalização urbana e o êxodo rural.

#### **Universidade Federal de Santa Catarina**

A Universidade Federal de Santa Catarina, através da Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária, desenvolve projeto de ações sócio-educativa no meio rural, atingindo diretamente 5.000 pessoas e indiretamente 6.000 famílias.

O objetivo do projeto é conscientizar e organizar as comunidades rurais, de forma que as mesmas participem ativamente no processo de desenvolvimento comunitário. As ações são desenvolvidas com agentes da Universidade, alunos, professores e grupos comunitários, possibilitando o planejamento participativo, sendo que o compromisso fundamental do grupo engajado no projeto é atender aos anseios da comunidade.

Desde 1980, a UFSC desenvolve trabalho com a população periférica e rural, de baixa renda. A partir de 1982, com o apoio financeiro da SubSecretaria de Educação Supletiva do Ministério da Educação e assessoria da UNESCO, os projetos foram se consolidando, se

estendendo a outras localidades até a criação da Universidade na Roça.

Atualmente as ações do Projeto estão sendo desenvolvidas nas seguintes comunidades:

1. **Costa da Lagoa**, vilarejo situado nas proximidades de Florianópolis, Santa Catarina, cujo acesso só se verifica por banco. Esta comunidade se diferencia das demais pequenas localidades da região metropolitana. A população sobrevive da pesca e de pequenas plantações feitas de forma totalmente artesanal. As ações do projeto centralizam-se na Recuperação da Memória Histórica, dado o interesse da comunidade em conhecer suas origens históricas; Organização de Hortas Comunitárias e cursos de Alfabetização de Adultos. A juventude desta comunidade frequenta ou frequentou escola até a 4ª série do 1º grau, não tendo continuado por falta de escola, por desmotivação, por ser a escola dissociada da realidade, ou por ter que auxiliar os pais no trabalho de sobrevivência. A partir de contatos com a comunidade, percebeu-se que a frequência à escola é estimulada pelos pais, no entanto, a dissociação do currículo escolar, da vivência cultural, e a situação sócio-econômica e tecnológica da comunidade envolvida, provocam a evasão.
2. **Antonio Carlos**, pequeno Município da região da Grande Florianópolis, cuja sede dista 30 Km da capital, conta com aproximadamente 1.500 habitantes. É formada pela colonização alemã, dedica-se à agricultura em pequenas propriedades rurais. A produção agrícola está voltada para hortaliça, frutas, cana-de-açúcar, mandioca, milho e feijão. Produz-se também fumo de estufa e galpão. As atividades pecuárias, de pequena dimensão, caracterizam-se por gado de leite e de corte. As ações do Projeto, neste Município, atingem as comunidades situadas na linha de Canudos e às margens do rio Biguaçu. São as duas comunidades mais carentes do Município. O objeto do Projeto é

orientar, fortalecer, inovar e restabelecer as necessidades primárias evidentes das populações das referidas comunidades. Em Antonio Carlos, com assessoramento do grupo de base da UFSC, foi incentivada a apicultura, visando a perspectiva de um trabalho autônomo porém desenvolvido coletivamente.

3. **Canudos**, interior do Município de Antonio Carlos: a comunidade resolveu implantar tanques para criação de peixes de água doce no intuito de proporcionar à população formas alternativas de alimentação e lazer. A coleta de informações sobre ervas medicinais foi incentivada como meio de prevenção e tratamento de Saúde. Conforme observado, a saúde desta população deixa muito a desejar; por falta de infra-estrutura básica necessária; o atendimento médico-dentário não é efetivo, sequer têm um médico residente. A população é de aproximadamente 2.000 pessoas.
4. **Município de Biguaçu**. As ações do projeto são desenvolvidas no interior da comunidade de Limeira, na forma de assessoramento a um grupo de jovens. O Município conta com uma área de 326 km<sup>2</sup>. Está localizado no conglomerado urbano de Florianópolis, com uma população urbana de 25.000 habitantes, sendo 50% no meio rural. A atividade agrícola caracteriza-se pela grande diversidade de produtos existentes, pelo seu sistema de produção e empresa familiar.
5. **Costeira do Pirajubaé**, é um bairro periférico, situado a 13 km do centro de Florianópolis, com uma população estimada em 20.000 habitantes.

Caracteriza-se como comunidade dormitório, com predomínio do subemprego, tendo a pesca artesanal como fonte suplementar de renda, para minimizar os baixos salários percebidos, bem como para prover a alimentação básica. Politicamente é influenciada pelo partido do Governo.

As ações do projeto estão sendo desenvolvidas com os grupos organizados, já existentes na comunidade. Objetivam criar, conjuntamente, condições para prática educativa que resultem na organização

e integração comunitária.

A população ressenete-se da existência de uma vida comunitária organizada, apesar de existirem grupos sociais atuantes e não abrange a totalidade da comunidade onde aspirações, interesses, costumes e tradições possam ser revitalizados e cultivados.

6. **Em Lages**, cidade localizada na região serrana de Santa Catarina, é desencadeado um projeto que visa a formação técnica e de liderança para jovens agricultores. A UFSC e o Instituto São João Batista Vianei buscam, através do projeto, desenvolver novas metodologias na organização comunitária, formação de líderes e agricultura orgânica. As ações do projeto estão sendo estendidas a outras comunidades, como é o caso de Bocaina do Sul.

O compromisso fundamental do grupo da UFSC é não levar um saber constituído, mas fazer com que todas as ações desponham da própria necessidade das comunidades.

Como o resultado das ações conjuntas, Universidade e Comunidade, foi implantado progressivamente o Projeto Universidade na Roça. Centrado nas regiões de Lages, Bocaina do Sul e Antonio Carlos, o projeto viabiliza o intercâmbio de conhecimento tecnológico gerado na Universidade com o saber popular, possibilitando aumento da produtividade e melhoria da qualidade de vida do trabalhador rural. As ações do projeto consistem em: desenvolver tecnologias alternativas através de cursos e seminários, instrumentalizando o pequeno produtor rural no suporte técnico de conservação e melhoria do solo visando o aumento da produtividade; proporcionar respaldo técnico à psicicultura e criação de pequenos animais; orientar a formação de viveiros de mudas de árvores frutíferas, com destaque as melíferas; incentivar o associativismo e sindicalismo rural; implantar programas de educação de adultos; desenvolver pesquisa histórico-geográfica nas regiões de abrangência do projeto; dinamizar as atividades dos núcleos comunitários e estabelecer programas de Saúde.

O Projeto Universidade na Roça pode ser resumido no esforço conjunto que se faz no sentido de possibilitar a organização dos agricultores locais em torno de sua Associação que, como instrumento próprio, atua no âmbito da produção, da educação geral, bem como da formação política, em busca de uma cidadania completa, na perspectiva de uma educação permanente no contexto não formal e de uma metodologia própria.

É importante ressaltar que a Universidade e os agentes, também estão aprendendo com o desenvolvimento dessa ação.

Na medida em que grupos comunitários, envolvidos no processo, partam para uma forma mais complexa de organização, cabe ao grupo de agentes se articular, como classe, para que o movimento popular saia fortalecido.

A Universidade, ao assumir o compromisso de “ler” o processo desencadeado de forma participativa, deve assumir o papel de reprodução e respaldo deste saber. Procura superar dentro de seu espaço de ação, o nível de marginalidade a que foram submetidas as camadas subalternas da sociedade, principalmente o campesinato.

### **Universidade Federal Fluminense**

O Projeto Meio Ambiente e Educação Comunitária consiste no desdobramento dos subprojetos Meio Ambiente e Gestão Comunitária; Problemas de educação ambiental no litoral Fluminense/Arraial do Cabo e Reaproveitamentos de madeira em benefício de uma comunidade carente.

O subprojeto Meio Ambiente e Gestão Comunitária procura resolver problemas de educação ambiental no litoral fluminense; estende a educação não formal, visando a dinamização das atividades dos núcleos comunitários existentes, para que venham a exercer mais plenamente os direitos de cidadania no referente a gestão do seu patrimônio ambiental. A vivência educativa dar-se-á na comunidade de Arraial do Cabo, colônia de pesca com 600 filiados e buscará como modelo inspirador o evento denominado Cabildo Aberto que se desenvolve nas comunidades de Zacarias e Barra de Maricá.

O subprojeto Reaproveitamento de madeira em benefício de uma comunidade carente segue a mesma linha norteadora do primeiro e consiste no desenvolvimento da comunidade de Grota do Surucucu em Niterói, aumentando a consciência da importância social e econômica da madeira produzida pelo bairro de São Francisco.

As ações em desenvolvimento consistem na:

- Articulação com órgãos estaduais e municipais;
- Mapeamento de organização social;
- Levantamento e organização da memória local;
- Exposição, discussão;
- Preparação e divulgação de material didático sobre a utilização da madeira em São Francisco;
- Curso de treinamento para atuação e trato no reaproveitamento da madeira;
- Curso de treinamento nas podas das árvores do São Francisco;
- Seleção e reaproveitamento do lixo.

### **Universidade Federal da Paraíba**

O Projeto da UFPB surgiu da necessidade do seu curso de Mestrado em Educação, no Centro de Educação, por em prática a educação de adultos numa linha de educação comunitária.

O seu objetivo é apoiar experiências no campo das práticas sociais de grupos, na periferia urbana de João Pessoa e na zona rural do Estado.

Uma das preocupações básicas consiste em trabalhar de modo concreto o problema da participação, da organização e da capacitação dos grupos envolvidos. Divulgou-se em três momentos a atuação do projeto, a saber: problematização das situações, procura de soluções dos problemas e avaliação da prática dos grupos envolvidos face às dificuldades encontradas.

A vivência no contexto das comunidades envolvidas evidenciou o desejo de conseguir-se uma participação mais efetiva entre a Universidade e os grupos comunitários, sendo necessária a elaboração conjunta de estruturas



educacionais alternativas, em que o universo cultural destas comunidades pudesse ser melhor desenvolvido.

A partir de então, a ênfase das atividades deu-se na busca destas alternativas, visando encontrar um caminho metodológico que expressasse de modo significativo a Educação de Adultos pretendida.

As atividades em desenvolvimento do Projeto de Educação não formal numa linha de Educação Comunitária são:

- Preparação das bases e lideranças do Movimento Sindical da Construção Civil;
- Cooperação e apoio aos Grupos Comunitários do ALBERGUE a partir de atividades produtoras;
- Marcenaria Comunitária em Alto do Céu;
- Apoio à Ação Comunitária no Açude das Pedras.

### **Universidade Federal do Ceará**

A Universidade Federal do Ceará – UFC vem desenvolvendo um Projeto de Educação Comunitária na periferia de Fortaleza, premida pela urgência de se contribuir para a modificação do quadro de extrema carência dessa população.

Este Projeto tem como peculiaridade a não transmissão pura e simples do saber ou a definição de ações de modo unilateral. Seu compromisso é no sentido de contribuir com as comunidades de modo que estas definam o trabalho de acordo com suas necessidades e interesses.

Assim, nos meses que antecederam 1985, foram realizadas reuniões com os moradores dessas comunidades das quais resultaram em uma série de ações ora em desenvolvimento.

Nos contatos e reuniões enfatizou-se a indiscutível utilidade da organização de trabalhos que viessem absorver indivíduos marginalizados do processo produtivo, que viessem possibilitar o treino, profissionalizando, através do processo de reconstrução do seu saber no confronto com o saber acadêmico e que viessem congregar a todos numa experiência participativa concreta.

Entendemos a participação na perspectiva da ação pedagógica, ou seja, uma aprendizagem que deva ser exercitada com vistas à geração da autonomia comunitária. Uma aprendizagem que se fará na medida em que a comunidade venha a se apossar de seu instrumental de trabalho e, no esforço conjunto, passe a administrá-lo e conduzi-lo segundo suas necessidades e interesses.

Somamos a estes fatores coexistentes a esperança de que esta experiência se torne um núcleo crescente e irradiador da organização sócio-política da comunidade e fonte de formulação metodológica de pesquisas, capazes de estimular a população a tomar decisões sobre suas próprias ações.

As atividades em desenvolvimento são:

- Recuperação da memória histórica;
- Conclusão e Ampliação da Sede de São Miguel;
- Construção de barco de Ferrocimento;
- Projeto de Labirinto (bordado);
- Projeto de Confecção;
- Formação de agentes de saúde;
- Recuperação e construção de equipamento para as salas de aula, reuniões e atividades produtivas;
- Apoio às Associações de Bairro.

### **Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**

A UFMS, através do Projeto Paiaguás, visa organizar de forma participativa, o esforço da população rural e periférica urbana na busca de melhorias no nível de vida.

Inúmeras experiências realizadas em áreas pobres levam à conclusão de que as comunidades terão que ser organizadas para buscar o desenvolvimento dentro de suas aspirações e condições próprias. Esta organização tem que vir de seus habitantes. Os técnicos deverão limitar-se à conscientização da população para seus próprios problemas e orientá-los para que elas próprias descubram as soluções mais ajustadas para sua situação.

Para evitar insucessos nos programas de desenvolvimento da comunidade carente é preciso adotar nova filosofia de

trabalho. A tendência do técnico de “fazer coisas para o povo” tem que ser substituída pelo espírito de “fazê-las com o povo”. Quanto à identificação do problema, o estudo de suas raízes e condições é feito “com o povo”; a motivação para solucioná-lo estará presente e a possibilidade de sucesso está quase garantida.

Um trabalho desenvolvido pela Universidade e outros órgãos, baseado no enfoque do planejamento participativo tenderá a reeducar as pessoas envolvidas na valorização da cultura e da experiência acumulada durante anos a fio pelas populações, passando os aprendizes a serem considerados também como agentes do processo e não apenas como objeto.

Pretende a UFMS participar do esforço que desenvolvem os mais amplos setores da Comunidade Sulmatogrossense para não deixar, à margem do desenvolvimento, parcela tão significativa da nação brasileira.

As ações do Projeto desenvolvidas nos Municípios de Jaguari, no Distrito de Terenos e Município de Dourados, serão voltadas para:

- Treinamento de professores, monitores e agentes da comunidade para trabalho em campo;
- Cursos de curta duração em atividades econômico-sociais para jovens;
- Qualificação e Treinamento prático de curta duração para pequenos produtores rurais;
- Apoio aos grupos locais e associações de moradores;
- Desenvolvimento e apoio às organizações e órgãos comunitários;
- Reuniões e debates com a comunidade;
- Curso de suprimento.

### **Universidade Federal de Mato Grosso**

Desde 1982, o Centro Pedagógico de Barra do Garças, vinculado à Universidade Federal de Mato Grosso, vem desenvolvendo atividades de educação supletiva na região. A ênfase deste trabalho está na elaboração de uma proposta alternativa para implementação

da educação não formal em comunidades carentes do Médio Araguaia.

A partir desta vivência o Centro propôs levar estas ações a outras localidades do seu raio de abrangência. A implantação dos trabalhos visou atender as solicitações das comunidades periféricas.

Atuando fora do seu campus a UFMT tem orientado suas ações com o objetivo de prover às comunidades o suprimento das carências locais no que diz respeito à melhor utilização dos recursos naturais locais, bem como motivar estas para autogerenciamento dos recursos disponíveis.

As ações da UFMT junto à comunidade são voltadas para as localidades de Serra Azul, Cáceres e Arenópolis em MT e Pimenta Bueno, em Rondônia.

O Projeto Serra Azul visa dar continuidade às ações de suprimento, iniciadas em 1982, atendendo direta e indiretamente 3.000 pessoas, envolvendo 4 comunidades: Barra do Garças, Campinápolis, Vale dos Sonhos e Aragarças.

Em Barra do Garças será dada ênfase à organização de pequenos grupos produtivos, reforçando os já existentes. As atividades, como cerâmica, bordado à máquina, costura comunitária, confecção e pintura em gesso, serão desenvolvidas. As ações na área de saúde serão redimensionadas, visando a ação de um pequeno grupo que atue junto à população.

Apoio será dado ao Plano Integrado de Assistência ao Menor – PIAMF em Vila Santo Antonio e Vila São Sebastião, através de montagens de viveiros de mudas de árvores frutíferas e ornamentais e da montagem de uma fabriqueta de brinquedos pedagógicos, envolvendo adolescentes acima de 14 anos.

Em Campinápolis, as ações visam fortalecer as associações de bairro na organização de grupo de produção artesanal, de pequenos agricultores, além de um trabalho na área de saúde pública articulado com Barra do Garças.

Em Vale dos Sonhos, as ações de suprimento, com perspectiva comunitária, fortalecerão as atividades hortigranjeiras. A Escola local será envolvida no Projeto

através do apoio pedagógico à diretoria e professores visando na aproximação, uma maior integração Escola – Comunidade.

Em Aragarças, as ações serão realizadas na periferia urbana, visando reforçar grupos de artesanato, horta comunitária, além de apoiar e assessorar ações de suplência a nível de 1º grau da Escola mantida por uma instituição Maçônica, voltada para educação de adultos.

Em Cáceres, as atividades, voltadas para a área de saúde, objetivam desenvolver um processo de educação continuada dos funcionários das Unidades Sanitárias da região, através da formação de recursos humanos, da implantação da Educação em Saúde nas Unidades Sanitárias, e da Organização de Conselhos Comunitários no setor saúde.

O Projeto de Arenápolis consiste na continuidade de ações que resgatem a memória de Arenápolis por grupos locais; na promoção de ações educativas, através de horta escolar, caseira e comunitária, integrando escola – comunidade; no treinamento de professores rurais visando a melhoria do processo educacional nas classes uniseriadas e de educação de grupos produtivos de artesanato, proporcionando a melhoria da qualidade de vida.

Em Rondonópolis – Pimenta Bueno, as ações do Projeto giram em torno da caracterização das relações e técnicas de produção e cultivo, com ênfase nas pequenas propriedades rurais, e da organização de cursos e reuniões possibilitando o Cooperativismo, a fixação do homem à terra e a melhoria da qualidade de vida.

### **Projeto do Centro de Educação Permanente e Desenvolvimento**

O CEPED é um órgão vinculado a UFMT, com sede em Barra do Garças, voltado para a Educação de Adultos, Comunitária, Popular e Supletiva. Objetiva apoiar concretamente um conjunto de ações na área de Educação Não Formal, que vem sendo desenvolvido em 10 Universidades.

A proposta do CEPED compromete-se com o desenvolvimento sócio-econômico-

cultural do homem e com a geração de metodologia alternativa para o desenvolvimento de uma sociedade auto-sustentada.

As ações se concretizam através de produção de Seminários, Encontros, Simpósios, Palestras originados das necessidades dos projetos das Universidades; editoração da Revista Cadernos de Educação Permanente; preparação de recursos humanos na área; cooperação e assessoria técnica aos programas dessa natureza ligados às Secretarias de Educação do Centro-Oeste.

### **Universidade Federal de Ouro Preto**

Envolvendo alunos e professores voltados para a construção civil a UFOP, através do Instituto de Artes e Cultura (IAC), vem desenvolvendo trabalho de educação de jovens e adultos já excluídos em definitivo da escola formal, na periferia de Ouro Preto, de maneira informal, com vistas à preparação de mão-de-obra para a área da construção civil. Recuperando técnicas tradicionais de construção e observando processos de transferência de tecnologia alternativa, vem respondendo tanto a necessidade individual de habilitação para o mercado de mão-de-obra local, quanto à aspiração comunitária através da construção e recuperação de Centros Comunitários.

A UFOP, através do IAC e Escritório Piloto dos Estudantes da UFOP propõe:

- Apoio a Associações de Moradores dos Bairros: São Cristovão, Morro do Cruzeiro, Piedade e Padre Farias;
- Recuperação e dinamização de Centros Comunitários;
- Cursos: Artesanato; Corte e Costura; Construção Civil; Alfabetização de Adultos; Culinária; Nutrição; Horticultura; Educação Sanitária e Carpintaria;
- Apoio e incentivo às atividades sócio-culturais recreativas;
- Integração com Escola de 1º Grau do Bairro de São Cristovão;
- Incentivo ao desenvolvimento de atividades econômicas-alternativas.

## **Universidade Federal de Goiás**

O programa de Educação Não Formal proposto pela UFG visa estimular, alimentar e dinamizar experiências em curso, voltadas para o atendimento das populações de baixa renda, permitindo o avanço organizacional das comunidades envolvidas.

Inicialmente, integrou-se ao Programa o Projeto Comunidade Vida Nova, de iniciativa da Vila São José Bento do Cottolengo, na cidade de Trindade, Goiás, cujas ações consistem na criação de oportunidades educacionais através do trabalho. Depois, o Projeto Itatiaia, proposto pelo Departamento de Medicina Preventiva do Instituto de Patologia Tropical, atuando em comunidades situadas nas imediações do Campus II da UFG, formaliza-se com ação interdisciplinar e multiprofissional. O Projeto assumido por diferentes departamentos da UFG, sob a coordenação da Pró-Reitoria de Extensão, é um processo consciente de integração para o desenvolvimento comunitário. A participação da comunidade faz-se presente em todas etapas do planejamento, ou seja, seleção de prioridades, elaboração e apreciação de subprojetos, execução e avaliação dos mesmos.

Por responder a necessidade imediata de vida e trabalho da população, as ações configuram-se em vasta gama de atendimentos, que a UFG vem acompanhando, registrando e sistematizando.

Como extensão do Projeto original, iniciou-se em Abadiânia, interior de Goiás, um trabalho integrado com a Prefeitura Municipal que vem procurando desenvolver uma administração com a participação da comunidade. O aspecto educacional, sendo colocado em destaque, se dá através dos docentes da UFG que vem atuando junto à rede de ensino do Município tanto no que se refere a preparação de seus recursos humanos como na ampliação da rede física.

No intuito de integrar a Universidade com a Comunidade o Programa de Educação Não Formal, proposto pela UFG, desenvolveu, as seguintes ações:

## **Projeto Itatiaia**

(Zona Periférica de Goiânia):

- Assessoramento técnico pedagógico às Escolas de 1º Grau: Waldemar Mundim, João Braz e Colégio de Aplicação, beneficiando 3.000 alunos;
- Atendimento médico – odontológico ao pré-escolar;
- Educação Sanitária – levantamento parasitológico;
- Teatro no desenvolvimento comunitário;
- Educação Física nas escolas e comunidade;
- Hortas e Pomares – incentivo à formação nas Escolas e domicílios;
- Jornal Comunitário;
- Cine Clube – dinamização;
- Biblioteca e Salas de Leitura;
- Saúde Pública – Orientação;
- Criação de Centro Cultural – Apoio.

## **Projeto Comunidade Vida Nova:**

- Organização e funcionamento de atividades geradoras de renda;
- Cursos: marcenaria, artesanato em couro, tecido, cerâmica;
- Horticultura, lavoura comunitária;
- Fábrica de tela;
- Cooperativa;
- Educação Física e Lazer na Comunidade;
- Apoio à Associação de Moradores e ao Hospital de Deficientes da Vila São Cottolengo;
- Treinamento de Agentes Comunitários;
- Orientação extra-classe aos alunos da produção.

## **Projeto Abadiânia/GO:**

- Ação educacional no Município de Abadiânia – treinamento de professores;
- Educação Física e Sociedade – Programa Escola-Comunidade;
- Ciência e Educação – transformação curricular;
- Utilização do videocassete na Escola-Comunidade;
- Apoio à Associação de Agricultores, Moradores e Cooperativas.

### **Projeto Cepaigo:**

- Atividades Educacionais no Centro Penitenciário Agrícola Industrial de Goiás;
- Apoio à Associação de Amparo e Proteção ao Reeducando (APAR);
- Produção e Comercialização de calçados;
- Formação de agricultores;
- Implantação de hortas;
- Cursos: Alfabetização de Adultos, Artesanato, Marceneiro e Serralheiro.

### **Projeto Morrinhos/GO:**

- Proporcionar atividades geradoras de renda;
- Cursos: artesanato em couro, madeira, argila, corte e costura;
- Miniconfecção;
- Cultura da mandioca e fábrica de farinha.

### **Projeto Villa Boa:**

- Conclusão de cartilha de alfabetização elaborada com a participação da Escola e Associações de Bairro;
- Impressão de 300 Cartilhas;
- Apoio à Associação de Bairro;
- Curso de enrolamento de motores elétricos.

Atualmente, alguns projetos encontram-se solidificados como é o caso do Projeto Vida Nova, em Trindade, Goiás, Itatiaia e Abadiânia. Os demais, foram desativados por parte da UFG, porém suas ações continuam sendo desenvolvidas através das Associações e Prefeituras Municipais. Não há formas de se apagar da memória de uma comunidade os trabalhos que partiram de um desejo de mudança da própria comunidade.

## **A UNIVERSIDADE, A EXTENSÃO E CLASSES POPULARES**

(Trabalho de Equipe)<sup>1</sup>

Por nova Universidade entendemos a Universidade efetivamente autônoma,

democrática em sua estrutura interna de poder, produtora e transmissora de um saber fundado no trabalho científico sério e sistemático, compatível com as efetivas necessidades nacionais, socialmente útil e portanto comprometida com a liberdade.

Aberta as suas comunidades de inserção, a nova Universidade é, ela própria, comunitária, como lugar coletivo do saber, poder e serviço. Assim, ela deve priorizar o seu papel relevante no desenvolvimento regional, com o claro objetivo de que o trabalho científico, docente e cultural que ela realiza alcance e beneficie todos os segmentos setoriais e todas as classes da sociedade, com atenção especial aos grupos e classes populares, tradicionalmente menos atingidos pelos seus benefícios.

Unidade de ciência, docência e cultura cujos sujeitos são o homem brasileiro e suas comunidades reais de vida e trabalho, a Universidade deve rever e atualizar o seu compromisso com a preservação, a produção e a difusão competente da cultura.

Qualquer que seja o seu vínculo original – a Federação, Governos Estaduais ou Municipais, Igrejas ou outras Agências da Sociedade Civil – A Nova Universidade não se deve reconhecer como subordinada à vontade e aos propósitos da classe dominante ou aos interesses e projetos de grupos restritos de poder e fonte de financiamento. Na realização necessária da articulação entre teoria e prática ela se reconhece a serviço de interesses da população do país e, especificamente, das comunidades reais em que se insere ou até onde o seu trabalho cultural alcança.

É dentro desta perspectiva de Universidade que reconhecemos na extensão universitária uma dimensão essencial de sua prática que precisa ser urgentemente repensada e redefinida em sua teoria, método e estratégia.

Na realidade, se considerada no plano especificamente institucional, na perspectiva vigente na maioria das Universidades brasileiras e nos resultados reais de sua prática nos últimos anos, veremos que a extensão tem se colocado como uma experiência residual, que se realiza de modo quase sempre assistencial,

### **1 – AUTORES:**

Aldo Pinheiro da Fonseca (Rondon), Carlos Alberto Vieira (UnB), Carlos Rodrigues Brandão (Unicamp), Cesar Ferreira de Sousa (Rondon), Elizabeth Toledo de Castro (Rondon), Elias Boaventura (Univ. Metodista de Piracicaba), Gustavo Guilherme Leon Chauvet (UnB), João Bosco Pavão (Campus Avançado de Barreiras), José Ari Celso Montendal (UFSC), Luiz Fernando Costa A. Campis (Rondon), Maria das Graças de Carvalho Barreto (UFAM), Renato Hilário dos Reis (Rondon), Roberto Mauro Gurgel (UFAM), Silas Guedes de Oliveira (UFAM), Vera Maria Guimarães de Sá (Rondon) e Valter A. Bianchini (UFSm).

precário e assistemático. Não há atualmente na extensão a tão indispensável vinculação com o trabalho científico e docente, que a ela cabe transformar em modalidades adequadas, críticas e criativas de serviço direto às populações carentes da sociedade nacional. Não tem sido considerada de fato como função e método fértil de ensino, apesar das inúmeras instâncias burocráticas existentes para a sua operacionalização ou coordenação.

A extensão, o ensino e a pesquisa constituem momentos diferencialmente articulados de uma mesma prática de trabalho universitário. Mutuamente devem se complementar e fertilizar, com vista à permanente produção de um saber socialmente adequado e útil.

Só há extensão se houver compromisso com a erradicação da desigualdade e das carências sociais, culturais e econômicas.

Sob esta ótica, a Universidade redescobre o seu compromisso predominante com as condições de vida, os projetos e os interesses das classes populares. Isto significa, entre outras coisas, que tais classes passam a ter acesso ao exercício do poder de definir o sentido e o projeto das Universidades, até então exclusivo de seu corpo docente, técnico e discente, sem que isto em absoluto comprometa a qualidade de seu trabalho.

Tal proposição não é fácil de ser viabilizada, visto que, embora já se tenha definido em outras ocasiões, um projeto político para uma Universidade mais próxima às populações, a sua prática acaba se revelando contraditória, aonde não se identifica a reciprocidade das criações e apropriação do conhecimento; trabalha-se simplesmente a nível de conhecimentos, habilitando-se populações para resolver problemas, sem percepção de causas estruturais; se reproduz a divisão social do trabalho; se evidencia a própria inadequação da formação profissional, tanto ao nível das exigências das classes populares, como ao nível das exigências do próprio mercado de trabalho, e se identifica uma inovação tecnológica muito reduzida, ou pela sua inadequação às necessidades básicas do

cotidiano ou face à importação de tecnologia pelas multinacionais.

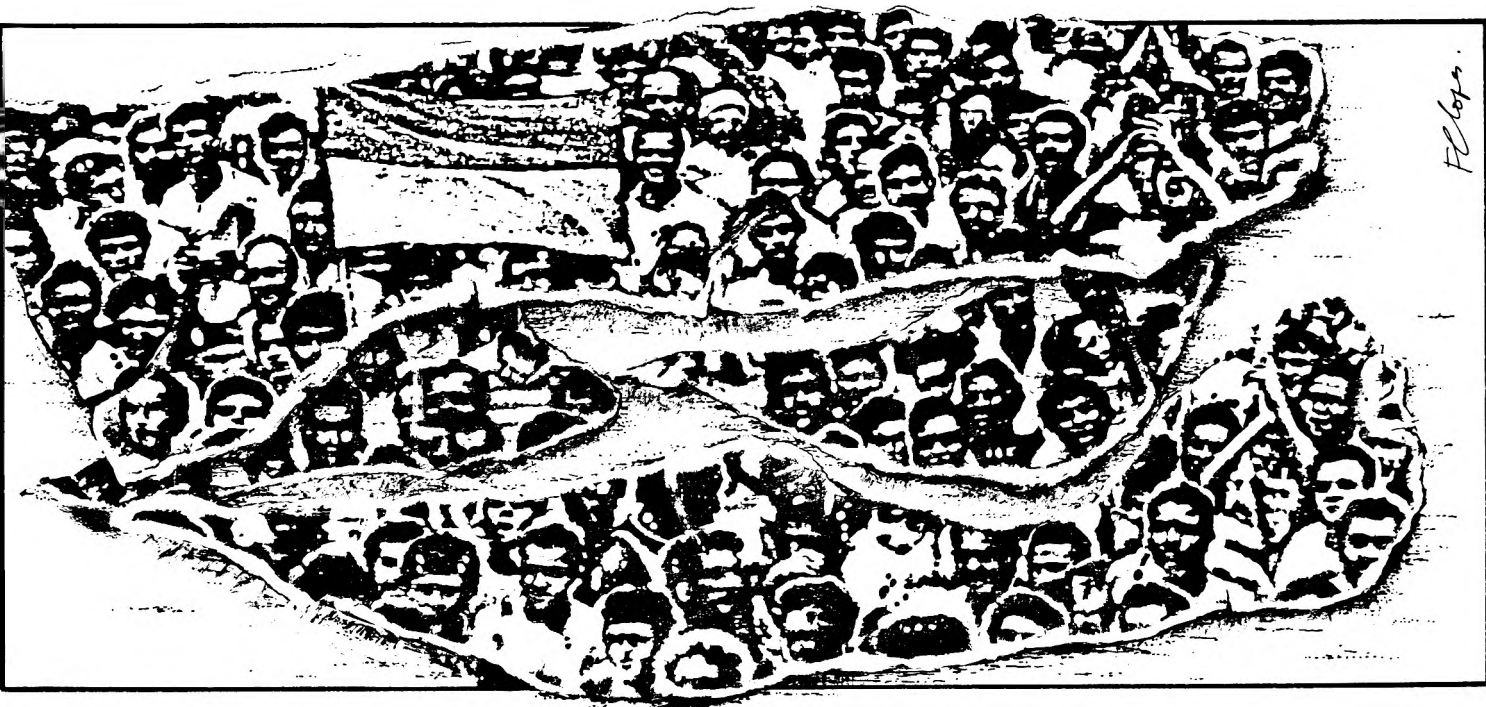
Tendo em vista as reflexões aqui consideradas, algumas sugestões são apresentadas a seguir com o objetivo de viabilizar uma proposta de mudança:

- organizar politicamente o universo de trabalho universitário a partir de uma ótica cultural, de forma a viabilizar um novo ato de aprender e um novo enfoque nos seus processos de produção do conhecimento;
- estabelecer e executar estratégias e táticas diferenciadas, face às características e peculiaridades de cada Universidade, região e população;
- desenvolver alianças e acordos entre grupos das Universidades e segmentos vários da sociedade a nível local, regional e nacional;
- redimensionar o exercício do poder nas Universidades, com o acesso à decisão e à execução progressiva das classes populares;
- desenvolver intercâmbios entre sujeitos e grupos das classes populares, não só na troca de suas experiências, mas, sobretudo, no aporte e reforço político a própria ação;
- romper a separação ensino – pesquisa – extensão, resgatando a dimensão dinâmica e processual da aprendizagem, do ato de aprender, que liga intrinsecamente o que se transmite, o que se pesquisa e o serviço que responde ao interesse básico das classes populares;
- estimular experiências alternativas de trabalho coletivo (Universidade, comunidades populares e segmentos da sociedade), de tal forma que a produção do conhecimento, seria uma resultante do confronto fértil e criativo entre o saber da população e o saber da Universidade. Este tipo de trabalho, pressuporia uma compreensão mais acurada de participação, previamente existente nas classes populares, e, às vezes, não perceptíveis na leitura cientificista da Universidade;

- deve-se ter o cuidado com a ação da Universidade e outros organismos estatais, que ao executar, através da extensão, políticas sociais do Estado, possam estar a serviço de interesses contrários aos das classes populares, face a constatação que o Estado Brasileiro não está tendo condições de responder aos anseios básicos dos trabalhadores, como por exemplo, na questão da reforma agrária, política salarial etc. Registra-se também, uma certa ambigüidade no trato das questões trabalhistas, particularmente, em suas reivindicações, utilizando-se, para isso, inclusive, das organizações populares;
- exercitar o sentido da autonomia universitária como espaço e oportunidade da Universidade de realizar ações com o Estado, e diferentes do Estado, quando do exercício crítico de seu papel, junto à sociedade;
- desenvolver um novo enfoque no modo de produzir, recriar e difundir o conhecimento que deixa de ser um ato isolado e individualista e passa a ser um ato coletivo, solidário, intergrupar e interinstitucional, realizado entre grupos interdisciplinares e multiprofissionais de professores, técnicos e estudantes das universidades e grupos comunitários das classes populares.

# Participação de grupos minoritários ou marginalizados

UNIDADE 8



- **MINORIAS:**  
Muito além das definições está a questão da plena liberdade  
Tânia Siqueira Montoro e Hermano Mattos
- **A LUTA POR CRECHES NO BRASIL**  
Tânia Siqueira Montoro
- **O NEGRO E A IGREJA**  
Edson Cardoso
- **O ÍNDIO BRASILEIRO**  
Roque de Barros Laraia
- **OS FILHOS DA OMISSÃO:** contextualização da criança pobre no Brasil  
Potyara A. P. Pereira e Leda Del Caro Paiva



## **MINORIAS: Muito além das definições está a questão da plena Liberdade.**

**Tânia Siqueira Montoro e  
Hermano Mattos**

Nosso propósito neste segmento é tão somente subsidiar discussões e reflexões em torno da problemática da participação de grupos e categorias sociais discriminados – as chamadas minorias.

E o que seriam as minorias?

Tradicionalmente, no Brasil as minorias mais faladas são: os negros, as mulheres e os índios. Mas existem muito mais grupos discriminados, como os idosos, os menores abandonados, os deficientes, as prostitutas, os homossexuais, etc. À primeira vista isto pode parecer um saco de gatos. Senão vejamos: as mulheres são mulheres porque biologicamente mulheres; os negros revelam uma condição muito mais difícil de ser definida porque, muitas vezes, as pessoas podem ou não serem classificadas como tal; os índios constituem-se numa questão séria, pois afinal de contas, o que é o índio? É terra, é língua, é linhagem? E os homossexuais, o que são? Uma preferência sexual, mas que não é sempre exclusiva?

Enfim, o que faz com que esses grupos se constituam pública e oficialmente como minorias? Afinal, as mulheres não são minorias, numericamente. E, dependendo do critério a ser utilizado, os negros tampouco são minorias, como também não as são os homossexuais. Além disto, existem muitas minorias que não se constituem como tal. A burguesia industrial brasileira, por exemplo, não se constitui como minoria, apesar de ser. Minoritário também poderia ser o proletariado que é propriamente dito uma minoria (apesar de numericamente ser maioria!) porque não participa dos bens sociais produzidos e nem do poder. O que faz, então, com que aqueles grupos sociais – as mulheres, os negros, os índios etc. – sejam classificados e rotulados como minorias? Isto se constitui um problema porque se todo mundo pode ser minoria, porque uns grupos são assim considerados e outros não?

Chegamos à conclusão de que minoria nada mais é do que um eufemismo para menor, ou seja, certos grupos e categorias sociais, por se situarem em condições econômicas sociais, políticas e culturais desfavoráveis em relação a outros, são estigmatizados como minorias.

Estabelecer, portanto, o que vem a ser minoria exige uma abordagem complexa a de circunstâncias e fatores de natureza diversa, sobretudo aqueles de caráter político, fatores esses que não se apresentam compartimentados, mas, ao contrário, se interpenetram. Abordar a questão de forma simplificada e mecanicista – como costumam fazer a “direita” e a “esquerda” na América Latina – implica em minimizar esta questão e relegá-la a um plano secundário, visto que, sob esta perspectiva, fundamentais mesmo são apenas aqueles aspectos que se circunscrevem unicamente à esfera da Economia Política. A partir disto, todas as demais questões passam a ser vistas como secundárias porque se todo aparato político declara que a única coisa importante é o poder de Estado, é claro que qualquer reivindicação que não seja esta fica para segundo plano e são tratadas pelos meios de comunicação de massa, pela escola, pelos partidos políticos e pelo próprio Estado como reivindicações menores que podem – e devem – ser postergadas. Deste modo, protela-se o atendimento às reivindicações das minorias, mantendo-as sob permanente opressão.

Mas, que opressão é esta sofrida pela chamadas minorias?

Podemos falar de diversas formas de opressão: econômica, política, cultural, ideológica, psicológica, etária, física, ocupacional etc. Na maioria das vezes, porém nem sempre, na relação intergrupala, particularmente entre classes sociais, há uma sobreposição de várias formas de opressão. No entanto, nenhum grupo é totalmente oprimido ou completamente liberto. O movimento opressão/libertação (ou autonomia) significa que a própria mediação do poder nas relações sociais faz com que indivíduos e grupos vivam, contraditoriamente, em suas interrelações os dois aspectos deste fenômeno.

Admitindo então como verdade que a

libertação é uma busca, é sobre ela que devemos convergir nossas preocupações, no sentido de que essas categorias sociais oprimidas possam, de direito e de fato, superar o estágio em que hoje se encontram.

Mas, como fazer isto?

É justamente na luta pela libertação que os grupos socialmente discriminados e oprimidos – as minorias – se organizam para exercerem plenamente a contra-opressão, através da participação efetiva na esfera social. A participação aqui deve ser vista como um processo infundável, em constante vir-a-ser, sempre se fazendo, em essência e sendo também autopromoção. Neste sentido, a participação nunca é suficiente e acabada. E nem deve ser entendida como dádiva, como concessão, porque não seria produto de conquistas, nem realizaria o fenômeno fundamental da autopromoção. Pois a participação supõe compromisso, envolvimento, presença em ações por vezes arriscadas. É sob esta perspectiva que as categorias sociais discriminadas e oprimidas, que acreditam em participação, estabelecem uma disputa efetiva com o poder. Encaram o poder de frente, esmiuçam as suas teias e, então, abrem espaços de participação, numa construção lenta e firme para que não desabe ao primeiro movimento de terra. Vistas deste prisma, liberdade e participação são conquistas. É isto que fundamenta a dimensão básica da cidadania plena – uma cidadania igualitária, onde não cabe a existência da dominação forjando cidadãos de segunda categoria, como hoje se apresentam as mulheres, os índios, os negros, enfim, as categorias sociais oprimidas frente ao Estado e à sociedade. Concretamente, aí se encontra o problema que queremos atacar. É no exercício pleno de sua cidadania que as minorias – através das suas múltiplas organizações, denunciam que a contradição de classe não é a única na sociedade brasileira, e que, pela estrutura de classe, perpassa num sentido vertical uma discriminação de sexo, uma discriminação de raça, uma discriminação física, uma discriminação etária, uma discriminação ocupacional, etc. E sobretudo que cabe a esses grupos lutarem por sua libertação, que será produto de conquista.

Neste sentido é que o oprimido se organiza frente ao opressor. E sua luta, embora tenha certa especificidade, insere-se na lógica global de um movimento político, social, econômico e cultural maior, não se diluindo, portanto, na luta geral, mas, ao contrário, a ela se incorporando. Daí porque o problema do negro, da mulher, das minorias não é um problema dos negros, das mulheres etc., mas de toda a sociedade brasileira empenhada na luta pela liberdade.

É neste espaço conquistado de participação que as categorias oprimidas se mobilizam e rompem com um silêncio secular. As mulheres, que têm sido a parte silenciosa e silenciada da história, vem se organizando em movimentos sociais, em grupos de mães e grupos feministas dentro de partidos políticos e sindicatos. Tornando-se sujeitos e atores da sua história, elas vem a público denunciar as condições desiguais em que vivem na sociedade. Da mesma forma, lutam os negros, os índios, os idosos. Os primeiros em favor da democracia racial – uma transformação simultânea de relações raciais e de relações de classes, nas quais se acham envolvidos. Os segundos organizam-se e lutam como cidadãos brasileiros que são, por seu direito à terra, por condições mínimas de sobrevivência material e, principalmente cultural, pela manutenção da sua língua, da sua tradição, dos seus sistemas econômico e político diferentes. E os terceiros vêm lutando como podem para que a velhice seja um momento como outro qualquer do ciclo da vida e que exige ser vivida em sua plenitude com prazer, alegria, dignidade e beleza.

Ao introduzirmos aqui este segmento – que, conforme ressaltamos no início, se constitui em subsídios à problemática das minorias – consideramos imperioso alertar todos, sobre a necessidade das discussões sobre este polêmico assunto serem conduzidas de modo que não se perca a seguinte perspectiva: o que aqui está em jogo é a questão da *busca da liberdade plena*, em suas dimensões política, social econômica e cultural, sem a qual a democracia não passa de uma filigrana ficcional e se amesquinha nas mãos de nossos caducos e manjados tiranos que, com sutileza ou bossalidade, a

instrumentalizam para se perpetuarem no poder e eternizarem os privilégios – seus e de seus pares.

## A LUTA POR CRECHES NO BRASIL

### Tânia Siqueira Montoro

Nos últimos anos, aumentou consideravelmente o número de mulheres que trabalham fora de casa.

Enquanto em 1920, de cada 100 trabalhadores 15 eram mulheres, hoje, a incorporação da mulher no mercado de trabalho é numa proporção estimada de 38 para cada 100 trabalhadores.

Paralelamente, cresce a participação da mulher-mãe no mercado de trabalho. De cada 100 trabalhadores, 42 têm filhos. E mais da metade tem pelo menos um filho pequeno, com menos de 6 anos.

Diante disso, particularmente nesta última década, uma das bandeiras do movimento feminista que mais ganhou força junto aos movimentos populares e à opinião pública foi a questão da creche. Mesmo com ausência de dispositivos legais que garantam a creche como um direito da criança e um dever do Estado, muitas prefeituras municipais se viram obrigadas a implantar redes de creches públicas e gratuitas, ou a apoiar as iniciativas das comunidades, que, sozinhas, passaram a construir e manter suas próprias creches.

No bojo dessa luta, ampliou-se a discussão sobre as concepções de creche. Foram questionadas idéias já estabelecidas pelos poderes constituídos, que consideram a creche como um lugar onde a criança recebe apenas algum alimento. Frente à necessidade premente que registra a existência de 24 milhões de crianças carentes de 0 a 6 anos, são facilmente aceitas propostas de caráter assistencialista para contornar essa realidade.

Entretanto, no movimento de luta por creches, as entidades feministas e populares enfatizam o direito da criança pequena à educação e acesso ao seu pleno

desenvolvimento. Afinal, a população paga impostos altos, a família trabalhadora constrói a riqueza nacional e nada mais justo do que o acesso às creches para seus filhos.

O lema “A creche não é uma caridade, é um direito que seu filho tem” foi bastante difundido pelas associações e movimentos de mulheres, que hoje se colocam contra medidas paliativas como as “mães crecheiras”, e as instituições que mantêm meros “depósitos de crianças”, sem atender suas necessidades básicas.

A concepção de creche avançou na medida em que se apontou a possibilidade da creche não somente para as mães que precisam trabalhar, mas também, para aquelas que desejam sair de casa na busca de realizações pessoais e necessitam de um lugar para deixar seus filhos.

Dessa forma, tem sido questionada a veracidade da “ideologia do amor materno”, que exige a permanência da mãe junto ao filho 24 horas do dia, o que cria situações de cansaço e desgaste para mãe e filho, obrigando ainda, a mulher-mãe a isolar-se das atividades profissionais e sociais.

A creche abriu ainda, a possibilidade de se romperem os limites da educação no âmbito familiar estreito e pequeno para atender o desenvolvimento social da criança. Favorece a sua educação coletiva de pequena, o que permite sua sociabilidade. Reforça os vínculos familiares, quando a mãe estará muito mais disponível afetivamente para atender o filho, na medida em que ela se sente em condições de realizações outras que não apenas a maternidade.

Daf porque nós mulheres precisamos lutar para implantação de creches nos locais de moradia e trabalho, que garantam a amamentação, tranquilidade e maior desempenho profissional da mãe trabalhadora. Portanto, torna-se necessária a elaboração de uma política nacional de atendimento à criança nessa faixa etária. A creche terá então, destaque como instrumento importante e necessário, que amplie os direitos da mulher e consolide avanços ocorridos com sua participação nas áreas econômica, social, política e cultural desta nação.

## O NEGRO E A IGREJA

**Edson Cardoso**

A Campanha da Fraternidade da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) para 1988, cujo tema era “A Fraternidade e o Negro”, permite-nos, entre outras reflexões, esboçar uma avaliação de um representativo segmento do movimento negro brasileiro: os agentes de pastoral negros.

Organizados em grupos de base em dezesseis Estados, padres, seminaristas e religiosos negros pressionaram a cúpula da CNBB e conseguiram, com a escolha do tema da Campanha da Fraternidade, uma primeira e significativa vitória.

Em diversas igrejas do país, concorridas cerimônias ecumênicas abrem cada vez mais espaços para manifestações religiosas afro-brasileiras, fazendo-se ainda acompanhar de debate franco sobre a questão racial brasileira, em que as denúncias de práticas racistas envolvem a própria Igreja Católica.

Um expressivo exemplo é a Semana da Consciência Negra organizada pelos agentes pastorais negros da Ceilândia (Quilombo Ceilândia), em novembro último. O grande público que encheu diariamente a Igreja da Paixão discutiu temas tão variados quanto “Fé e Negritude” e “Racismo no Mercado de Trabalho”. Cânticos louvavam Zumbi (“Ei Zumbi/Zumbi Ganga meu rei/você não morreu/você está em mim”) e a luta presente (“Estamos chegando do chão dos Quilombos/estamos chegando do som dos tambores/dos Palmares nós somos/viemos lutar”).

“Antes de sermos católicos, somos negros”, afirma uma agente pastoral do Quilombo Ceilândia. Através de jograis, cartilhas, slides, encontros de reflexão e visitas às comunidades, a Pastoral do Negro vem obrigando círculos católicos a uma revisão de práticas racistas seculares e comprometendo a Igreja Católica com a luta de libertação do negro brasileiro. Os grupos teológicos de orientação conservadora reagem e multiplicam-se as abordagens do tema oficial da Campanha da Fraternidade em cartilhas mais ou menos progressistas. No Rio de Janeiro circulam duas cartilhas: uma elaborada por

uma comissão de religiosos, seminaristas e padres negros, outra produzida pela Diocese, mais adequada à visão conservadora do bispo D. Eugênio Sales. Padres são transferidos, seminaristas, com ativa participação na Pastoral, têm sua vocação religiosa interrompida.

Os trezentos grupos de base da Pastoral do Negro, contudo, assumiram conduzir a Campanha da Fraternidade e, no ano do Centenário da Abolição, abriram-se perspectivas de que o sentido político da reflexão teológica sobre o racismo seja fortalecido no inevitável debate com outros segmentos do movimento negro.

## O ÍNDIO BRASILEIRO

**Roque de Barros Laraia**

O que chamamos de índio brasileiro é uma categoria gerada pela nossa sociedade para englobar todos os grupos humanos que, originários da Ásia, começaram a ocupar o território que hoje constitui o Brasil há aproximadamente 25.000 anos, sendo portanto os únicos habitantes da terra quando aqui aportaram as caravelas portuguesas, no raio do século XVI. Assim há mais de 400 anos, continuamos classificando sob uma única denominação grupos humanos que são fortemente diferenciados por fatores linguísticos e culturais, e que só tem em comum a origem asiática, a produção de uma tecnologia adaptada a tipos semelhantes de ecologia e, mais recentemente, o dramático confronto com o homem branco.

O termo “índio”, portanto, é uma categoria histórica à qual se associam duas constelações de estereótipos: a primeira que tem as suas raízes plantadas no período iluminista, mais precisamente na obra de Rousseau, e que empresta ao índio atitudes positivas, resumidas na expressão “o bom selvagem” que não deixa de expressar uma forma maniqueísta e também paternalista na qual o índio aparece como uma criança ingênua. A segunda, totalmente desfavorável e mais difundida, atribui aos mesmos todas as qualidades negativas da espécie humana, que vão desde a preguiça, a ignorância, a traição e até mesmo a crueldade. Ambas as posições recusam em considerar o índio como membro comum da espécie humana e, assim, capaz de agir tanto positiva como negativamente, dependendo dos fatores circunstanciais que o influenciam.

Embora o hábito determine a continuação do uso do termo “índio”, o mais correto é denominá-los através das palavras que designam cada grupo, como por exemplo: Xavante, Bororo, Kamayurá, Kayapó, etc.

Únicos donos da terra em 1500, quando então constituíam uma população estimada em 2.000.000 de habitantes, espalhados por todo o território nacional em grupos locais que raramente ultrapassavam a cifra do milhar, tinham conseguido ajustar, no decorrer de vários milênios, os recursos de uma tecnologia pobre às dificuldades de uma vegetação exuberante, mas fortemente agressiva. Desta maneira, os grupos locais podiam viver razoavelmente, do ponto de vista econômico, desde que conjugassem uma grande extensão territorial com uma reduzida população. Este equilíbrio entre o contingente populacional e o habitat obedecia assim a imperativos determinados pelo ecossistema.

Mas esta harmonia foi quebrada com a chegada dos portugueses. A partir de então, iniciou-se um processo de exploração territorial e conseqüentemente de redução populacional que, infelizmente, continua até os nossos dias.

O próprio Padre José de Anchieta, referindo-se a 80.000 índios, aldeados pela Companhia de Jesus da Bahia nos informa que em 1585 estavam reduzidos apenas a 10.000 e comenta: “nunca ninguém cuidou, que tanta gente se gastasse, nunca, quanto mais em tão pouco tempo”. E o Padre Antonio Blasquez refere-se a uma epidemia de varíola, que grassou na Bahia no ano de 1563 e aniquilou cerca de 30.000 índios.

No decorrer de quatro séculos, os índios foram exterminados pelas armas dos brancos e, principalmente, pelas doenças que os europeus trouxeram para o novo continente. Assim, quando iniciou-se o nosso século, muito pouco restava dos habitantes da terra. Hoje restam, apenas, cerca de 150 grupos, cada um deles verdadeiramente uma pequena nação, com língua, religião, sistema econômico e político próprio. Mais da metade desta população está localizada na Amazônia, mas são poucos os Estados da União em que não existe pelo menos um grupo.

É lamentável dizer que, atualmente, esses pequenos grupos humanos continuam sendo ameaçados. Muitos deles perderam as suas terras em conseqüência da construção de grandes barragens hidroelétricas e, mais recentemente, numerosos grupos tiveram os seus territórios invadidos por companhias mineradoras que poluem os seus mananciais e destroem o meio ambiente, além de proporcionar a transmissão de doenças que lhes são feitas. em resumo,

as nossas populações indígenas não têm merecido por parte da sociedade brasileira o tratamento digno que merecem. Afinal, muitos de nossos hábitos culturais foram herdados dessas populações que são inegavelmente os primeiros habitantes de nossa terra.

## OS FILHOS DA OMISSÃO: Contextualização da Condição da Criança Pobre no Brasil

Potyara A. P. Pereira e

Leda Del Caro Paiva

Se o governo quisesse, sem grandes mudanças estruturais, reduzir o problema da miséria no Brasil, bastaria diminuir de 49% para 40% os altos salários e rendimentos dos 10% de privilegiados no contexto nacional. Com isto, 40% dos 90% integrantes da massa urbana e rural, que ficam cada vez mais pobres, teriam sua renda elevada de 8% para 17%.

Esta proposta, tecnicamente simples, formulada por Edmar Bacha<sup>1</sup> pode, justamente por sua simplicidade, servir de pedra de toque à reflexão sobre a real significação da política de proteção à criança pobre brasileira. Isso porque, refletir sobre esta questão, ou sobre quaisquer questões relacionadas à problemática social no País, é refletir implicitamente sobre o caráter específico e profundamente injusto da distribuição da renda nacional. Tal caráter, ademais, assume contornos mais graves quando se constata que a desigualdade social no Brasil responsável pelos altos índices de desnutrição, mortalidade infantil em geral, morbidade, analfabetismo, favelamento, desemprego etc., se dá num País que, a rigor, não é pobre. Recursos existem; só que estes, por não serem aplicados de acordo com uma política de valorização humana, ficam concentrados e comprometidos com uma estratégia de desenvolvimento dependente-associado ao capitalismo internacional, que sistematicamente exclui grandes parcelas da população do acesso aos frutos do desenvolvimento econômico. Prova disso

foi o crescimento espetacular do Brasil nos últimos trinta anos. Entre 1964 e 1980 o País saltou do 50º para o 10º lugar (e, posteriormente, para o 8º lugar) na lista das nações com maior Produto Interno Bruto; a sua taxa de crescimento, desde os anos 50, foi significativamente mais alta do que a experimentada pelo conjunto dos países do capitalismo central; o seu crescimento industrial representou mais de 1/4 de todo o desenvolvimento do Terceiro Mundo neste setor; e a ampliação e a diversificação do nível técnico da produção na agricultura e na indústria foram, deveras, significativas.

Entretanto, comparado a muitas nações do Terceiro Mundo o Brasil se configura como um País onde a pobreza chegou a níveis intoleráveis. É tão grande o contraste entre miséria e riqueza no Brasil que fica difícil aceitar como um país que cresceu tanto economicamente foi capaz de produzir um quadro tão constrangedor de desigualdade social.

Estudos realizados pelo Banco Mundial já mostravam, em 1978, que justamente na década em que o Estado brasileiro foi mais pródigo em políticas sociais (a década de 70), mais a renda nacional ficou concentrada nas mãos de uma pequena parcela da população. Segundo a mesma fonte, em matéria de concentração de renda só o México, o Perú, a Malásia, o Gabão e a África do Sul se igualavam ao Brasil. Outros países do Terceiro Mundo com uma renda per capita semelhante à nossa, como a Coreia do Sul e Formosa, conseguiram elevar a qualidade de vida de sua população, adotando uma política mais justa de distribuição de renda, tal como sugere Edmar Bacha.

Aprofundando-se na reflexão desta problemática deduz-se que, se a desigualdade social no Brasil não decorre da falta de recursos econômicos, decorre da falta de efetivas medidas políticas. Com efeito, o real posicionamento do Estado brasileiro, diante das desigualdades sociais, tem se caracterizado muito mais pela omissão do que pela ação; e, quando este Estado decide operar através de ações, estas geralmente, têm sabor de omissão, porque não enfrentam diretamente a problemática

da pobreza. Assim, por exemplo, quando o Estado nada faz de efetivo para impedir que 1/4 da população com idade igual ou superior a 15 anos se tornem analfabetos; que 8 milhões de crianças em idade escolar vivam à margem da escola ou dela se afastem precocemente; que 21% da população de menos de 17 anos caiam nos chamados 2º e 3º graus de desnutrição; que 360 mil crianças das 4 milhões que nascem anualmente, morram antes de completar 1 ano de idade, essa omissão contribui catastroficamente para o agravamento dos problemas sociais².

Mas nem só de omissão do Estado vive o povo brasileiro. A Política Social desenvolvida desde os anos 30 (com a intensificação do processo de industrialização) sempre oscilou entre a repressão e a cooptação. Com Políticas Sociais atende-se, em parte, reivindicações em nome da ampliação da cidadania, mas também com elas retrocede-se nesta ampliação. Não foi à-toa que nos períodos de maior autoritarismo no Brasil (1930-1945 e 1964-1984) privilegiou-se a expansão de políticas que, sob a denominação de “direitos sociais”, visavam, de fato, impedir o cumprimento ou mesmo a expansão dos chamados *direitos civis e políticos* de inspiração liberal.

Donde se infere que a Política Social, seja ela do menor, da educação, saúde, habitação etc, resulta sempre de uma tensão contraditória entre os imperativos do Estado capitalista de reproduzir o capital e de se legitimar politicamente, e o empenho da sociedade em partilhar dos frutos dessa reprodução – nem que seja através de formas consideradas “anti-sociais”.

O “problema do menor” inscreve-se sem dúvida, nessa tensão contraditória. Premidos por necessidades não atendidas pelas vias regulares de distribuição do produto social, as crianças e os jovens pobres, mesmo sem terem uma organização própria, mediante a qual possam pressionar o poder público e a sociedade em geral por *justiça social*, exercem, de qualquer maneira, uma pressão espontânea e difusa sobre essas instâncias, pelo fato de abalarem os padrões convencionais de convivência

social bem como a tranqüilidade e a consciência individuais. A Política Social voltada para a criança pobre, exposta ou já inserida no chamado processo de “marginalidade social”, visa minimizar a tensão criada, de um lado pela exclusão dessas crianças e de suas famílias dos frutos de crescimento econômico e, de outro, pela luta surda e sem trégua a que são levadas essas crianças no sentido de usufruir, de qualquer forma, das migalhas desse crescimento. Trata-se, pois, de uma tensão estrutural que coloca na pauta das decisões políticas não o problema de uma simples minoria, mas o dia da maioria da população que, por isso mesmo, funciona naturalmente como uma poderosa avalanche sobre as frágeis medidas formais e contingenciais tributárias dessas decisões.

Assim, apesar dos recursos alocados para vencer essa tensão e da ação de várias instituições públicas e particulares para amortecer seus impactos “anti-sociais”, parece que não se tem feito outra coisa no plano institucional, senão correr desesperadamente para tentar, ao menos, permanecer no mesmo lugar. Atuando sobre os efeitos de uma desigualdade sem precedentes, o máximo que essas instituições podem fazer é tentar evitar que, pela omissão, a população pobre se torne mais espoliada. Essa política, portanto, não consegue ir além da distribuição de contingências sociais que, dado o seu caráter compensatório e muitas vezes experimental, não cumprem com as finalidades maiores e mais amplas de diminuição da desigualdade social. Não se pode esquecer que a pobreza no Brasil é um problema da maioria. E, como tal, não pode ser tratada com medidas contingenciais e nem com arranjos de racionalização burocrática, que procuram substituir prioridades legítimas por outras impostas institucionalmente.

Assim, por exemplo, transformar a criança pobre em um trabalhador precoce é inverter o que seria uma estratégia de sobrevivência em um arranjo político vantajoso para a reprodução ampliada do capital. Em outras palavras, ao se procurar compensar a ausência de uma verdadeira política de trabalho, inserindo no mercado formal ou no paralelo, a mão-de-obra

infantil barata, não organizada e nem sindicalizada, pode-se contribuir para o agravamento da “marginalização” dos adultos que, além de terem seus salários rebaixados pela pressão desse “novo” exército de reserva, passam a viver à custa do trabalho mal pago de suas crianças.

Com isto não se quer negar mérito às instituições que desenvolvem programas de atenção ao *menor*. Mas, acredita-se que as suas possibilidades de mudar a posição social da maioria das crianças brasileiras são bastante limitadas. Seu mérito residirá em, ao não optarem pela omissão, empenharem-se em descobrir e aprimorar *formas* não autoritárias e miméticas<sup>1</sup> de *ação*. Esse mérito ganhará maior relevância na medida em que as instituições, ao tomarem consciência de sua “vocação” supletiva, não procuram substituir ao colocar obstáculos à ação dos próprios interessados na busca de solução para os seus problemas.

Isto posto, algumas desmitificações podem ser arroladas, tendo em vista o repensar crítico das políticas de bem-estar do menor:

- a) – o chamado “problema do menor” não é insolúvel, se atendido em sua dimensão estrutural. Dizer que um problema não tem solução, sem se tentar usar de todos os recursos possíveis para resolvê-lo, é exercer a forma mais reacionária de omissão, ou de abuso de poder;
- b) – nenhuma instituição prestadora de serviços sociais está hoje, no Brasil, imune ao assistencialismo mas também, não está condenada fatalisticamente a ele. As contradições inerentes às Instituições, mais do que problemas, são elementos facilitadores de mudanças e de reorientação dos rumos da Política Social. Assim, a opção por uma ação mais conseqüente pode ser intentada, desde que não se procure transformar em problema administrativo questões sociais, que devem ser enfrentadas na arena política;

- c) – a pobreza não gera, necessariamente, a violência. Se assim fosse a própria violência não seria utilizada como medida disciplinar e, portanto, institucionalizada. Ademais, nos países onde a pobreza é residual a violência também seria residual, o que não corresponde à realidade.

Por fim, cabe reflexão conclusiva. Diferentemente do que ocorreu nos países do capitalismo central, onde existiu, de fato, depois da Segunda Guerra Mundial, o “Estado de Bem-Estar”, as condições políticas para o planejamento social no Brasil foram sistematicamente adversas à criação deste Estado. Sendo assim, o Estado brasileiro, em matéria de “bem-estar” continua defasado dos mais elementares princípios de justiça social.

- 1 – **miméticas:** imitadora; mimetismo é a semelhança que certos seres humanos assumem, ora com o meio em que habitam, ora com as espécies.

**Referências:**

- 1 – BACHA, Edmar – Política Econômica e Distribuição de Renda. R.J., Paz e Terra, 1978.
- 2 – Dados retirados de FURTADO, Celso – O Brasil Pós Milagre. R.J., Paz e Terra, 1983.





# Instruções finais

Para o Cidadão/Aluno do “Curso de Educação, Município e Cidadania” obter o Certificado de Extensão Universitária, deverá redigir dois trabalhos. O primeiro, contendo suas reflexões pessoais sobre um dos oito temas apresentados (tarefa individual):

1. Município, Educação e Cidadania;
2. Gestão Municipal e Participação Popular;
3. Liderança Democrática, Ação Autônoma e Microempresa;
4. Modernização dos Serviços Administrativos;
5. Matriz Geradora para Identificação e Elaboração de Projetos;
6. Política e Mudança;
7. Educação Não Formal: A Relação Universidade X Comunidade;
8. Participação de Grupos Minoritários ou Marginalizados.

O segundo (tarefa individual ou coletiva), contando uma experiência significativa de vida comunitária que conduziu ou esteja conduzindo a uma solução específica (de qualquer natureza, no Município em que reside ou em outro) com a participação de grupos que se formaram espontaneamente ou através de associações.

Os trabalhos deverão ser remetidos, juntamente com a FICHA DE AVALIAÇÃO DO CURSO (que se encontra na página seguinte), para:

“Curso Educação, Município e Cidadania”  
Centro de Educação Aberta, Continuada, a Distância/CEAD  
Universidade de Brasília  
70.910 – BRASÍLIA – DF

As assinaturas dos trabalhos deverão ser claras, permitindo sua leitura sem erro, para o aluno/cidadão não ser prejudicado.

Mediante autorização dos autores, a UnB poderá vir a publicar coletâneas dos trabalhos recebidos.

O CEAD, recebendo e avaliando os trabalhos em questão, providenciará para que o certificado seja remetido ao cidadão/aluno via correio.

# Ficha de avaliação

UnB/CEAD  
Programa de Educação Continuada

## Ficha de Avaliação do Curso

Para ser remetida juntamente com o trabalho final.

Estimado participante do curso: Educação, Município e Cidadania

Com o objetivo de aprimorar todas as etapas do processo de ensino-aprendizagem através da metodologia aberta e a distância, o CEAD agradece sua colaboração no sentido de responder às questões abaixo:

Nº do Questionário :

|   | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
|---|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| 1. Cite dois pontos positivos do curso:   |                          |                          |                          |                          |
| a. _____  |                          |                          |                          | 1                        |
| b. _____  |                          |                          |                          | 2                        |
| Cite dois pontos negativos do curso:  |                          |                          |                          |                          |
| c. _____  |                          |                          |                          | 3                        |
| d. _____  |                          |                          |                          | 4                        |
| 2. Como você qualifica a qualidade deste curso?   |                          |                          |                          |                          |
| a. FRACO <input type="checkbox"/> por quê? _____  |                          |                          |                          | 5                        |
| b. BOM <input type="checkbox"/> por quê? _____  |                          |                          |                          | 6                        |
| c. ÓTIMO <input type="checkbox"/> por quê? _____  |                          |                          |                          | 7                        |
| 3. Interesse em cursos de Graduação <input type="checkbox"/> Especialização <input type="checkbox"/> Educ. Continuada <input type="checkbox"/>                    |                          |                          |                          |                          |
| Mestrado <input type="checkbox"/> Doutorado <input type="checkbox"/>  |                          |                          |                          | 8                        |
| 4. Assinale em quais áreas você gostaria de fazer novos cursos:   |                          |                          |                          |                          |
| Educação <input type="checkbox"/> Línguas <input type="checkbox"/> Informática <input type="checkbox"/> Tecnologia <input type="checkbox"/>                       |                          |                          |                          | 9                        |
| Saúde <input type="checkbox"/> Artes <input type="checkbox"/> Ciências <input type="checkbox"/> Sociais <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/>  |                          |                          |                          | 10                       |
| 5. Dados pessoais:  |                          |                          |                          |                          |
| a. Escolaridade: 1º Grau: Incompleto <input type="checkbox"/> Completo <input type="checkbox"/>   |                          |                          |                          | 11                       |
| 2º Grau <input type="checkbox"/> Curso Técnico <input type="checkbox"/> Superior <input type="checkbox"/>   |                          |                          |                          | 12                       |
| b. Renda Mensal: Até 01 salário mínimo (SM) <input type="checkbox"/>  |                          |                          |                          | 13                       |
| 02 a 05 SM <input type="checkbox"/> 06 a 20 SM <input type="checkbox"/> mais de 20 SM <input type="checkbox"/>  |                          |                          |                          | 14                       |
| c. Sexo: Feminino <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/>   |                          |                          |                          | 15                       |
| d. Estado civil:  |                          |                          |                          |                          |
| Solteiro <input type="checkbox"/> casado <input type="checkbox"/> Separado <input type="checkbox"/> Viúvo <input type="checkbox"/>                                |                          |                          |                          | 16                       |
| e. Idade: Abaixo de 15 anos <input type="checkbox"/> 15 a 19 anos <input type="checkbox"/> 20 a 29 anos <input type="checkbox"/> 30 a 39 <input type="checkbox"/> |                          |                          |                          | 17                       |
| 40 a 49 <input type="checkbox"/> acima de 50 <input type="checkbox"/>   |                          |                          |                          | 18                       |
| f. Local de Moradia: Sigla do Estado <input type="checkbox"/>   |                          |                          |                          | 19                       |
| g. Trabalha: Não <input type="checkbox"/>   |                          |                          |                          | 20                       |
| Sim <input type="checkbox"/>  |                          |                          |                          | 21                       |
| Setor Público <input type="checkbox"/> Indústria <input type="checkbox"/>   |                          |                          |                          | 22                       |
| Setor Privado <input type="checkbox"/> Comércio <input type="checkbox"/>  |                          |                          |                          | 23                       |
| Agricultura <input type="checkbox"/>  |                          |                          |                          | 24                       |
| Outros <input type="checkbox"/>   |                          |                          |                          | 25                       |
| Sugestões:  |                          |                          |                          | 26                       |

A partir das ações desenvolvidas pela Coordenadoria de Educação a Distância, do Decanato de Extensão, a Universidade de Brasília criou, a 10 de abril de 1989, o Centro de Educação Aberta, Continuada, a Distância – CEAD, que tem como objetivo principal *democratizar e ampliar o acesso ao conhecimento*.

O CEAD, composto de uma estrutura pequena, descentralizada, flexível, visa fornecer educação para os adultos que não tiveram oportunidades de estudo em sua educação inicial e para os que estão impossibilitados de se beneficiar, por variadas razões, das atuais facilidades de ensino existentes nas instituições de ensino superior brasileiras.

O CEAD está sendo aparelhado para organizar, supervisionar e avaliar programas e cursos oferecidos à comunidade externa, pela Universidade de Brasília, através de seus professores, departamentos e núcleos.

Estes programas e cursos de curta ou longa duração, em nível formal e não-formal, permitem estender o conhecimento produzido na esfera do ensino superior a públicos gerais ou específicos.

**Por que ampliar as oportunidades de acesso ao ensino superior e a programas de educação continuada?**

- Para responder ao direito de toda pessoa de ascender ao conhecimento e desenvolver seu potencial criador;
- pela natureza da atual etapa histórica caracterizada por crescentes avanços científicos e tecnológicos que exigem uma população altamente instruída e educada para fazer face ao desafio de acelerar o desenvolvimento econômico e social da nação.

São vários os conceitos de educação aberta, de educação continuada e de educação a distância. O CEAD apresenta, a seguir, uma primeira aproximação destes conceitos.

## **EDUCAÇÃO ABERTA**

Educação aberta é um processo que viabiliza *o acesso a oportunidades educacionais* e uma *filosofia de ensino centrado no aluno*.

O ensino aberto permite o livre acesso ao conhecimento independentemente da escolaridade prévia, respondendo aos anseios de desenvolvimento pessoal e contribuindo para elevar o nível de instrução e de conhecimento científico da população.

Por outro lado, o ensino aberto dá ao estudante o direito de determinar o conteúdo, o tempo, o local e os objetivos de sua educação ou treinamento.

Importante ressaltar que, para cursos que levem a diplomas, as provas e exames são presenciais e as exigências em termos de resultados de aprendizagem são idênticas às dos cursos tradicionais.

## **EDUCAÇÃO CONTINUADA**

Por um lado, a educação continuada atende ao princípio do direito do homem de estudar ao longo da vida. Por outro, permite atualizar e/ou reconverter a força de trabalho em função das aceleradas mudanças tecnológicas e sociais.

Educação continuada significa, notadamente, ampliação de ofertas de oportunidades, especialmente em horário de serviço, para cursos de atualização profissional bem como para cursos de cultura geral, de interesse pessoal e de formação para a cidadania democrática.

Educação continuada, que representa uma constante subida a novos degraus do conhecimento e às novas mudanças da vida, deve estar inseparavelmente ligada a outras formas da atividade humana, especialmente ao trabalho.

## **EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

Metodologia simples e flexível combinando ensino presencial com estudo ativo e independente, permitindo estender o ensino superior bem como programas curtos de formação e atualização àqueles que, por razões de ordem sócio-econômica, de trabalho, geográficas, familiares e outras, não podem ter acesso aos cursos regulares e de extensão oferecidos pela universidade.

A Educação a Distância compreende uma combinação de tecnologias convencionais e avançadas com métodos que incluem atividades presenciais e em grupo realizadas nos locais de trabalho, no campus universitário, nos períodos de férias da Universidade, bem como nos horários noturnos e fins de semana em Centros de Estudos Locais, além de tutoria e orientação por telefone e por correspondência.

# O CEAD na UnB

O Centro de Educação Aberta, Continuada, a Distância (CEAD), tem como tarefa principal contribuir para ampliar as oportunidades de acesso ao conhecimento através de uma estratégia de educação a distância. Esta estratégia, que visa favorecer o estudo ativo e independente, compreende uma combinação de métodos e tecnologias, convencionais e avançadas com atividades presenciais e em grupo, especialmente em períodos noturnos, de fins de semana e de férias na Universidade, bem como nos Centros de Estudos locais, além de tutoria por telefone e por correspondência.

## **DEFINIÇÕES DE POLÍTICAS E PRIORIDADES**

As necessidades e expectativas da sociedade é que vão orientar o CEAD para preparar os planos de trabalho anuais e quadrienais que serão aprovados por um Conselho Deliberativo constituído por ampla representação da Universidade e de Organizações Sociais. Caberá também a este Conselho Deliberativo a definição das políticas, diretrizes e prioridades da Educação a Distância na UnB.

## **O CEAD E AS OUTRAS UNIDADES DA UNIVERSIDADE**

A execução dos planos de trabalho será feita pelo CEAD juntamente com as unidades da Universidade, de acordo com necessidades específicas. Neste sentido, o CEAD dirige o aspecto metodológico, estrutura e conteúdo com a participação de especialistas internos da UnB (das Faculdades e Institutos), ou externos (das Organizações Sociais, outras Universidades e Instituições Educativas, bem como Instituições e Empresas do Setor Público e Privado).

Os planos de trabalho implicam, também, uma relação estreita entre o CEAD e outras unidades universitárias que possam prestar contribuições especiais. Dentre outros: o Centro de Produção Cultural e Educativa, o Centro de Produção Radiofônica, a Editora UnB, a Diretoria de Assuntos Acadêmicos, a Biblioteca Central, a Assessoria de Comunicação Social, o Centro de Apoio ao Desenvolvimento Educacional e o Centro de Processamento de Dados.

## **OS CONSELHOS ACADÊMICOS DO CEAD**

De acordo com o produto a ser alcançado nos planos de trabalhos, serão integrados pelo CEAD, diversos Conselhos Acadêmicos que serão assessores em aspectos específicos como por exemplo: a Produção de Cursos, a Divulgação, as Finanças, os Audiovisuais, entre outros.

Haverá também, Conselhos Acadêmicos por Áreas Temáticas (Saúde, Educação, Tecnologia, Artes, etc.) que supervisionarão o desenvolvimento adequado de programas e cursos de suas respectivas áreas.

## **POPULAÇÃO DESTINATÁRIA**

Os destinatários dos projetos, programas e cursos em Educação Aberta e Continuada a Distância do CEAD são as pessoas alfabetizadas da sociedade brasileira.

Serão também desenvolvidos programas que respondam a necessidades específicas dos Sindicatos, Associações, Instituições e Empresas do Setor Público e Privado. Dentro da UnB, o CEAD poderá, através do aporte metodológico, participar de programas de capacitação e atualização de seu pessoal técnico-administrativo.

O CEAD também poderá dar apoio técnico aos Departamentos das Faculdades e Institutos que queiram aproveitar as vantagens da metodologia semi-presencial e aberta para os seus alunos.

Resumindo, o CEAD procurará desenvolver um trabalho integrado com as diversas unidades que compõem a Universidade visando responder de forma efetiva às necessidades da sociedade em termos de educação aberta e continuada através da metodologia a distância.

# Sistema de ensino aberto e a distância

O ensino aberto e a distância pode atender a várias necessidades do país: mais jovens teriam acesso às universidades públicas. Homens e mulheres com encargos de família poderiam retomar os estudos. Eis uma fórmula para dar uma segunda chance de acesso à universidade e responder à demanda de ampliação de profissionais qualificados.

Destacaremos alguns aspectos do funcionamento dos sistemas de ensino aberto e a distância:

## ● Estrutura organizacional

Existem dois modelos básicos para a configuração de sistemas de educação superior à distância: o centralizado, cujo modelo mais conhecido é o da Universidade Estatal Espanhola e em alguns países da América Hispânica, como Costa Rica e Venezuela. Este modelo caracteriza-se basicamente pela criação de um sistema universitário autônomo das universidades convencionais, com seu próprio corpo acadêmico para produção e acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem. Sistemas descentralizados são os mais difundidos, encontrados na França, Itália, Estados Unidos, RDA, URSS, Colômbia, México, dentre outros. Nos sistemas de ensino superior à distância descentralizados facultam-se às universidades existentes a criação da modalidade de ensino à distância, ao lado do ensino diurno e noturno intramuros.

## ● Condições de acesso

As condições de acesso aos cursos do ensino superior à distância variam em consonância com as normas definidas pelos diferentes sistemas educacionais: diploma de 2º grau, outros diplomas de nível médio, acesso livre independentemente da escolaridade prévia, etc.

## ● Material didático

O material didático compreende textos elaborados ou selecionados pelos professores especialistas nas diferentes áreas em colaboração com educadores.

Estes textos constituem, ao lado da bibliografia, a base fundamental da aprendizagem.

A partir deste material o aluno prepara seus trabalhos, realiza os exercícios, provas, se auto-avalia e se prepara para as provas presenciais. O material didático deve despertar a curiosidade científica do aluno, manter sua atenção e motivá-lo a continuar estudando; deve ligar os conhecimentos prévios, guiar o aluno em sua aprendizagem, apresentando adequada e gradualmente a informação.

## ● Material de apoio

Em apoio aos textos pode ser utilizado material audiovisual como recurso auxiliar; emissões de rádio e televisão, fitas em áudio e vídeo, disquetes.



### ● **Assessoria de aprendizagem**

Dentre o pessoal acadêmico, destaca-se em importância o assessor de aprendizagem, professor ou tutor cuja tarefa principal é a de facilitar a aprendizagem dos estudantes. O professor propicia situações de aprendizagem a fim de que os estudantes, estimulada sua iniciativa, criatividade, originalidade e independência, sejam autores de sua própria aprendizagem. O professor é o especialista de uma determinada área do conhecimento, que tem como função facilitar a compreensão do material didático pelos alunos e realizar a avaliação da aprendizagem. Ele fornece ao aluno orientações e esclarecimentos sobre os conteúdos e as avaliações através de correspondência, contato telefônico e encontros presenciais que podem ser semanais, mensais, etc.

### ● **Avaliação da aprendizagem**

A exemplo do que ocorre no ensino convencional, são vários os elementos componentes da avaliação do desempenho acadêmico utilizada pelos sistemas de educação a distância, destacando-se as seguintes estratégias que podem se complementar de várias formas:

- a) auto-avaliações: provas inseridas no próprio material impresso de estudo;
- b) provas parciais: testes de verificação de aprendizagem ao finalizar cada etapa de um período acadêmico;
- c) provas de recuperação: testes aplicados após os reforços recebidos pelo estudante, nos pontos em que este teve dificuldades;
- d) provas presenciais: exame escrito, experimentos de laboratório ou outras manifestações de habilidades que se exigem periodicamente e ao término de cada curso.

Na avaliação estão ainda incluídos estágios, práticas supervisionadas e trabalhos de grupos.

Um aspecto extremamente importante das inovações introduzidas pelos sistemas de educação à distância é a incidência dos novos processos de ensino-aprendizagem, os métodos do ensino chamado convencional ou presencial; nos países onde a educação aberta e a distância vem sendo desenvolvida há mais tempo, os elementos característicos do ensino a distância se introduzem de forma crescente nos sistemas convencionais, como a não exigência de presença, trabalho independente dos alunos, trabalho fora da aula, menor contato frente a frente professor-aluno.

Por outro lado, não é totalmente correto afirmar-se que uma das características básicas dos sistemas a distância seja o não-contato presencial entre professor e aluno; nas provas presenciais, nas convivências organizadas nas universidades ou nos centros regionais (grupos, círculos, jornadas de estudo) nos encontros com os assessores da aprendizagem (nos fins de semana, nas férias, etc.), o aluno tem inúmeras oportunidades de interagir pessoalmente com o docente.

Para o desenvolvimento desta modalidade é necessário que nas universidades, especialmente nas Faculdades de Educação, sejam criados núcleos de pesquisa e formação visando capacitar os especialistas capazes de refletir, propor, produzir, operar e avaliar os sistemas de educação a distância.

# Cursos em oferta

## **PREVENÇÃO AO USO INDEVIDO DE DROGAS**

**Professor Responsável:** Richard Bucher

**Assessoria Pedagógica:** José Florêncio Rodrigues Júnior

Síntese: O curso produzido pelo Centro de Orientação sobre Drogas e Atendimento a Toxicômanos (CORDATO) objetiva apoiar, através de um processo de reciclagem, o trabalho de todo o pessoal que atua na área médica, de assistência social e psicológica e que se dedica a assuntos ligados ao abuso de drogas. (2 vol.).

## **EDUCAÇÃO, MUNICÍPIO E CIDADANIA**

**Professores:** Anésio Mendonça e Carlos Alberto Vieira (UnB)

**Assessoria Pedagógica:** Anésio Mendonça

Síntese: Objetiva proporcionar uma reflexão sobre questões que envolvem a vida municipal, sobretudo as relacionadas com a educação de adultos, fornecendo elementos conceituais e práticos que facilitem a organização das pessoas e dos serviços comunitários.

## **INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA POLÍTICA SOCIAL**

**Professora:** Potyara Amazoneida Pereira (UnB)

**Assessoria Pedagógica:** Anésio Mendonça

Síntese: Esse curso tem por objetivo capacitar os participantes a uma melhor compreensão do processo de desenvolvimento brasileiro e de suas contradições fundamentais.

## **REDAÇÃO COMO LIBERTAÇÃO**

**Professor:** Hildo Honório do Couto (UnB)

Síntese: Curso organizado pelo Núcleo de Estudos da Linguagem e Ideologia, visa discutir aspectos que podem auxiliar na libertação do potencial que existe no ser humano. Não ensina técnica de redação, mas discute o processo da criação.

## **O DIREITO ACHADO NA RUA**

**Professor:** José Geraldo de Souza Jr. (UnB)

Síntese: O curso produzido pelo Núcleo da Paz e Direitos Humanos, tem como objetivo organizar debates sobre os fundamentos e razões do Direito em nossa sociedade, em vista do direito que cria as situações da luta pela terra, moradia, etc. Além disso, visa auxiliar os movimentos populares em seu processo de organização.

## CONSTITUINTE E CONSTITUIÇÃO

**Professora:** Maria Rosa Abreu de Magalhães (UnB)

Síntese: Curso elaborado por um coletivo de autores, visa subsidiar o cidadão-aluno para que este possa contribuir mais efetiva e conscientemente na consolidação e no avanço da democracia no Brasil. Pode subsidiar grupos de estudos na discussão das Constituintes Estaduais.

## SÉRIE GRANDES HUMANISTAS

Esta série tem como objetivo principal proporcionar, através de uma orientação pedagógica, uma seleção das idéias básicas dos grandes humanistas que ao longo da história contribuíram para o avanço das ciências, da tecnologia, da filosofia, da política, das artes e do progresso social da humanidade. Dentre os cursos em fase de preparação destacam-se:

- **Jean-Jacques Rousseau**

**Professora:** Fúlvia Maria Luiza Amoretto (UNESP)

**Assessoria Pedagógica:** Gianetti Olivatti Menegazzi

- **Max e Engels**

**Professor:** José Antonio Segatto (ELETROPAULO)

**Assessoria Pedagógica:** Elfcio Bezerra Pontes

- **Antonio Gramsci**

**Professor:** Elimar Pinheiros do Nascimento (UnB)

**Assessoria Pedagógica:** Kátia Siqueira de Freitas

- **Sigmund Freud**

**Professor:** Rogério Amoretti (CPRS/CBP)

**Assessoria Pedagógica:** Jacira da Silva Câmara

- **Tomas Morus**

**Professor:** Lauro Campus (UnB)

**Assessoria Pedagógica:** Hélène Barros

- **Política de Ciência e Tecnologia para a Década de 90**

**Coordenação:** Allen Habert (FNE) e Maria Rosa A. de Magalhães (UnB)

Este curso de extensão, no âmbito da formação continuada, foi concebido em seis aulas básicas, abordando uma ampla temática com a participação de uma equipe de alto nível de professores universitários, engenheiros, economistas, sociólogos, biólogos, físicos, sindicalistas e embaixadores com uma vivência diversificada no setor da Ciência e Tecnologia no país.

### Cursos previstos para novembro de 1989

#### HOMEOPATIA

**Professor:** Gilberto Vieira (CEME)

**Assessoria Pedagógica:** Terezinha Rosa Cruz

#### INTRODUÇÃO À ECONOMIA

**Professora:** Vânia Lomónaco Bastos

**Assessoria Pedagógica:** CEAD

#### SANTO AGOSTINHO

**Professor:** Pe. Virgílio Leite Uchoua (CNBB)

**Assessoria Pedagógica:** Maria Lucília A. de Alencar

## **MAQUIAVEL**

**Professor:** Ricardo Maranhão (UNICAMP)

**Assessoria Pedagógica:** Maria Luiza Angelin

## **RUI BARBOSA**

**Professor:** Ildásio Tavares (UFBA)

**Assessoria Pedagógica:** Kátia S. de Freitas

## **ARAÚJO DE CASTRO**

**Professor:** Luiz Augusto de Araújo Castro (MRE)

**Assessoria Pedagógica:** Maria Terezinha Galhardo de Castro

## **E. P. THOMPSON**

**Professora:** Nair Helóisa Bicalho de Souza (IPEA)

**Assessoria Pedagógica:** CEAD

## **ÁREAS DE CURSOS QUE PODERÃO VIR A SER OFERECIDOS A PARTIR DE 1990**

- **Educação**
- **Ciências Econômicas**
- **Ciências Exatas**
- **Ciências Humanas**
- **Ciências Sociais**
- **Ciências Biológicas**

# Ficha de inscrição

CHEGOU A SUA VEZ DE FAZER UM CURSO A DISTÂNCIA

## Atenção:

- a inscrição é gratuita
- O material didático de cada curso

custa NCz\$ 15,00

Para se inscrever em algum dos cursos em oferta, envie a ficha de inscrição preenchida para nosso endereço:

## Universidade de Brasília

Centro de Educação Aberta, Continuada, a Distância  
70.910 – Brasília-DF – Telefones: (061) 273-4299 e  
274-0022 ramal 2281 – Telex: (061) 1083-UnBs-BR

|  |  |   |  |                      |
|--|--|---|--|----------------------|
| <b>UnB-CEAD</b>  |  | <b>Centro de Educação Aberta, Continuada, a Distância</b> |  | <b>DEX011BL03</b>    |
| <b>1</b>   | NOME DO CURSO                                |   |  |                      |
| <input type="text"/>   | <input type="text"/>                         |   |  |                      |
| NOME DO ALUNO  |  |   |  |                      |
| <input type="text"/>   |  |   |  |                      |
| <input type="text"/>   |  |   |  |                      |
| MASC. FEM.<br>SEXO <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>   |  |   |  |                      |
| <b>2</b>   | ENDEREÇO                                     |   |  |                      |
| <input type="text"/>   |  |   |  |                      |
| <input type="text"/>   |  |   |  |                      |
| <b>3</b>   | CEP  | CIDADE  | ESTADO   |                      |
| <input type="text"/>   | <input type="text"/>                         | <input type="text"/>                                      | <input type="text"/>   |                      |
| PAIS   | DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO                   | Nº DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE                             | ÓRGÃO EXPEDIDOR/ESTADO   |                      |
| <input type="text"/>   | <input type="text"/>                         | <input type="text"/>                                      | <input type="text"/>   |                      |
| <b>4</b>   | DATA NASCIMENTO                              | ESTADO EM QUE NASCEU                                      | PAIS EM QUE NASCEU   | NACIONALIDADE        |
| <input type="text"/>   | <input type="text"/>                         | <input type="text"/>                                      | <input type="text"/>   | <input type="text"/> |
| SIM, DESEJO ME INSCREVER NO CURSO ACIMA MENCIONADO DO CEAD/UnB<br>ASSINALE NOS QUADROS APRESENTADOS A OPÇÃO CORRESPONDENTE |  |   |  |                      |
| FORMA DE PAGAMENTO   | <input type="checkbox"/> VALE POSTAL (ANEXO) | <input type="checkbox"/> CARTÃO DE CRÉDITO                | <input type="checkbox"/> CHEQUE NOMINAL A EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (ANEXO) |                      |
| CARTÃO DE CRÉDITO (NOME DO CARTÃO)   | VALIDADE                                     | ASSINATURA  |  |                      |
| <input type="text"/>   | <input type="text"/>                         | <input type="text"/>                                      |  |                      |

